

1/2

- Bibliotecas ambulantes em escolas rurais
- Marketing em bibliotecas
- Formas de informação jurídica
- O documento audiovisual
- Ciência e investigação
- Informatização de acervos

Revista Brasileira

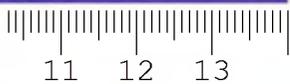
Biblioteconomia e Documentação

- Linguagens documentárias
- Os conceitos de biblioteconomia, documentação e ciência da informação
- Cursos de graduação profissionalizantes
- Bibliografia comentada
- Ponto de Vista
- Resenhas
- Notícias

Volume 26 número 1/2 janeiro/junho 1993



Digitalizado
gentilmente por:



Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários - FEBAB

DIRETORIA (1993/1995)

Presidente: João Carlos Gomes Ribeiro (RJ)

Vice-Presidente: Elizabet Maria Ramos de Carvalho (RJ)

Secretária Geral: Wilma Rosa (SP)

1ª Secretária: Nanci Gonçalves da Nóbrega (RJ)

2ª Secretária: Cristina Matias (RJ)

1º Tesoureiro: Hilda Ribeiro de Farias (SP)

2º Tesoureiro: Ronice Maria Arruda Albamonte (SP)

Observador Legislativo: Emir Swaiden (DF)

Editor: Nair Yumiko Kobashi (SP)

Diretor para assuntos de valorização profissional: Selma Mendes Fontes Sodré (RJ)

ASSOCIAÇÕES FILIADAS

Associação Paulista de Bibliotecários

Associação Riograndense de Bibliotecários

Associação dos Bibliotecários Municipais de São Paulo

Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais

Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal

Associação dos Bibliotecários do Ceará

Associação Campineira de Bibliotecários

Associação Paranaense de Bibliotecários

Associação Bibliotecária do Paraná

Associação Catarinense de Bibliotecários

Associação dos Bibliotecários do Estado do Piauí

Associação Alagoana dos Profissionais em Biblioteconomia

Associação de Bibliotecários do Estado de Mato Grosso

Associação Profissional dos Bibliotecários de Pernambuco

Associação Profissional dos Bibliotecários do Amazonas

Associação Profissional de Bibliotecários do Estado do Maranhão

Associação Profissional dos Bibliotecários da Paraíba

Associação Profissional dos Bibliotecários do Estado do Rio Grande do Norte

Associação Profissional de Bibliotecários de Mato Grosso do Sul

Associação dos Bibliotecários do Espírito Santo

Associação Profissional de Bibliotecários de Goiás

Associação de Bibliotecários de Rondônia

Associação Profissional dos Bibliotecários de Minas Gerais

COMISSÕES PERMANENTES

Comissão Brasileira de Documentação Agrícola

Comissão Brasileira de Documentação Biomédica

Comissão Brasileira de Documentação Jurídica

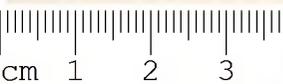
Comissão Brasileira de Documentação Tecnológica

Comissão Brasileira de Documentação em Processos Técnicos

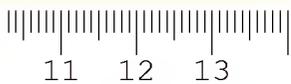
Comissão Brasileira de Bibliotecas Públicas e Escolares

Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias

Comissão Brasileira de Documentação em Celulose e Papel



Digitalizado
gentilmente por:



SUMÁRIO

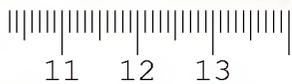
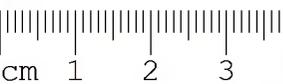
APRESENTAÇÃO

ARTIGOS/ARTICLES

- 5 **Bibliotecas ambulantes em escolas rurais**/*Mobile library services for rural communities*
Paulo Tarcísio Mayrink
- 26 **Os conceitos de marketing em bibliotecas**/*The concepts of marketing in libraries*
Maria Cristina Telles Ferreira
- 41 **Formas de informação jurídica: uma contribuição para sua abordagem temática**/*Law information forms: a contribution for its subject approach*
José Augusto Chaves Guimarães
- 55 **Ciência e Investigação: considerações gerais**/*Science and research: general observations*
Jayme Wanderley Gasparetto
- 64 **Cursos de graduação profissionalizantes: formação e mercado de trabalho**
Undergraduate professional courses: education and work market
Maria de Fátima G. M. Tálamo
- 72 **Linguagens documentárias, instrumentos de mediação e comunicação**/*Indexing languages as communication instruments in documentary systems*
Marilda Lopes Ginez de Lara
- 81 **O documento audiovisual ou a proximidade entre as 3 marias**/*Audiovisual documents as a joint between three sisters institutions*
Jobanna W. Smit
- 86 **Uma experiência de informatização de acervos bibliográficos e documentais: o caso da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de São Paulo em 1985-1992**
The informatization of a public library: case study of the Secretaria Municipal de Cultura of São Paulo (1989-1992)
Raquel Naschenweng Mattes
- 100 **Os conceitos de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da informação**
The concepts of librarianship, documentation and information science
Maria Cristiane Barbosa Galvão

SEÇÕES/SECTIONS

- 115 **Bibliografia Comentada**/*Annotated bibliography*
Bibliotecas públicas e alternativas/*Public libraries and alternate libraries*
Oswaldo Francisco de Almeida Jr.
- 129 **Ponto de Vista**/*Point of view*
Resenhas/*Reviews*
- 135 **BARITE, Mario.** *Reformulación de tablas notacionales.* (por: Marilda L.G. de Lara)
- 137 **LIBRARY TRENDS.** *Electronic information for the humanities* (por: Irati Antonio)
- 140 **SILVA, Ezequiel Theodoro da.** *De olhos abertos: reflexões sobre o desenvolvimento da leitura no Brasil* (por: Maria Lígia Pomim Valentin)
- 143 **Notícias**/*News*
- 153 **Guia aos colaboradores**/*Instructions to the contributors*



Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação

Órgão Oficial da
Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários

CORPO EDITORIAL

Editor: Nair Yumiko Kobashi

Editores-Adjuntos: Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo
Marilda Lopes Ginez de Lara

Editores-Assistentes: Mariângela Spotti Lopes Fujita, José Augusto Chaves Guimarães, Oswaldo Francisco de Almeida Júnior, Marta Lúgia Pomim Valentim, Daisy Pires Noronha.

Secretária: Maria Matilde Kronka Dias

Jornalista responsável:

José Coelho Sobrinho (ECA-USP)

COMISSÃO EDITORIAL

Anna Maria Marques Cintra

Ana Soledade Vieira

Cláudia Negrão Balby

Elizabeth Márcia Martucci

Dinah Aguiar Población

Hagar Espanha Gomes

Jeannete Marguerite Kremer

Johanna W. Smit

Kira Tarapanoff

Luís Augusto Milanese

José Teixeira Coelho Netto

Maria Terezinha Dias de Andrade

Murilo Bastos da Cunha

Suzana Sperry

Neusa Dias de Macedo

Regina Célia Pereira da Rosa

Regina Célia Baptista Belluzzo

A Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação é indexada por: Information Science Abstracts (ISA), Library and Information Science Abstracts (LISA) e Library Literature (LL)

Assinatura/Exterior US\$ 100

Toda a correspondência para a RBBB deve ser enviada à:

Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários

Rua Avanhandava, 40, cj 110 - CEP 01306-000 São Paulo, SP, Fone (011) 257-9979

REVISTA FINANCIADA COM RECURSOS DO

Programa de Apoio a Publicações Científicas

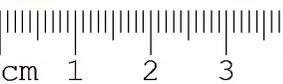
MCT



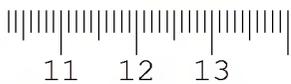
CNPq



FINEP



Digitalizado
gentilmente por:



APRESENTAÇÃO

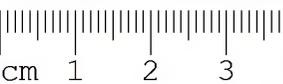
A Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação conta com um novo corpo editorial para a gestão 1993/95. Na qualidade de editora-chefe, gostaria de expor as linhas gerais que orientarão o trabalho durante o triênio, apresentando, igualmente os novos membros da equipe.

A revista tem um objetivo fundamental: divulgar os trabalhos gerados no âmbito profissional e acadêmico que contribuam para o avanço teórico e prático da área. Desse modo, os trabalhos enviados para publicação são submetidos à apreciação de um corpo de avaliadores. Garante-se, assim, a circulação de idéias e de experiências significativas da área.

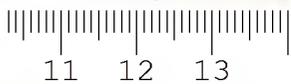
A manutenção de um eixo temático para cada número da revista não se tem mostrado viável porque nem sempre as contribuições são em número suficiente para garantir tal unidade. Dessa forma, a revista passará a veicular artigos sobre assuntos variados, reservando a produção de números temáticos para ocasiões especiais.

Criou-se também duas novas seções: Bibliografia Comentada e Ponto de Vista. A primeira, substitui a seção Levantamento Bibliográfico, oferecendo ao leitor uma abordagem crítica da produção bibliográfica sobre um dado tema e será sempre encomendada a um especialista. O Ponto de Vista substitui, por sua vez, a seção Entrevista. Procurar-se-á, na medida do possível, confrontar pontos de vista de diferentes pessoas sobre um dado tema. Neste número, debate-se os polêmicos Centros de Informação e Cultura criados nas escolas-padrão do Estado de São Paulo.

O "Guia dos Colaboradores" sofreu também algumas modificações. A questão mais importante refere-se à solicitação de envio dos originais para publicação gravados em disquetes. Deseja-se, com isso,



Digitalizado
gentilmente por:



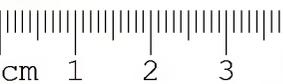
simultaneamente, diminuir custos e agilizar a fase de produção editorial. Pede-se aos colaboradores que leiam atentamente as instruções. No mais, mantém-se a estrutura da revista.

O corpo editorial foi estruturado em editorias. Assim, Maria de Fátima G.M. Tálamo e Marilda Lopes Ginez de Lara, professoras da Escola de Comunicações e Artes da USP têm a função de editoras-adjuntas. Mariângela Spotti Lopes Fujita (UNESP), José Augusto Chaves Guimarães (UNESP), Oswaldo Francisco de Almeida Júnior (ECA-USP), Marta Ligia Ponim Valentin (APB) e Daisy Pires Noronha (ECA-USP) são os editores-assistentes, enquanto Maria Matilde Kronka Dias responde pela secretaria da revista.

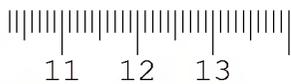
A revista apresenta também um novo formato: nova capa, nova programação visual interna. Esperamos que os leitores apreciem as reformulações. A seção “Cartas à Revista” divulgará as manifestações dos leitores, estando igualmente aberta também ao debate entre os leitores. Aguardamos sua opinião e sua colaboração.

Nair Yumiko Kobashi
editora-chefe

Durante o fechamento deste número, recebemos a notícia do falecimento de Paulo Tarcísio Mayrink, Professor de Biblioteconomia da UNESP e assíduo colaborador desta revista. O corpo editorial da RBBB expressa seu mais profundo sentimento de pesar por esta perda.



Digitalizado
gentilmente por:



BIBLIOTECAS AMBULANTES EM ESCOLAS RURAIS

RESUMO: Projeto para a implantação de um serviço de bibliotecas ambulantes em comunidades rurais na região de Marília, SP., utilizando-se da rede estadual de escolas rurais. Foram analisadas comunidades de alunos das escolas para se identificar idade, sexo, grau de instrução, ocupação, lazer, gosto literário, programas de rádio e de TV preferidos e grau de interesse por um serviço de biblioteca. São dadas sugestões para a criação de um programa de bibliotecas ambulantes via caixas-estantes junto a escolas rurais, com atividades de animação cultural e criação de um centro de referência utilitária para toda a comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Biblioteca ambulante; Carro-biblioteca; Caixas-estantes; Biblioteca rural; Escolas rurais; Animação cultural.

*Paulo Tarcísio Mayrink**

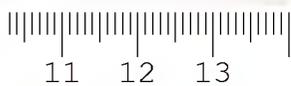
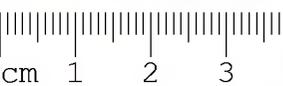
1 Introdução

Com o início do trabalho de organização da biblioteca da Divisão Regional Agrícola de Marília (DIRAM) em 1986, que desde então vem sendo mantida em funcionamento por duas alunas de Biblioteconomia, com bolsas da FUNDAÇÃO, sob nossa supervisão, começamos a perceber que o público-alvo final da informação que chegava à biblioteca não estava sendo atingido.

Nossa experiência anterior à docência sempre foi com a informação agrícola, pois trabalhamos como bibliotecário da Universidade Federal de Viçosa por cinco anos e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) por sete anos.

O fluxo da informação agrícola obedece a uma seqüência lógica: PESQUISA-EXTENSÃO-PRODUTOR RURAL.

* Professor Assistente Doutor do Dept. de Biblioteconomia e Documentação - Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP - Campus de Marília



Este último, o produtor, o trabalhador rural, via de regra só recebe informação através do extensionista, o que limita essa informação à área de técnica agropecuária. Mas o produtor rural e suas famílias constituem uma parcela da população com direito à educação e à informação, importantes para o exercício pleno da liberdade e da cidadania, para a criatividade e adoção e difusão de novas idéias.

A biblioteconomia começa a despertar para esse problema no Brasil, não sem atraso, como se verá mais adiante. Mesmo que os serviços prestados pelas bibliotecas nas áreas urbanas não tenham atingido ainda o ponto ideal (está, aliás, muito distante ainda, é verdade) o bibliotecário não pode continuar negligenciando a população do meio rural, como não pode também desprezar outras minorias e desfavorecidos da área urbana.

Foi com esse intuito que desenvolvemos um projeto de pesquisa, buscando soluções para o estabelecimento de um programa de bibliotecas na zona rural, através de carros-bibliotecas e caixas-estantes. O desenvolver do trabalho levou-nos a uma solução mais prática, adotando as escolas rurais estaduais como base para bibliotecas circulantes, com propostas de melhoria ou instalação das bibliotecas destas escolas.

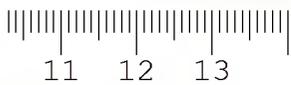
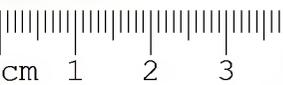
O trabalho serviu para mostrar uma realidade onde a deficiência ainda impera, ao mesmo tempo que abre caminho para um extenso trabalho com bibliotecas de escolas rurais. Trabalho que coincide com a proposta de recuperação das escolas rurais pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, através da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE) e outras instituições estaduais e municipais.

Viu-se, por fim, esse enorme potencial para se trabalhar com bibliotecas escolares e bibliotecas ambulantes, estas últimas uma alternativa prática e econômica ainda muito pouco explorada em nosso país, certamente pela formação elitista dada por nossas escolas aos futuros profissionais. Mas, muito mais do que isso, há a expectativa do leitor, do jovem ansioso por aprender, ávido para ter ao seu alcance mais informação, informação cultural e de conhecimentos práticos que os torne mais independentes e criativos e que, dependendo do programa de educação que conseguirem, se predisõem até a permanecerem no meio rural, diminuindo, quem sabe, o êxodo rural tão intenso e contínuo ultimamente em nosso país, como no resto do mundo.

1.1 Informação para o meio rural

Levar informação para comunidades rurais é uma prática recente no Brasil, mas não em outros países, como a França, Inglaterra, Canadá e Estados Unidos, que estão historicamente na vanguarda do setor.

No Brasil os primeiros registros são em Santa Catarina, que estabeleceu



em 1979 o Sistema de Bibliotecas Públicas com extensão de serviços à área rural (TAYLOR, 1985). E em 1987 uma maior divulgação do problema foi dado com a publicação do trabalho Animação Cultural: Educação e Informação para Comunidades Rurais, pela Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, sob coordenação de Suzana SPERRY (1987).

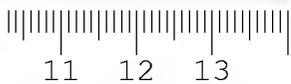
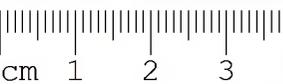
Nos Estados Unidos, o serviço de informação para comunidades rurais é tradicionalmente prestado por bibliotecas públicas, mas os primeiros passos foram dados em 1890 com um serviço de extensão para a zona rural por meio de bibliotecas ambulantes, coordenado por agências estaduais de bibliotecas. Mais tarde (1920) esse serviço foi passado para a responsabilidade de governos municipais. Nas décadas de 1930 e 1940 o serviço foi regionalizado, utilizando-se um trabalho cooperativo (DE GRUYTER, 1980).

Esse programa expandiu-se por todo o país, tendendo a atuar através de bibliotecas ambulantes como serviço de envio de informação pelo correio que, a longo prazo, ficaria mais barato que carros-biblioteca, pois se utilizaria de livros em brochura e formatos modernos de registros de informação, menores e mais leves (McCALLAN, 1980). A preocupação com informação para o meio rural tem aumentado nesse país, desenvolvendo-se programas de bibliotecas públicas, principalmente nos Estados de características e vocação para a economia agropecuária, como Wyoming, Utah, Colorado e Montana. Um projeto da Fundação Kellogg (Intermountain Community Learning and Information Services-ICLIS) visa prover serviços informacionais e educacionais para os moradores da zona rural desses Estados, estabelecendo um serviço cooperativo entre bibliotecas públicas locais, bibliotecas estaduais e bibliotecas universitárias (WHITSON, 1987).

Recursos modernos têm sido colocados à disposição de bibliotecas rurais, como os do Online Computer Library Center -OCLC, principalmente para catalogação e empréstimos interbibliotecários, possibilitando ainda acesso via CDs (WALTERS, 1989). Existe também nos Estados Unidos um centro de informação e referência para usuários com acesso online a bases de dados como DIALOG e LOGIN. The Rural Information Center - RIC -, que serve de depositário da National Agricultural Library(NAL) (JOHN, 1989).

Na Pensilvânia, estado essencialmente agrícola, com a maior população agrícola do país (3.363.499 das 11.793.909 pessoas que vivem na zona rural no país, ou 28,5%, censo de 1970), foi criado, em 1978, o Center for the Study of Rural Librarianship, junto à escola de Biblioteconomia do Clarion State College, na cidade de Clarion, localizada na zona rural. Seus objetivos: serviços à comunidade, educação continuada e pesquisa. O primeiro trabalho foi uma pesquisa sobre bibliotecas rurais e o status do serviço de informação que têm prestado (VAVREK, 1980).

A França conta com o programa Biblioteca Central de Empréstimo (BCP), criado em 1945 com a finalidade de levar pequenas coleções renováveis a pequenas comunidades. O programa foi inicialmente financiado pelo governo central, tendo sido transferido para os governos departamentais e municipais. São programas



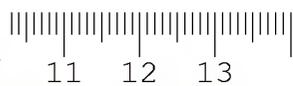
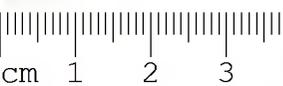
de interiorização da leitura, com atividades de animação cultural, utilizando-se carros-biblioteca e até “musi-ônibus e “art-ônibus” (DELAFOSSÉ, 1990, VINGTDEUX, 1985, CALENGE & DOUBROFF, 1990).

Um extenso projeto para se organizar informação para a comunidade rural de South Molton foi desenvolvido na Inglaterra na década de 1970. O programa foi estabelecido na Biblioteca Pública de Devon, com a colaboração direta da British Library, do Commonwealth Agricultural Bureaux (CAB) e outras entidades, fazendo-se um estudo da comunidade rural e de suas necessidades de informação, escolhendo-se uma região tipicamente agrícola no sul do país. O trabalho serviu como modelo para ser aplicado em outras áreas do país e foi utilizado o serviço de um carro-biblioteca que percorreu a área rural de South Molton (VENNER & COTTON, 1986).

A Nova Zelândia utiliza a rede de escolas rurais para desenvolver um programa de leituras recreativas para todas as idades, centralizando um serviço de empréstimo em uma biblioteca de uma escola maior, onde se estabelece uma biblioteca escolar comunitária. O serviço é coordenado pelo Serviço de Biblioteca Escolar da Biblioteca Nacional local (NEW ZEALAND, 1988).

Um serviço de bibliotecas rurais um tanto quanto inusitada, pelas características geográficas da região, vem sendo desenvolvido desde 1958 nas Ilhas Salomão, no Arquipélago da Melanésia, na Oceania, expandindo-se mais tarde para outras ilhas das proximidades. O trabalho nas Ilhas Salomão, que até 1978 era um protetorado britânico e cuja população se dedica à agricultura, pesca e exploração de produtos do coco, iniciou-se com livros bem ilustrados sobre a história das Ilhas do Pacífico, livros de informação genérica e livros de histórias com versão simplificada de outras regiões além do Pacífico, e livros de estudos sociais, também em versão simplificada. Os livros foram enviados em caixas-estantes de 100 e 200 volumes para sedes de distritos por meio de barcos, ficando sob a responsabilidade de proprietários de plantações, professores membros de câmaras de governos locais, burocratas e religiosos. O serviço vem funcionando bem, havendo reciclagem das coleções, que permanecem nas comunidades de 3 a 6 meses, registrando-se pouca perda (5,3% em 18 meses) e aumento de interesse com ajuda de publicidade com posters e através de rádio. Atualmente existe um Serviço Nacional de Bibliotecas que coordena várias bibliotecas comunitárias e os serviços de caixas-estantes, com apoio do Conselho Britânico (EVANS, 1992).

A República de Kiribati, anteriormente Ilhas Gilbert também localizada na Oceania, tornou-se independente em 1979, deixando de ser colônia britânica. É formada por 33 ilhas, 27 das quais desabitadas. Existia nesse país um pequeno programa de bibliotecas desde 1946, cujas bibliotecas dependiam de doações, funcionando algumas horas por semana, em três localidades e administradas por esposas espatriadas até 1960. Um consultor da UNESCO visitou o país em 1962 e encontrou uma estrutura de bibliotecas públicas num estágio muito prematuro, convencendo-se de que um desenvolvimento de bibliotecas deveria se iniciar pelo



setor de bibliotecas escolares. Um serviço de empréstimos de livros pelo correio a pessoas selecionadas foi superado pelo serviço de caixas-estantes enviadas às ilhas para pessoas encarregadas de atuarem como bibliotecários.

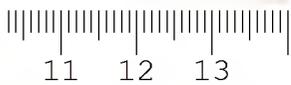
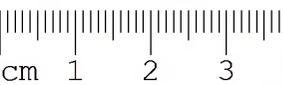
Em 1971 foi desenvolvido um programa de bibliotecas rurais com a finalidade de prover material de leitura para quem havia já aprendido o inglês e para aqueles que quisessem aprender o idioma. Seria criada uma rede de bibliotecas em vilas, sediadas em escolas primárias, supervisionadas por professores com treinamento em biblioteconomia. As bibliotecas seriam abertas a todos com amplos acervos de programas educacionais e de desenvolvimento comunitário. Foram construídas cabines com capacidade de 500 livros, que passaram a funcionar como unidades de pequenas bibliotecas de vilas e administradas por bibliotecários formados, sendo que as suas coleções, formadas na maioria por obras de escritores africanos, são periodicamente renováveis. Em 1976 foi criada a Divisão Nacional de Bibliotecas e Arquivos do Ministério da Educação, com apoio do Conselho Britânico, que passou a coordenar o serviço de bibliotecas circulantes (EVANS & ETEKIERA, 1990).

No Brasil, provavelmente o primeiro serviço de bibliotecas para a zona rural é implantado em Santa Catarina a partir de 1979, através do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado. Cuidadosamente planejado, o programa contava até 1985 com 70 bibliotecas públicas, 45 das quais estavam localizadas em municípios de base econômica essencialmente agropecuária. Dois objetivos foram priorizados inicialmente: serviços à infância, com desenvolvimento e manutenção de alfabetização funcional, pela prática da leitura da palavra escrita e desenvolvimento do gosto pela leitura e serviços a adultos, com o objetivo de manter o estado de alfabetização funcional, fornecer informações de natureza utilitária, e resgatar e preservar traços culturais característicos da comunidade.

No meio rural foram escolhidas como pontes de serviço ou atuação escolas e igrejas. A informação e divulgação do programa são feitas através de cursos e palestras. Livros são embalados em caixas de madeira, papelão ou plástico, utilizando-se veículos da Prefeitura para o transporte. O responsável pela biblioteca pública acompanha a biblioteca ambulante, realizando empréstimos. Em alguns casos, a biblioteca ambulante é encaminhada a um responsável, membro da escola ou da igreja, que executa os empréstimos.

A repercussão do trabalho tem sido boa, havendo entusiasmo pelos responsáveis, que usam criatividade para expandir o serviço na área rural. Transforma-se a imagem tradicional da biblioteca nas comunidades atendidas, aumentando a credibilidade junto aos usuários e poderes públicos municipais, crescendo sempre a demanda para esse serviço entre os usuários (TAYLOR, 1985).

O esforço de se levar a informação e a leitura a moradores da zona rural tem sido semelhante em diferentes países, no que tange às dificuldades e formas encontradas. Isso porque a necessidade da informação tem quase sempre a mesma origem: falta de um serviço informativo, isolamento, com a distância entre o local



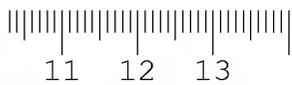
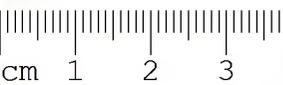
de trabalho e a cidade, necessidade de esclarecimentos sobre os avanços tecnológicos, como aplicar novas tecnologias para participar do processo produtivo, como conhecer e saber onde buscar instituições de programas com funções de operacionalizar a prática agrária, tais como crédito, assistência técnica, extensão rural, difusão de tecnologia e pesquisa (SPERRY, 1987).

Tradicionalmente, quem tem levado informação ao trabalhador rural na prática tem sido o extensionista rural. Entretanto, BARRON & CURRAN (1980) advertem: é necessário desmistificar o conceito que se tem da zona rural e de suas populações, que não são mais fazendeiros, mas trabalhadores rurais em constante declínio, sendo ultrapassadas e errôneas as idéias de que os serviços de extensão rural é que podem prover toda informação de sobrevivência de que necessitam os moradores das áreas rurais. Sem querer desmerecer o trabalho dos extensionistas rurais, os autores afirmam haver uma diferença no tipo de informação que esses técnicos devem passar aos ruralistas e a que os bibliotecários devem fornecer. Os planejadores de serviços bibliotecários para a zona rural devem ter em conta o isolamento geográfico, que leva os moradores a buscar contato com pessoas, e não com instituições, exceto igrejas, para se obter informação.

O bibliotecário rural deve combinar necessidades com serviços, deve saber distinguir os serviços de uma biblioteca, identificando-os com informação e pessoas, e não com livro e outro material informativo qualquer. A formação acadêmica do bibliotecário, pelo menos no Brasil, tem sido por demais tecnicista, voltada para os interesses das instituições empregatícias, valendo o profissional pela eficiência com que manipula as tecnologias colocadas à sua disposição e rapidez no atendimento às necessidades expressas pelos usuários (SPERRY, 1991).

Na verdade, nem ousamos ainda usar o termo bibliotecário rural, que já aparece na literatura internacional, mesmo porque ainda não temos o profissional atuando exclusivamente nessa área, embora exista um enorme potencial para tal, se considerarmos a grande quantidade de comunidades rurais carentes de um serviço de bibliotecas. Mas devemos ter sim o bibliotecário rural, profissional atuando no meio rural, levando informação para o camponês, o habitante do campo, da zona rural, diferenciando-se do já consagrado bibliotecário agrícola, aquele que atua junto a instituições de pesquisa e de ensino agrícolas, que trabalha com a informação agrícola para o técnico, o pesquisador, o professor de universidade ou de colégio agrícola.

Embora considere imprescindível o domínio de técnicas documentais e a utilização de novas tecnologias na área de informação, VERGUEIRO (1988) indaga "até que ponto estaria o bibliotecário contribuindo para integrar à sociedade como cidadãos aquelas parcelas da população desprovidas das condições mínimas para uma participação social digna?" Lembra o autor que todos possuem uma responsabilidade social para com a população que devem atender. No caso dos

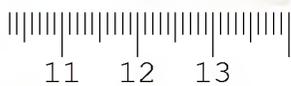
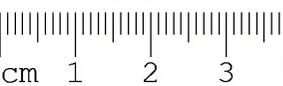


bibliotecários e documentalistas esta responsabilidade se traduz em conseguir “se colocarem como canais não mais entre as informações produzidas e um usuário potencial totalmente descaracterizado, mas entre estas informações e aquelas camadas da população que sempre foram mantidas afastadas delas”. E isto se conseguirá com práticas políticas que levem o bibliotecário a diferenciar os usuários a serem atendidos, tornando acessíveis à população informações identificadas com suas necessidades cotidianas e não encontráveis nos veículos tradicionais de comunicação de massa, conforme recomendação de DEPALLENS, citado por VERGUEIRO (1988).

SPERRY (1991) lembra que os sistemas de informação agrícola no Brasil estão entre os melhores do mundo: são bem planejados, bem administrados, com excelentes acervos bibliográficos e acesso a bases de dados estrangeiros. Há considerável número de profissionais com razoável formação básica, bem treinados em cursos de especialização e de pós-graduação. Para o bibliotecário de uma instituição de pesquisa agrícola o produtor rural é um elemento distante, a ser atendido pelos serviços de extensão rural. Mesmo afastado, o bibliotecário agrícola percebe que a comunicação idealizada pelo modelo clássico de extensão rural não está se realizando de forma ideal. Isto porque não se fizeram modificações paralelas no ambiente social rural.

Citando ANTONOVICH (1980), a autora destaca que “a educação é fundamental para o desenvolvimento rural, funcionando como seu princípio básico: a instrução provoca o aumento do nível cultural geral, ao mesmo tempo que desenvolve a consciência, melhorando o meio social e psicológico, criando condições favoráveis às atividades profissionais para a organização racional do lazer e para o desenvolvimento posterior das necessidades materiais e intelectuais”. É também muito bem lembrado por SPERRY (1991) que no contexto rural de hoje não existem condições para se praticar a educação e a cultura, por mínimo que seja esse exercício, pois faltam livros, revistas e jornais, não existindo estímulo para atividades intelectuais dentro das famílias nem para qualquer atividade cultural fora do âmbito das escolas.

Agricultores de baixa renda deixam o campo quase que diariamente, por falta de aprimorar seus métodos de produção, em consequência do baixíssimo nível de instrução e da política agrícola discriminatória. Em face da necessidade urgente de se programar um serviço de apoio por parte dos órgãos governamentais para se corrigir essa distorção, a autora propõe que os bibliotecários tomem importantes iniciativas de mudança social, assumindo um papel de vanguarda em atividades de educação, cultura, informação e lazer. Os bibliotecários agrícolas - continua a autora - estão ligados a entidades de pesquisa e de extensão e assistência rural, que já têm uma clientela definida, uma elite cultural no campo. O desafio desses bibliotecários é vencer sua acomodação e levar a informação diretamente para o campo, para a comunidade mais necessitada, o agricultor e sua família.



1.2 Modalidades de bibliotecas rurais e seus serviços

As bibliotecas rurais existentes em diversas partes do mundo vão naturalmente variar de modalidade e formato de acordo com os recursos disponíveis. Na França, na Inglaterra, nos Estados Unidos, no Canadá e em outros países que reconhecem a necessidade e a importância do serviço, os carros-bibliotecas são a forma mais utilizada para se levar a informação ao homem do campo. Entretanto, nesses países utilizam-se também caixas-estantes para regiões mais remotas ou para comunidades em que se convencionaram manter uma pequena coleção permanente por alguns dias ou meses.

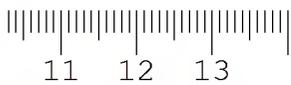
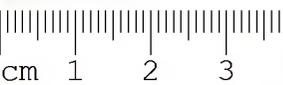
Vale lembrar que na França quando se quis lançar o programa da Biblioteca Central de Empréstimo na região de Ardèche em 1982, utilizou-se um recurso peculiar, folclórico e bem identificado com os costumes da região. Uma carroça puxada por um cavalo percorreu durante três semanas as estradas rurais, parando em vilas e lugarejos, oferecendo leitura e atividades de ação cultural. A carroça trazia nas laterais a inscrição: Leitura, o caminho da liberdade (VINGTDEUX, (1985).

Nas Ilhas do Pacífico estão utilizando caixas-estantes ou cabines, uma versão ampliada das caixas-estantes, uma vez que se abrem sob forma de duas estantes ou prateleiras para cerca de 500 livros.

Aqui no Brasil temos que ser bastante realistas: embora sonhemos com um carro-biblioteca doado por algum mecenas ou por alguma instituição de apoio educativo e cultural (a UNESCO já distribuiu muitos carros-bibliotecas para países africanos e asiáticos), o certo é adotarmos as práticas e econômicas caixas-estantes como forma de levarmos informação, educação e cultura ao meio rural. Prática, aliás, já adotada pelo sistema de Bibliotecas Públicas de Santa Catarina (TAYLOR, 1985).

Para o Estado de São Paulo, estamos propondo, nesse trabalho pioneiro a ser implantado na região de Marília, caixas-estantes a serem levadas às escolas rurais. Em alguns casos, as caixas poderão ser deixadas com religiosos, assistentes sociais, postos de saúde ou líderes comunitários. Isto poderá ocorrer quando o serviço passar a interessar também aos adultos.

Mas, muito mais importante do que a modalidade, está o serviço a ser oferecido. Se nos Estados Unidos já se pode oferecer informação com acesso "on line" (SÜTONEN, 1991), (DE JOHN, 1980), (WALTERS, 1989), no Brasil a realidade é outra: é necessário levar informação, animação cultural e outras formas de ações educativas e informativas que virão facilitar atividades de lazer, cultura e assistência social, além de informações técnicas e econômicas, que ajudarão a fixar o homem no campo (SANTOS et alii., 1987).

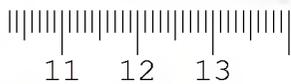
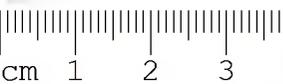


Mesmo com os modernos meios de registro de informação que hoje possibilitam acesso rápido e mais amplo à mesma, o objetivo básico que norteou os primeiros serviços de biblioteca volante no meio rural é ainda preocupação do bibliotecário rural em qualquer parte do mundo: levar a leitura a pessoas que vivem em comunidades isoladas. Esse deve ser por muito tempo ainda o carro-chefe de qualquer programa de extensão de biblioteca. Permanece mais vivo do que nunca o lema que o programa da BCP da França adotou para a França, inscrevendo na carroça que serviu para atrair a atenção para o mesmo: **Leitura, o caminho da liberdade**. A promoção da leitura ainda é a grande preocupação do bibliotecário público e do bibliotecário escolar, não só no Brasil, como em outros países. A leitura facilita a comunicação, aumenta o conhecimento e leva ao intercâmbio de idéias e ao desenvolvimento intelectual.

Além da promoção da leitura, a biblioteca ambulante desenvolve atividades de animação cultural para crianças, jovens e adultos. Originária de um modelo francês, "ação cultural é a denominação dada às atividades desenvolvidas por bibliotecários em conjunto com outros membros da comunidade onde a biblioteca estiver instalada, com o objetivo de estimular o gosto pela leitura e aproximar o povo das artes. Geralmente essas atividades são coordenadas e realizadas por bibliotecários e por outros profissionais do livro (autores, editores e livreiros) em colaboração com atores teatrais, historiadores e pesquisadores. Utilizam todos os meios disponíveis para comunicação" (SPERRY, 1982).

As bibliotecas rurais terão como atividades de ação cultural representações teatrais, debate de leituras e apresentações musicais que estimulem a participação de membros da comunidade. Devem-se promover, igualmente, a exibição de vídeos e slides sobre temas culturais ou de lazer e de temas identificados com a cultura local. Outra atividade importante que se pode desenvolver em comunidades rurais é o Projeto Memória, destinado a coletar em gravações fita cassete depoimentos de pessoas idosas que possam relatar a história da comunidade e de usos e costumes da população.

O acervo da caixa-estante deve atender às necessidades informativas dos moradores e aí devem-se incluir não somente livros de leitura de lazer, referência e cultura geral, como também toda uma documentação ligada a questões agrárias: posse de terra (área jurídica) técnicas agropecuárias, criação de pequenos animais, plantio de hortas (área de agronomia, zootecnia e veterinária), documentação de informação utilitária, de formação permanente (corte e costura, contabilidade, alfabetização e religião). Esse acervo de cunho prático é produzido pelos serviços de pesquisa agropecuária e de extensão rural e pelos serviços sociais da indústria e comércio (SESI, SESC, SENAI) e sindicatos.



2. Objetivos

A proposta de implantação de um serviço de bibliotecas ambulantes para comunidades rurais na região de Marília, Estado de São Paulo, levou-nos a um estudo com a finalidade de avaliar a eficácia de bibliotecas ambulantes em desenvolver o gosto pela leitura e busca de informação, por parte de membros das comunidades a serem beneficiadas com tal serviço.

O objetivo final do trabalho foi o de criar um programa regular de bibliotecas ambulantes junto a escolas rurais, e ao mesmo tempo, um centro de informação e referência utilitária para todos os membros das comunidades atendidas.

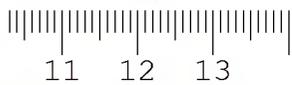
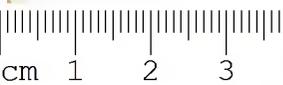
3 Escolas Rurais

A implantação de um programa de bibliotecas ambulantes em comunidades rurais na região de Marília contaria inicialmente com o trabalho cooperativo de técnicos agrícolas e extensionistas da Divisão Regional Agrícola de Marília (DIRA) e da Delegacia de Agricultura, sediadas na cidade. Verificou-se, entretanto, uma grande dificuldade em se estabelecer contato com as comunidades rurais através desses especialistas, pois suas reuniões técnicas e atividades de dias de campo nem sempre se realizam em determinadas comunidades, sendo muitas vezes reuniões de agricultores participantes de diferentes regiões feitas nas cidades.

Optou-se, então, por se utilizar a rede existente de escolas rurais estaduais, que possui toda uma estrutura organizada, em sintonia com as Delegacias de Ensino, incluindo transporte para professores e alunos.

A FDE fez um estudo da situação das escolas rurais do Estado de São Paulo para a Secretaria da Educação. Os problemas cruciais apontados no estudo são essencialmente o isolamento, precariedade de instalações e terminalidade antecipada. Os professores rurais, em torno de 10.799 em todo o Estado, para 207.803 alunos, (dados de 1986), têm a responsabilidade de, além da docência, coordenar a merenda, desde o ato de levá-la da sede do município, à sua preparação e distribuição. Outras tarefas: limpeza, campanhas, promoções, festinhas, controle burocrático e preenchimento de mapas. Com os baixos salários e com tanto desvirtuamento de funções, o professor tem pouco estímulo para permanecer na zona rural, gerando uma grande rotatividade entre eles e agravando seu despreparo para a docência.

Os alunos das escolas da zona rural são, em sua quase maioria, filhos de assalariados (mensalistas, 30,3 % , diaristas, 5,5 %), parceiros (12,3 %)



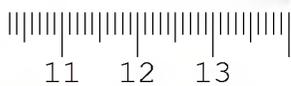
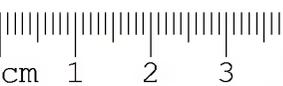
meeiros, arrendatários (16 %), posseiros e proprietários (38 %) Com isso, o número de residentes nos imóveis rurais tem sido estável e o baixo nível de escolarização dessa população que valoriza o estudo é causado pela deficiente oferta de escolas ou séries de estudo. Os próprios alunos, via de regra, integram a força de trabalho, requisitados em várias fases do processo produtivo, e não somente durante o plantio e colheita. A escolarização só não fica prejudicada porque os filhos de proprietários, arrendatários e parceiros trabalham meio expediente, podendo freqüentar a escola.

As limitações relativas à deficiência da oferta escolar, baixa renda dos pais e gastos com a escolaridade atingem os filhos dos não-proprietários. Esses problemas e mais o fato de que todo o universo cognitivo e afetivo e, conseqüentemente, todo repertório lingüístico dessas crianças são geralmente ignorados em seu processo de escolarização, explicam os altos índices de repetência, atraso na vida escolar, descontinuidade, evasão escolar, etc. Diante desse quadro, a FDE propõe, para a recuperação da escola rural, o agrupamento das escolas unidocentes e extinção das escolas isoladas, o que permitirá a racionalização dos recursos públicos, materiais e humanos, instalações melhores e más adequadas ao trabalho educacional e maior dedicação dos professores à docência, eliminando as outras funções, como merendeira ou servente.

Aos alunos estará garantida maior assistência pedagógica, uma vez que os professores deixarão de atender três ou quatro séries. A escola terá maior espaço físico para oferecer atividades de enriquecimento curricular. Haverá um melhor planejamento para atendimento ao escolar e à comunidade: transportes, hortas comunitárias, ações integradas de saúde e alimentação, oferta de cursos noturnos para adultos, treinamento em atividades agropecuárias e de economia doméstica, criação de bibliotecas comunitárias, organização de visitas, excursões e cursos de atualização, em convênio com Escolas Técnicas Agrícolas Estaduais do 2º grau e outras instituições (SÃO PAULO, 1988).

Esse estudo levantou o problema da situação em que se encontram as escolas rurais e o simples fato de ter sido feito de forma tão cabal já demonstra interesse por parte dos governantes por essa área de ensino.

Aos poucos, as mudanças e melhorias vão sendo feitas e a presença de bibliotecas ambulantes nessas escolas já será um passo importante para a criação das bibliotecas comunitárias. Haverá então um trabalho de conscientização junto a alunos e professores da necessidade e importância da biblioteca na escola, conscientização aliás necessária em quase todas as escolas urbanas, onde a situação das bibliotecas ainda é deficiente, faltando o profissional bibliotecário, instalações adequadas e coleções catalogadas e atualizadas.



4. IDENTIFICANDO A COMUNIDADE

O trabalho de identificação e levantamento de interesse foi feito em 10 escolas, através de questionários respondidos por alunos (Anexo 1). As escolas foram selecionadas com ajuda de técnicos da Delegacia de Ensino e têm como características possuírem um número maior de alunos e estarem localizadas em granjas e fazendas maiores e em distritos urbanos cuja população acha-se envolvida em trabalho agrícola. Foi pesquisada a população estudantil das seguintes comunidades:

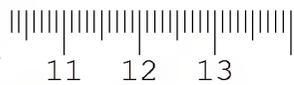
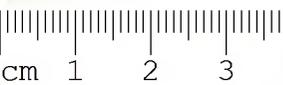
01. Avencas (distrito)	(Marília)
02. Fazenda Santa Helena	(Marília)
03. Rosália (distrito)	(Marília)
04. Granja Mizumoto	(Echaporã)
05. Fazenda Santana	(Vera Cruz)
06. Sítio Bandeirantes	(Vera Cruz)
07. Fazenda Santa Madalena	(Marília)
08. Lácio (distrito)	(Marília)
09. Fazenda Cascatinha	(Marília)
10. Amadeu Amaral (distrito)	(Marília)

4.1 Resultados e Avaliação

Apresentamos, a seguir uma amostra dos principais e mais representativos resultados da análise de dados coletados através de questionários, que contém perguntas distribuídas em três seções distintas:

1) Identificação do usuário: idade, sexo, grau de instrução, ocupação e lazer; 2) Interesse do usuário: gosto literário, programas de rádio preferidos, horário em que ouve rádio, programas de TV preferidos, horários em que assiste TV, se gosta de assistir palestras, que temas prefere para palestras; 3) Formação da biblioteca: se conhece alguma biblioteca, qual biblioteca conhece, se se interessa por um serviço de carro-biblioteca e qual o melhor dia e horário para visita do carro-biblioteca.

Com esses dados, procurou-se levantar o perfil das comunidades de escolas rurais, servindo os resultados de base para montagem de um programa de carro-biblioteca com caixas-estantes e atividades de animação cultural.



A análise dos dados proporcionou os seguintes resultados:

4.1.1 Identificação do usuário

Idade: Num universo de 429 respostas, a grande maioria está entre 9 a 13 anos (68,30%) e 22,38% com 14 a 17 anos, concentrando-se então 90,68% na faixa de 9 a 17 anos (Tab. 1).

Tabela 1 - Identificação do Usuário: Idade

Faixa etária	Nº de usuários	%
6 -8 anos	37	8,62
9- 13 anos	293	68,30
14-17 anos	96	22,38
Acima de 18 anos	3	0,70
TOTAL	429	100,00

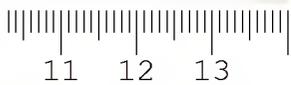
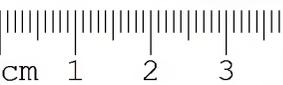
A determinação da idade nessa faixa um tanto quanto heterogênea, mas tipicamente escolar de 1º grau será decisiva para a programação de atividades artístico-culturais e formação do acervo da biblioteca circulante, bem como no serviço de atendimento ao leitor, com orientação a consultas e leituras.

Sexo: A predominância é do sexo feminino (54,16% das 421 respostas), ficando o sexo masculino com 45,84%. A diferença é mínima e essa variável não deverá afetar qualquer programação que venha a ser feita, tanto em atividades de ação cultural quanto na formação do acervo (Tab.2).

Tabela 2 - Identificação do Usuário: Sexo

Sexo	Nº de usuários	%
Feminino	228	54,16
Masculino	193	45,84
TOTAL	421	100,00

Grau de instrução: O nível de escolaridade é apresentado na Tabela 3, com predominância para a 5 e 8 séries do 1º grau (55,66% de 420 respondentes, contra 43,10% de alunos da 1 à 4 séries). Esses dados dependem do horário ou turno em que se pesquisou, havendo maior concentração de classes mais avançadas em turnos da manhã e da noite, quando existem classes noturnas. Esse fator irá



pesar quando se programar a visita do carro-biblioteca, pois as atividades e o acervo deverão ir de encontro aos interesses dos usuários.

Tabela 3 - Identificação do Usuário: Grau de instrução

Série	Nº de usuários	%
<i>1º Grau</i>		
1º - 4º	181	43,10
5º - 8º	238	55,66
<i>2º Grau</i>		
1º - 3º	1	0,24
TOTAL	420	100,00

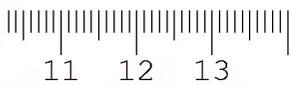
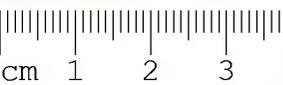
Ocupação: O questionamento sobre ocupação visava obter informações sobre alunos que trabalham. Como a pesquisa só foi feita de manhã e à tarde, entrevistando alunos menores, na maioria, o resultado só poderia ser este: 91,46% declararam-se estudantes, com 7,82% trabalhando na lavoura e números nada representativos em outras atividades (Tab. 4).

Tabela 4 - Identificação do Usuário: Ocupação

Ocupação	Nº de usuários	%
Estudante	386	91,46
Trabalha em lavoura	33	7,82
Trabalha em quitanda	1	0,24
Trabalha em citricultura	1	0,24
Trabalha em criação de bicho-da-seda	1	0,24
TOTAL	422	100,00

Essa informação poderá ser útil para as funções culturais, aproveitando-se a porcentagem considerável (8,30%) de trabalhadores rurais. Como os demais alunos vivem no meio rural, a atividade agrícola será a que se identifica com todos, podendo-se programar atividades e acervo identificados também, porque nunca exclusivamente, com coisas do meio rural.

Lazer: Nessa variável procurou-se saber o que fazem os futuros usuários da biblioteca ambulante para ter lazer. Cada um pôde responder livremente o que



preferisse, havendo uma dispersão de respostas por variadas atividades (Tab. 5).

Tabela 5 - Identificação do Usuário: Lazer

Lazer	Nº de respostas	%
Leitura	317	17,78
Rádio	324	18,17
TV	368	20,64
Passeio	403	22,60
Esporte	371	20,81
TOTAL	1783	100,00

Interessante notar que a maioria (22,60%) prefere passeio como lazer, o que não surpreende, pois para quem mora na zona rural, o maior desejo que se tem é sair para outros lugares. Em seguida vem esportes (20,81%), um bom indício de que os alunos procuram um lazer sadio, que certamente será concomitante com alguns outros igualmente indicados em alto índice: leitura (17,78%), rádio (18,17%) e TV (20,64%).

No questionário houve uma indicação voluntária de que tipo de passeio preferiam, surgindo referências para ir ao Bosque Municipal de Marília, onde existe um mini-zoológico, ir a museu, ir a zoológico, a parque de diversões, cinema, rodeio e outros mais com poucas indicações. Conhecer as preferências de lazer dos usuários não deixa de ser útil para se programar as atividades e o acervo da biblioteca ambulante, ainda mais que as respostas saíram diversificadas, enriquecendo a informação nesse particular.

4.1.2 Interesse do Usuário

Ao procurar identificar os interesses do leitor no que diz respeito a atividades culturais, buscou-se saber suas preferências por leitura, música, rádio e TV, a fim de se ter um perfil mais específico nessas áreas.

Preferência literária: Indagados sobre que tipo de leitura preferem, a maioria respondeu poesia (18%), seguida de perto por conto (17,11%), romance (16,93%) e novela (16,75%).

É significativo também o número de respostas para ficção científica (12,73%) e para quadrinhos (revistinhas, gibis), com 9,96% (Tab. 6).

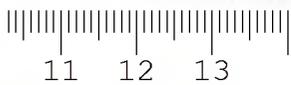
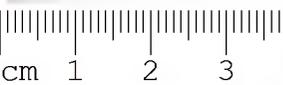


Tabela 6 - Interesse do Usuário: Preferência Literária

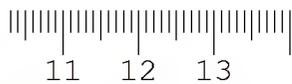
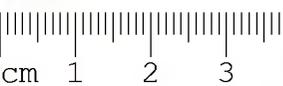
Leitura preferida	Nº de respostas	%
Romance	282	16,93
Ficção científica	212	12,73
Novela	279	16,75
Conto	285	17,11
Poesia	300	18,00
Quadrinhos	166	9,96
Jornais	30	1,80
Revistas	104	6,24
História do Brasil	1	0,06
Aventura e ação	6	0,36
Terror	1	0,06
TOTAL	1666	100,00

Essas informações são essenciais para a formação do acervo das caixas-estantes e podemos afirmar que foram bastante consistentes e satisfatórias, e isso se deve também ao fato de as alunas bolsistas que aplicaram os questionários terem explicado bem como responder a questão.

Programas de rádio preferidos: Nesta questão os respondentes foram quase unânimes: ligam o rádio para ouvir música (91,28%) sendo que alguns apontaram noticiário (4,70%), e outros, esportes (3,13%), nas preferências quantitativas dignas de observação (Tab. 7).

Tabela 7 - Interesse do Usuário: Programas de rádio preferidos

Programa	Nº de respostas	%
Musical	408	91,28
Noticiário	21	4,70
Esportes	14	3,13
Programas evangélicos	3	0,67
Programa Gil Gomes	1	0,22
TOTAL	447	100,00



Horário em que ouvem rádio: O horário preferido para se ouvir rádio é à tarde (49%) ou de manhã (38,25%), ficando uns poucos no horário da noite (12,75%), quando predomina a televisão (Tab. 8).

Tabela 8 - Interesse do usuário: Horário em que ouve rádio

Horário	Nº de respostas	%
Manhã	135	38,25
Tarde	173	49,00
Noite	45	12,75
TOTAL	353	100,00

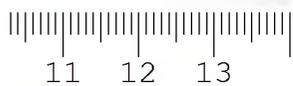
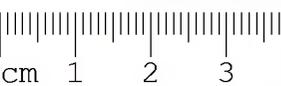
Cantor que mais gosta: Dentre os cantores preferidos, os mais indicados foram Leandro e Leonardo, com 168 indicações, seguidos de Zezé de Camargo e Luciano e Chitãozinho e Xororó, com 124 e 37 indicações, respectivamente, havendo uma série de indicações menores, representando preferências quase que individuais.

Horário em que assiste TV: O horário mais apontado em se que assiste TV é à noite, evidentemente (50,35%), que vai coincidir com os horários de novelas, programa apontado posteriormente como o preferido. Há uma distribuição regular entre os horários, inclusive de manhã e à tarde (30,28% e 19,37%, respectivamente), certamente porque enquanto não estão em aula, ou estão ouvindo rádio (em proporção bem maior), ou assistindo televisão nos momentos de lazer em que não estão brincando (Tab. 9).

Tabela 9 - Interesse do Usuário: Horário em que assiste TV

Horário	Nº de respostas	%
Manhã	55	19,37
Tarde	86	30,28
Noite	143	50,35
TOTAL	284	100,00

Por fim, procurou-se saber se os alunos conheciam alguma biblioteca e as respostas foram positivas, dizendo-se conhecer as Bibliotecas Públicas Municipais de Marília, de outras cidades da região, de São Paulo e Curitiba, bem como a Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, em Marília.



5 RECOMENDAÇÕES PARA UM PROGRAMA DE BIBLIOTECAS AMBULANTES PARA COMUNIDADES RURAIS

A implantação de um programa de bibliotecas ambulantes no interior de São Paulo, utilizando-se da rede oficial de escolas rurais mostra-se promissor e viável desde que haja o mínimo de apoio financeiro para a aquisição da coleção circulante e para a confecção das caixas-estantes.

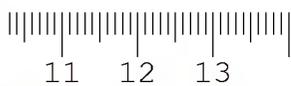
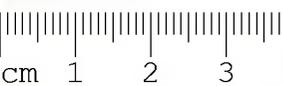
A análise de comunidades a serem beneficiadas com tal serviço trouxe uma boa receptividade para o programa, assim como as visitas feitas experimentalmente, utilizando-se caixas-estantes e coleção fornecidas pela Biblioteca do SESI em Marília. Existe uma enorme carência não só em termos de bibliotecas, mas em toda a estrutura das escolas rurais. Um programa de bibliotecas ambulantes servirá para suprir deficiências na área de informação e na própria formação de bibliotecas e de um centro de informações utilitárias, possibilitando às populações de áreas rurais um melhor acesso ao conhecimento cultural e prático.

Em Marília esse programa torna-se viável pela participação do Curso de Biblioteconomia da UNESP, que desenvolverá o programa como forma de serviço de extensão prestado à comunidade, servindo igualmente como campo de estágio para os alunos do Curso no trabalho de difusão da leitura, formação de acervo e planejamento e execução de atividades de animação cultural.

Em outras regiões, tanto do Estado como do país, o programa poderá ser desenvolvido por bibliotecas escolares ou públicas que tenham bibliotecário, uma estrutura adequada e, o que é mais importante, apoio sistemático do órgão a que estiver ligada a biblioteca.

Para a exequibilidade ideal do programa, a biblioteca-base deverá ter como estrutura adequada:

- a) uma coleção mínima de 100 a 300 livros de literatura infantil e adulta (leituras de lazer e de conhecimentos gerais);
- b) obras gerais e de referência;
- c) obras de informação utilitária nas seguintes áreas:
 - .área de técnicas agrônômicas: uso de fertilizantes, manuseio de implementos agrícolas, manejo de cultivos, uso de defensivos agrícolas e seus riscos para a saúde, alternativas agropecuárias, como bio-digestadores, manejo de dejetos e criação de pequenos animais;
 - .área econômica: comercialização da produção agrícola, crédito agrícola, compra de defensivos e implementos agrícolas, cooperativismo;
 - .área de saúde: contracepção e aborto, verminoses, doenças endêmicas e epidêmicas, uso de água, fossas sanitárias, acidentes de trabalho, acidentes com animais peçonhentos;



área de política: movimentos sociais no campo, direitos trabalhistas.

Esse material formará um Centro de Documentação Utilitária, ficando a coleção depositada na biblioteca da escola ou em algum centro social ou religioso da comunidade, ou ainda na casa de algum líder da comunidade.

- d) De duas a três caixas-estantes com capacidade para 100 livros, para revezamento nas diferentes localidades;
- e) Entrosamento com escolas rurais do município, sejam elas estaduais ou municipais;
- f) facilidade para locomoção das caixas-estantes (veículo disponível nos dias programados para as visitas).

Além do serviço de caixas-estantes e desenvolvimento de uma coleção fixa na escola ou em outro local centralizado da comunidade, visando principalmente o núcleo de informação utilitária, o programa de bibliotecas ambulantes para a zona rural deve desenvolver atividades de animação cultural, incluindo:

.oficina literária: circulação do material das caixas-estantes, hora do conto, recital de poesias, montagem de livros de histórias infantis, registro da memória oral da comunidade (lendas, canções, letras), elementos míticos da região, contos folclóricos, formação de gibiteca;

.oficina de teatro: resgatar elementos da cultura local, personagens típicas e lendárias de grupos representados na comunidade, danças folclóricas;

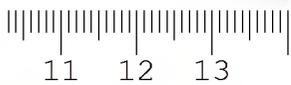
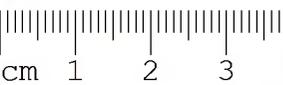
.oficina de música: apresentação de representantes da comunidade com canções populares e folclóricas, formação de grupos musicais;

.oficina de artes: promover exposições e aulas de iniciação à arte com artistas da região.

Incentivar igualmente a formação de grupos e clubes, como clube de leitura, clube filatélico, clube de cinema e vídeo e clube amigos da biblioteca. Para isso, é importante solicitar a colaboração de assistentes sociais e de clubes congêneres existentes em Marília e cidades da região. O programa deve promover ainda a exibição de filmes científicos e de técnicas agrárias, ecologia e de lazer, de interesse tanto para alunos como para seus pais e professores e demais membros da comunidade.

6 CONCLUSÃO

A experiência que este trabalho proporcionou é apenas uma amostra do que pode ser desenvolvido em comunidades rurais, utilizando-se da estrutura de escolas rurais. É um trabalho que se inicia com grande atraso, correndo o risco até de se tornar impraticável dentro de pouco tempo, pois o êxodo rural não pára e traz como conseqüência o fechamento de muitas escolas rurais e, o que é pior, o desaparecimento gradativo de comunidades rurais.



Ao lado de estímulos ao agricultor, devem ser criadas e mantidas escolas rurais e programas de bibliotecas ambulantes como forma de dar condições à permanência do homem no campo, pois o acesso à educação e à informação é uma forma de proporcionar oportunidade de desenvolvimento a que tem direito todo cidadão brasileiro.

Pelas características agrícolas do território brasileiro, em quase sua totalidade, é de se esperar das autoridades competentes uma atenção sempre crescente ao trabalhador rural, proporcionando-lhe não somente condições e terras para produzir, como também facilidades de educação e de informação que permitam a sua permanência no meio rural.

Agradecimentos

Ao concluir este trabalho, não podemos deixar de registrar nossos agradecimentos à Direção e ao Setor de Atividades Auxiliares da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, pelo apoio dado ao transporte das alunas pesquisadoras até as escolas rurais, e às alunas Vera Lúcia Borges Graciano e Wanderléia Pinheiro de Oliveira, pela participação nos trabalhos de revisão de literatura e coleta e análise de dados.

Agradecemos igualmente ao técnico agrícola da Delegacia de Ensino de Marília, Emílio Peres, e aos diretores e diretoras e professores das escolas visitadas, pelo apoio e atenção dados ao nosso trabalho.

Mobily library services for rural communities

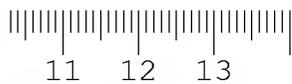
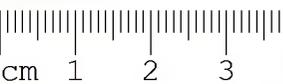
ABSTRACT: Research work for establishing a mobile library service for rural communities in Marília, SP, Brazil, based on state rural primary schools. Community analysis of students tried to know their age, sex, education level, work, leisure (radio, TV, literature preferences) and library service interest.

Final recommendations are for a mobile library program by using boxes of books and cultural action, with the creation of an utile fast reference collection for all the community.

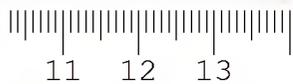
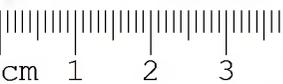
KEY WORDS: Mobile library; Bibliobus; Box of books; Rural libraries; Rural schools; Cultural action.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRON, Daniel & CURRAN, Charles. Assessing the information needs of rural people: the development of an action strategy for rural librarians. *Library Trends*, Champaign, Ill. v.28, n. 4, p. 619-31, Spring 1980.



- DeJOHN, William T. The impact of technology and networks on the future of rural public library service. *Library Trends*, Champaign, Ill., v. 28, n. 4, p. 633-48, Spring 1980.
- DELAFOSSÉ, Michel. Pour en finir avec le transfert des BCP. *Bulletin Bibliog. de France*, Paris, v. 35, n. 1, p.48-9, 1990.
- DE GRUYTER, Lisa. The history and development of rural public libraries. *Library Trends*, Champaign, Ill., v.28, n.4, p.513-23, Spring 1980.
- EVANS, John. Development of rural libraries in the Solomon Islands. *Int. Inform. & Libr. Rev.*, London, v. 24, n. 1, p.57-70, March 1992.
- EVANS, John & ETEKIERA, Kunei. Rural Library Service in the Republic of Kiribati. *Int. Lib. Rev.*, London, v.22, n.4, p.225-37, Dec. 1990.
- JOHN, Patricia La Caille. The Rural Information Center. *Rural Libraries*, v. 9, n. 2, p.61-7, 1989.
- McCALLAN, Norma J. Delivery systems and programs. *Library Trends*, Champaign, Ill. v.28, n.4, p.525-61, Spring 1980.
- NEW ZEALAND. Working Party to review the School Library Service. *Report of the Working Party to Review the School Library Service*. Wellington: National Library of New Zealand, 1988. 64p.
- SANTOS, Neusa A. dos et alii. Aporte documental para o meio rural brasileiro; opinião de especialistas sobre a viabilidade da proposição. In: SPERRY, Suzana, coord. *Animação cultural, educação e informação para comunidades rurais*. Brasília: ABDF, 1987. p.17-25.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Fundação para o Desenvolvimento da Educação. *A escola na zona rural*. São Paulo: FDE, 1988. 31p.
- 12.SPERRY, Suzana. Animação cultural em bibliotecas: Quando? Como? Onde? *Rev. Bras. Bibliotecon. e Doc.*, São Paulo, v.20, n.1/4, p.13-30, jan./dez. 1987.
- 13.SPERRY, Suzana. Cooperação bibliotecária para o desenvolvimento rural. *Rev. AIBDA*, Turrialba, Costa Rica, v.12, n. 2, p.47-56, jul.dic. 1991.
- 14.SPERRY, Suzana. Cooperação bibliotecária para o desenvolvimento rural: proposição de um programa de apoio ao pequeno agricultor. In: *Animação cultural; educação e informação para comunidades rurais*. Brasília: ABDF, 1987. 104p.
- 15.SÛTONEN, Leena. Mobile library services as functional unit of Public Library Systems: the United States context. *Resource Sharing & Inf. Networks*, v.7, n.1, p.35-65, 1991.
- 16.TAYLOR, Mitsi W. Serviços bibliotecários às áreas rurais no Estado de Santa Catarina, Brasil. *Rev. Bras. Bibliotecon. Doc.*, São Paulo, v.18, n.3/4, p.27-38, dez. 1985.
- 17.VAVREK, Bernard. Information Services and the Rural Library. *Library Trends*, Champaign, Ill., v. 28, n. 4, p.563-78, Spring 1980.
- 18.VENNER, David G. & COTTON, Sally. *Information for a Rural Community; the South Molton Community Information Project*. London: The British Library, 1989. 188p. (Library and Information Research Report, 40).
- 19.VINGTDEUX, Nelly. L'Ardèche à l'ère bus. *Bull. Bibl. France*, Paris, v.30, n.3/4, p.238-42, 1985.
- 20.WALTERS, Clarence R. OCLC and Rural Library Service. *Rural Libraries*, v. 9, n.2, p.69-83, 1989.0r
- 21.WHITSON, Donna. ICLIS: a Wyoming experience. *Action for Libraries*, v.13, n.1, p.3-4, 1987.



OS CONCEITOS DE MARKETING EM BIBLIOTECAS *

RESUMO: Análise do uso de conceitos em Biblioteconomia, questionando a apropriação e a aplicação do conceito de *marketing* em bibliotecas, através da exposição do histórico do conceito e categorização de suas definições.

PALAVRAS-CHAVE: Bibliotecas; Marketing.

*Maria Cristina Telles Ferreira***

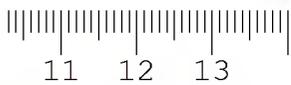
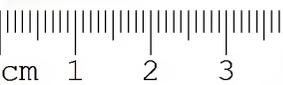
1 Introdução

Não sendo a Biblioteconomia um campo de conhecimento autônomo, com métodos e conceitos próprios, deve tomar de empréstimo conceitos de outras áreas, como as Ciências Sociais, a Psicologia, a Lógica, a Filosofia, entre outras. Ora, muitas vezes a utilização de tais conceitos ocorre sem critérios rigorosos, como se os mesmos fossem, em alguns casos extremos, soluções mágicas para problemas complexos, de difícil solução. Os discursos às vezes se portam como se fossem autênticas varinhas de condão, capazes de solucionar milagrosamente as dificuldades que afligem a área.

Nesse sentido, tomando como base nossa própria experiência e as desconfianças delas resultantes, procuramos neste artigo, através de uma análise da literatura sobre o tema do *marketing* em bibliotecas verificar como a área vem utilizando o conceito de marketing nos diferentes estudos realizados sobre o assunto, a fim de observar como a literatura apropriou-se do conceito do marketing utilizado nas Ciências econômicas e administrativas.

* Texto elaborado a partir de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à ECA-USP

** Bibliotecária das Faculdades Objetivo



Tal preocupação é parte de outra de maior envergadura, a dos processos de apropriação pela Biblioteconomia de conceitos provenientes de áreas afins.

Em decorrência, se o presente estudo partiu de uma revisão, sua condução ao eger o uso dos conceitos enquanto categoria de análise dos textos revisados, acabou nos levando a reflexões que extrapolam níveis meramente descritivos da problemática envolvida.

Como se sabe, a apropriação de conceitos pela Biblioteconomia, quando feita sem critérios rigorosos, ao invés de auxiliar, acaba dificultando a apreensão e a resolução dos problemas. Diante disso, notamos a necessidade de construção de critérios rigorosos para elaboração e apropriação de conceitos na área, uma vez que eles servem para determinar e orientar práticas concretas. A área carece de um corpo conceitual preciso, capaz de dar conta de sua complexidade atual.

Claro, nossa pretensão a que não é realizar tal tarefa, mas dar um passo para que tal reflexão se faça. Quando isso ocorrer, nossos objetivos serão alcançados e a área com certeza ganhará em rigor e atendimento.

2 Conceito de Marketing - Histórico

2.1 Marketing no Mundo

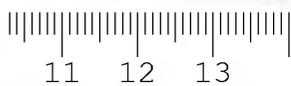
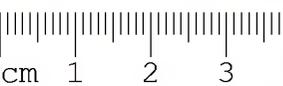
Segundo Schilesinger (1971), *marketing* não é uma atividade nova. Para ele, “desde a mais remota antiguidade, os homens permutam aquilo que lhes sobra por aquilo de que carecem (Schilesinger, 1971, pág. 580), isto é, estabelecem relações comerciais. Por isso, tomado em essência, o *marketing* existe desde que os primeiros homens iniciaram a atividade de comerciar”.

Segundo o autor, se *marketing* não é atividade nova, a complexidade dos caminhos que levam o fluxo da produção ao mercado consumidor, o é. “Novas - diz o autor - são as equações da produção em massa que exigem soluções de mercado em massa. Novos são os processos e a técnica sempre em crescente evolução dessa atividade de comerciar” (Ibid, pág. 581).

Schilesinger diz ainda que, desde o advento da máquina que substituiu o artesanato, tornando-se instrumento de produção em massa, o *marketing* se agiganta procurando formar um mercado de massa que absorva a produção numa velocidade crescente. Segundo ele, decorreu daí o fato de o seu mecanismo estar em função do trinômio produção-distribuição-consumo.

Trinômio este, que requer especializações nos mais diversos setores: Promoção de vendas, Pesquisa de mercados, Publicidade, Relações Públicas, Técnica de varejo e outros.

Por outro lado, (Baptista 1988), afirma que *marketing* teve origem na superprodução. Durante a Primeira Guerra Mundial, a produção industrial ficou concentrada em torno do conflito, não havendo quase produção de bens de consumo. Ao terminar a Guerra, as indústrias voltaram a produzir normalmente,



não havendo dificuldade em colocar o produto no mercado, porque a procura era maior do que a oferta.

Ainda segundo o autor, foi nesta conjuntura que nasceu a prática de *marketing*. Para ele sobreveio a Segunda Guerra e, novamente, a produção ficou concentra em torno do conflito.

Ao fim da Guerra, a situação anterior da produção industrial excessiva voltou, acrescida de novos e modernos produtos, tornando necessária a utilização de *marketing* no mundo dos negócios (Ibid. pág. 96).

Amélia Silveira (1992), complementando os dados de Baptista, informa que os estudos de *marketing* tiveram início neste século e, por mais de cinqüenta anos, a função do *marketing* foi orientada para a produção e venda das empresas.

“A orientação para a produção se caracterizava pela concentração dos esforços organizacionais no desenvolvimento de produtos e na redução dos custos operacionais nos meios de produção”, afirma ele. E prossegue: “A orientação para vendas buscava influenciar o mercado por meio de instrumentos promocionais, visando o aumento do consumo dos produtos existentes (Silveira, 1992, pág. 29).

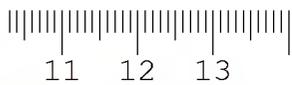
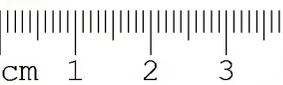
Segundo a autora, ainda, ao analisar as causas da estagnação e falências das empresas americanas no final dos anos cinqüenta, acreditava-se que a razão qual o desenvolvimento de alguns setores estava sendo ameaçada ou retardado, não ocorria porque o mercado estivesse saturado, e sim porque havia uma falha administrativa na cúpula da organização.

Defendia-se que a chave do sucesso empresarial não era produzir e vender, mas voltar a atenção para o cliente, proporcionando sua satisfação, e tornando a empresa um órgão destinado a criar e atender demandas.

A função de *marketing* passava a ser entendida como uma forma de responder de maneira eficiente e satisfatória as necessidades explícitas ou implícitas do consumidor, sendo os produtos desenvolvidos voltados para a solução de seus problemas específicos.

Havia uma evolução do foco ou filosofia de *marketing*, da produção e venda de produtos para o conhecimento das necessidades do cliente. “O propósito ou objetivo da organização, sob o novo enfoque passava a ser o lucro mediante a satisfação do cliente, ou seja, a criação e manutenção de um cliente satisfeito como meio de desenvolvimento da empresa” (Ibid. pág. 21).

Apesar das visíveis diferenças entre autores, a exposição acima evidencia a existência de um paralelismo temporal entre as sociedades de massa e as novas estratégias de mercado por elas exigidas, ou seja, o *marketing*. Nesse sentido, *marketing* é um fenômeno contemporâneo que responde à globalização dos mercados consumidores.



2.2 Marketing no Brasil

No Brasil, a palavra *marketing* também é encontrada como mercadologia em alguns autores.

Surgiu em 1947, como neologismo, no livro “Ciência da Administração”, do professor Álvaro Porto Moitinho, sendo conceituado desse modo: “Mercadologia é o estudo do mercado e compreende o exame e conhecimento das condições e tendências do mercado para que, em consequência se possa orientar com acerto, a política comercial” (Arantes, 1985, pág. 62).

Em 1954, ao iniciar as suas atividades, a Escola de Administração de Empresas de São Paulo usava a expressão “Distribuição e Vendas” para designar aquilo que os povos de língua inglesa denominavam *marketing* (Richers, 1985, pág. 80)

Como a *marketing* engloba dois sentido - o de denominar uma áreas de estudos, e o sentido de ação, de movimento, - a palavra mercadologia, juntamente com a palavra mercadização, foi adotada em 1957, pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo como tradução de *marketing*.

Como se vê, também no Brasil, a entrada do *marketing* se dá no momento em que os projetos desenvolvimentistas dos anos 50 são colocados em circulação e a idéia de consumo em larga escala começa a tomar corpo no país.

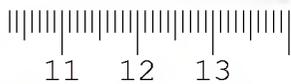
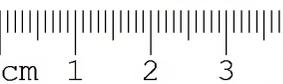
2.3 Marketing em Bibliotecas

Apesar de Ferguson (1977, pág. 15), afirmar que a primeira ocasião em que se ouviu falar em *marketing* aplicado aos serviços de informação, foi em um seminário realizado na University of Maryland nos Estados Unidos, em 1971, em 1970, Escobar Sobrino (1975, pág. 43), na Espanha, já havia publicado uma obra intitulada “*Marketing* para bibliotecários”.

Em 1971, vários organismos como a National Science Foundation's, a Division of Science Information e o Denver Research Institute's, no Colorado, começaram e empreender estudos sobre *marketing*, a ponto de, em 1975, este tema ser bastante discutido nas reuniões do National Forum for Scientific and Technical Communication, nos Estados Unidos.

Nesse aspecto, localizam-se nos anos 70 as primeiras iniciativas de *marketing* em bibliotecas, tanto nos E.U.A. como na Europa, com os inevitáveis desdobramentos para o Brasil nos anos subseqüentes.

Em outras palavras, é no bojo das grandes transformações mundiais ocorridas nos sistemas de informação, a partir dos anos 70, que o termo *marketing*, passa a fazer parte do repertório de Biblioteconomia, crescendo em importância desde então.



3. As Definições do Conceito

Não é fácil apreender o significado do termo *marketing*. A bibliografia é variada e demonstra uma multiplicidade tal de pontos de vista que, muitas vezes, torna-se difícil encontrar pontos de contato entre os autores.

Essa situação obrigou-nos a realizar uma categorização dos diferentes conceitos, a fim de podermos extrair elementos que permitam tentar compreender o sentido do termo na literatura.

O nosso levantamento foi exaustivo na definição do conceito de *marketing*. Dentre as muitas definições encontradas e reunidas nas categorias por nós estabelecidas, desconsideramos aquelas com conteúdo meramente retórico como, por exemplo, a de Zander Campos da Silva em seu *Dicionário de Marketing e Propaganda*. O autor afirma que *Marketing* comprovadamente não é somente uma ciência, mas também uma função, um estado de espírito (Silva, 1976, pág. 13).

Para Kotler, "*Marketing*" é a alternativa filosófica à força" (Kotler, 1985, pág. 86). Entre os conceitos por nós categorizados, temos um rol distribuído da seguinte forma:

- A) *Marketing* enquanto conjunto de procedimentos especializados.
- B) *Marketing* enquanto estratégia de consumo.
- C) *Marketing* enquanto planejamento de produção + estratégia de consumo.

A) *Marketing* enquanto conjunto de procedimentos especializados

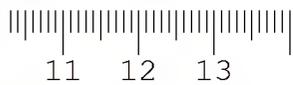
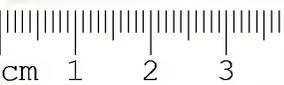
Para Silva, *marketing* é o desempenho das atividades de negócios diretamente relacionados com o fluxo de bens e serviços dos produtores até os consumidores ou usuários (Silva, 1976, pág. 12). É também "a execução por uma empresa, de todas as atividades necessárias para criar, promover e distribuir produtos que estejam de acordo com a demanda atual ou potencial, e com a sua capacidade de produção" (Ibid, pág. 30).

Além disso, "é a execução das atividades que determinam o fluxo de bens e serviços do produtor até o último consumidor" (Ibid, pág. 31). Como se vê, Silva atribui ao *marketing* um suposto papel catalisador nas atividades comerciais, ressaltando o caráter especializado dos procedimentos em seu conjunto.

Na mesma linha, surge uma definição de Kotler, que enfoca diferentes atividades, chamando, porém, a atenção para a questão gerencial. Para ele "*marketing* é um processo gerencial envolvendo as atividades de análise, planejamento, implementação e controle.

O *marketing* pode também ser visualizado como sendo um processo social em que as necessidades materiais de uma sociedade são identificadas, expandidas e servidas por um conjunto de instituições (Kotler, 1975, pág. 86).

Ainda como um conjunto de procedimentos, outra ênfase é dada as



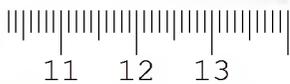
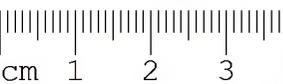
relações de troca. Silva nos dá a seguinte definição: "São aquelas atividades incidentais e necessárias para efetivar relações de troca". Outra variante de Silva (1976, pág. 31): "É o conjunto de atividades humanas que tem por objetivo a facilidade e a realização de trocas".

Kotler também enfatiza as relações de troca nesta definição: "Marketing é a administração eficaz, por parte de uma organização, de suas relações de troca com seus vários mercados e públicos".

Em que pesem as diferenças circunstanciais entre os autores, o que se pode notar é a existência de uma convergência de entendimento. Para os diferentes autores, *marketing* é um conjunto de procedimentos especializados com o objetivo de rentabilizar organizações.

CATEGORIAS	DEFINIÇÕES
MA* enquanto conjunto de procedimentos especializados	<p>"MA é o desempenho das atividades de negócios diretamente relacionados com o fluxo de bens e serviços dos produtos até os consumidores ou usuários." (Silva, 1976, p.12)</p> <p>"É a execução, por uma empresa, de todas as atividades necessárias para criar, promover e distribuir produtos que estejam de acordo com a demanda atual ou potencial e com a sua capacidade de produção." (Silva, 1976, p.30)</p> <p>"É a execução das atividades que determinam o fluxo de bens e serviços do produtor até o último consumidor." (Silva, 1976, p.31)</p> <p>"É um processo gerencial envolvendo as atividades de análise, planejamento, implementação e controle. O MA também pode ser visualizado como um processo social em que as necessidades materiais de uma sociedade são identificadas, expandidas e servidas por um conjunto de instituições." (Kotler, 1985, p.86)</p>

*MA = MARKETING



CATEGORIAS	DEFINIÇÕES
	<p>"São aquelas atividades intelectuais e necessárias para efetivar relações de troca." (Silva, 1976, p.31)</p> <p>"É o conjunto de atividades humanas que têm como objetivo a facilidade e a realização das trocas." (Kotler, 1985, p.88)</p>
<p>MA* enquanto conjunto de procedimentos especializados</p>	<p>"MA é a administração eficaz por parte de uma organização, de suas relações de troca com seus vários mercados e públicos." (Kotler, 1985, p.88)</p>

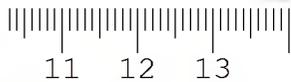
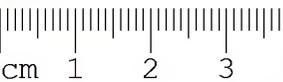
B) Marketing enquanto estratégia de consumo

Em seu Dicionário de *Marketing* Silva nos fornece duas definições. Com pequenas variações elas evidenciam o papel do consumidor no processo. Primeiramente o autor afirma que *Marketing* "é o desempenho das atividades comerciais que dirigem o fluxo de mercadorias e serviços do produtor ao consumidor ou usuário".

Depois, continua dizendo que "é a execução da atividades de negócios que encaminham o fluxo de mercadorias e serviços do produtor aos consumidores finais", que podem ser "industriais e comerciais".

Prosseguindo nessa linha, Silva conclui: "É o caminho mais curto que leva ao mercado os produtos existentes, introduz os novos produtos, e faz com que um número maior de pessoas participe mais cabalmente da economia de mercado".

CATEGORIAS	DEFINIÇÕES
<p>MA* enquanto estratégia de consumo</p>	<p>"É o desempenho das atividades comerciais que dirigem o fluxo das mercadorias e serviços do produtor ao consumidor ou usuário." (Silva, 1976, p.35)</p>



CATEGORIAS	DEFINIÇÕES
	<p>"É o conjunto de todas as atividades comerciais relacionadas com o movimento de mercadorias e serviços, desde sua produção física até seu consumo final.."</p> <p>(Silva, 1976, p.36)</p>
	<p>"É a execução das atividades de negócios que encaminham o fluxo de serviços e mercadorias do produtor aos consumidores finais, industriais e comerciais."</p> <p>(Silva, 1976, p.30)</p>
	<p>"É a execução das atividades que determinam o fluxo de bens e serviços do produtor até o último consumidor."</p> <p>(Silva, 1976, p.38)</p>
<p>MA* enquanto estratégia de consumo</p>	<p>"É o caminho mais curto que leva ao mercado os produtos existentes, introduz os novos produtos e faz com que um número maior de pessoas participe mais cabalmente da economia de mercado."</p> <p>(Silva, 1976, p.42)</p>

C) Marketing enquanto planejamento de produção + estratégia de consumo:

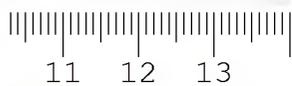
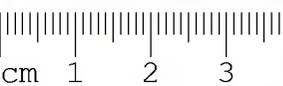
A categoria do *marketing* enquanto planejamento de produção, mais estratégia de consumo, é a que nos fornece o maior número de definições.

Várias são elas. Algumas supõem a satisfação do consumidor, associada a planejamento visando melhorar a rentabilidade da empresa.

Primeiramente Baptista (1988, pág. 45), diz que o "*Marketing* é a aplicação de vários conhecimentos científicos no esforço coordenado de planejar, organizar e controlar as atividades da empresa, que orientam o fluxo de mercadorias e serviços do produtor ao consumidor, de modo que o consumidor fique plenamente satisfeito e que os objetivos da empresa sejam alcançados.

Complementando a mesma linha, Figueiredo (1991, pág. 13), diz que "*Marketing* é o sistema integrado de atividades com o objetivo de planejar, produzir, promover e distribuir os produtos desejados pelos consumidores atuais e potenciais, e capazes de satisfazê-los".

Silva afirma ainda que "*Marketing* é a análise e controle dos recursos da empresa, gerados a partir do consumidor, com o objetivo de satisfazê-lo em suas



necessidades e desejos, de forma lucrativa", (Silva, 1976, pág. 33).

Silveira por sua vez, define *Marketing* como sendo "um processo com uma série de ações programadas pela organização, que se desdobram no sentido de voltar-se para o mercado, estabelecer trocas voluntárias de valores com esse mercado, por meio de um atendimento eficiente e eficaz, onde o delineamento da oferta, da organização em termos de produto, preço, promoção e distribuição, corresponde as necessidades e interesses dos consumidores. Ajuda a organização a garantir sua sobrevivência e desenvolvimento a longo prazo" (Silveira, 1989, pág. 44).

Ainda Silveira, na mesma linha de definição afirma: "É a análise, o planejamento, a implementação e o controle de programas cuidadosamente formulados e projetados para propiciar trocas voluntárias de valores com mercados-alvo, no propósito de atingir os objetivos organizacionais".

Sem mencionar a satisfação do consumidor, outros autores enfocam o benefício do *marketing* para a organização em si. Para Kotler, *Marketing* "é a análise, o planejamento, a implementação e controle de programas cuidadosamente formulados e projetados para propiciar trocas voluntárias de valores com mercados-alvo, no propósito de atingir os objetivos organizacionais" (Kotler, 1985, pág. 88).

Ele completa ainda dizendo que *Marketing* "é a realização por parte da organização, das atividades de análise, planejamento, de implementação e de controle, a fim de atingir seus objetivos de troca" (Kotler, 1985, pág. 88).

Silva fornece uma definição de caráter abrangente: "*Marketing* é a interação e a inteiração de todos os fatores operacionais e de todas as suas atividades funcionais, orientados para o consumidor de seus produtos, idéias e serviços com os objetivos de tornar ótimo os seus lucros a longo prazo, e promover condições de sobrevivência e expansão para a empresa", (Silva, 1976, pág. 31).

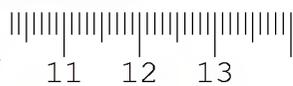
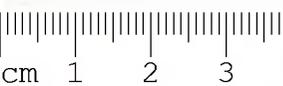
Afinado com esta idéia de rentabilidade, diz o autor: "*Marketing* é o conjunto de atividades que se destinam a otimizar o lucro de uma empresa assegurado a sua sobrevivência e expansão: (Silva, 1976, pág. 31).

3.1 Síntese das definições

Examinando-se as diferentes definições, pode-se perceber que, apesar da diversidade e do aparente caos, a noção de rentabilidade perpassa a maior parte delas, com variações que vão de uma maior explicitação desta mesma rentabilidade enquanto objetivo do *marketing*, até um desvio completo da noção, não assumida no discurso.

Como vimos no histórico, o que está em causa é a criação de novas estratégias de produção e consumo de mercado, capazes de responderem às novas configurações sócio-econômicas das sociedades de massa.

Como diz Silva sem rodeios, "*Marketing* é o conjunto de atividades que



se destinam a otimizar o lucro de uma empresa” (Silva, 1976, pág. 31).

4 Marketing em Bibliotecas

Em trabalho publicado em 1992, Silveira apresenta um levantamento cronológico dos trabalhos sobre *Marketing* em Bibliotecas. Segundo Amélia Silveira, os primeiros estudos internacionais abordando o *marketing* em bibliotecas universitárias, aparecem no início da década de setenta, momento de preocupação quanto aos princípios de *marketing*.

Em 1977, Bellardo & Waldhart chamaram atenção para o fato de que em algumas bibliotecas o *marketing* significava sinônimo de promoção, publicidade e propaganda, embora essas atividades representassem parte do programa de *marketing* como um todo, consistindo para os autores em decisões e atividades relativas a análise e segmentação de mercado e ao composto de *marketing*.

Ressaltando o fato de que cada biblioteca é um caso específico, os autores ponderavam que cada uma delas tem “um estado de *marketing*” também, específico, isto é, “uma percepção de matéria segundo seu próprio desenvolvimento”.

Por outro lado, os autores manifestavam esperanças de que o *marketing* pudesse representar uma alternativa futura de mudança na forma de administrar as bibliotecas universitárias em seus contextos.

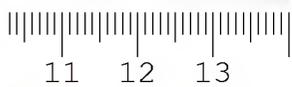
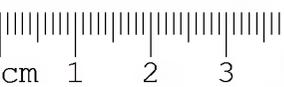
Segundo ainda Silveira, um outro autor, Mathew, apresenta em 1980, a transformação da “função técnica” (leia-se econômica), do *marketing* em função social.

Prosseguindo, Silveira afirma que em 1982, Markee considerava que o *marketing* não era implementado em bibliotecas universitárias, porque os administradores não acreditavam em sua importância.

Por outro lado, diz que McDowell comentava neste mesmo ano, que muito já se havia falado a respeito do desenvolvimento de serviços e produtos, mas poucas bibliotecas tinham partido para um concreto planejamento de *marketing*, que solucionasse os problemas quanto a redução de doações e corte no orçamento da educação superior, visando aumentar a clientela e melhorar a reputação junto ao público em geral.

Em 1983, continua Silveira, Hannabuss tecia considerações a respeito do *marketing* como função administrativa que, segundo ele, tinha muito a oferecer às bibliotecas por meio da pesquisa de mercado.

Seriam estabelecidos dados que possibilitassem a implantação de produtos e serviços que atendessem a demanda de forma efetiva. Além da determinação produtos e serviços, seriam estabelecidos aspectos relativos ao preço, distribuição e promoção, bem como a verificação sistemática quanto ao atingimento dos objetivos traçados.



Para o autor, a adoção da atitude de *marketing*, impunha-se como forma de sobrevivência às bibliotecas.

Esta era também a visão de Rambhujum, que encarava a adoção de *marketing*, como sendo um estado de espírito, predisposição, atitude favorável, ou vontade de aplicação de suas técnicas. Como Hannabuss, este autor considerava o *marketing* como função inerente à gestão das bibliotecas, estando seu sucesso condicionado à integração dos resultados, ao nível de planejamento e de implicação ou envolvimento das pessoas que trabalhavam na organização.

A enquete realizada por Rambhujun, na *Bibliothèque Unversitaire de Bordeaux*, na França, em dois períodos sucessivos, 1978/79 e 1980/81, revelou a falta de comunicação entre bibliotecários e usuários, constatada pelas informações dos usuários que não seu destino de uma forma desejada pela biblioteca, e pelas informações sobre a reação dos usuários reais e potenciais que não eram captados pela Biblioteca, no sentido de proporcionarem a retroalimentação necessária ao sistema.

Concluiu o autor que somente uma aproximação com o *marketing*, poderia atenuar a situação de falta de comunicação e retroalimentação existente.

Em 1984, informa Silveira, Lewis defendia a idéia de que o mercado deveria prover as informações para formar o sistema de mercado. Segundo o autor, esse sistema de mercado seria instrumento útil para avaliar o desempenho da biblioteca, demonstrar seus recursos, serviços e produtos, e explorar novas tecnologias dentro de uma estrutura adequada ao mercado.

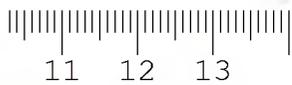
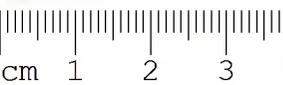
Segundo o autor, os princípios de *marketing* permitem o estabelecimento de um sistema de informações, realmente integrado e regulado pelo mercado.

No ano seguinte, Silveira nos diz que, na Inglaterra, foi lançado um número especial de revista especializada "Information and Librarian Manager", reunindo quatro trabalhos apresentados pela "London and South East Circle of the Library Association's Colleges of Further and Higher Education Group".

Naquela ocasião, um dos autores, o professor Cronin, enfatizou a importância do refinamento dos serviços e da inovação do ciclo de *marketing*. Os demais autores, Estve-Coll, Harris e Cairns defenderam, basicamente, a adoção da filosofia do *marketing* em bibliotecas públicas e acadêmicas, como forma de melhor definir seus papéis.

Por isso, para Silveira, exemplos mais incisivos da aplicação de técnicas de *marketing*, estão nos trabalhos de Halperin & Strazdon & Lyle. Os dois artigos, de 1980, referem-se a estudos de análise de mercado ou de comunidade, medindo ou determinando serviços prestados ao público.

Ambos atribuíram valores numéricos em níveis aos serviços prestados, sendo os resultados obtidos usados para simulação da escolha/utilidade. Para os autores, o conjunto de técnicas de análise de mercado, foi um método útil para



relacionar efetivamente os serviços da biblioteca às necessidades dos usuários.

Além disso, Ferguson, em 1977, afirmava que *marketing* era uma nova palavra ao redor do mundo da informação, e também uma disciplina pragmática. Da mesma forma, Silveira mostra como Pearson, em 1982/83, focalizou as bibliotecas universitárias da África do Sul, descrevendo aspectos relativos a publicidade e ao *marketing*. Concluindo que as diferenças encontradas entre os componentes de serviço poderiam ser atribuídas a localização geográfica, aos cursos de telecomunicação e aos recursos disponíveis em cada biblioteca.

4.1 O conceito e sua filosofia

Se a revisão de Amélia Silveira revela um interesse indiscutível para o pesquisador e profissional da área, por outro lado mostra um limite claro. Se autores expostos abordam o assunto de forma bastante ampla, a revisão apenas os retomou, enfatizando os argumentos sobre a aplicação do *marketing* em bibliotecas, sem questionar nunca os conceitos de *marketing* em si, nem sua aplicação em bibliotecas.

A autora limita-se a uma exposição cronológica dos trabalhos, tomando-os como “argumentos de autoridade” a serem acatados sem reflexão.

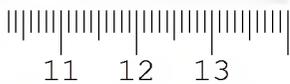
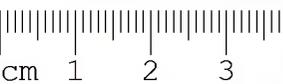
Essa atitude é reforçada pela leitura do artigo de Amélia Silveira, 1986, em “*Marketing* em Sistemas de Informação: visão geral”. Nele a autora defende explicitamente a adoção do conceito de *marketing* como filosofia de ação administrativa em sistemas de informação, além de abordar nesse tipo de organização a segmentação de mercado, o produto, o preço, a promoção e a distribuição como estratégia de *marketing*.

Todavia, não discute no trabalho jamais o conceito de *marketing* na perspectiva econômica e administrativa e sua adequação ao estudo dos complexos problemas que envolvem os sistemas de informação.

4.2 Questionando o conceito

Assim como os trabalhos de Silveira, os de outros autores parecem sugerir a mesma direção de ausência ao tratar do *marketing* em bibliotecas. Alan J. Andrasen, 1989, professor e pesquisador do College of Commerce and Business Administration da University of Illinois, em seu trabalho intitulado “Avanço do *Marketing* para bibliotecas”, considera sua experiência em consultorias para bibliotecas e outras instituições de serviço público, dizendo que há conceitos errôneos introduzidos no uso corrente de *marketing*.

“Há confusão entre venda e *marketing*”, “uso exagerado da estratégia do melhor programa”, e “uso de definições antiquadas de atitudes”. Para melhorar as aplicações atuais do *marketing*, sugere a introdução de novos conceitos do mesmo, sem questionar se é ou não pertinente a aplicação do *marketing* em bibliotecas.



Sofia Galvão Baptista (1988), em “Aplicação de *Marketing* em Bibliotecas e Serviços de Informação: uma introdução”, apresenta o assunto *marketing* em bibliotecas, através de sua origem e conceituação.

Ela defende a aplicação do *marketing* em bibliotecas e serviços de informação, na medida em que ele “pode fornecer um conjunto de técnicas e instrumentos amplamente testados para identificação das necessidades e preferências do usuário”.

Como os demais, a autora não questiona se o conjunto de técnicas e instrumentos amplamente testados, o são, tanto no contexto econômico e administrativo, como no contexto de bibliotecas e serviços de informação.

Sem questionar, a autora afirma que o *marketing* pode despertar as necessidades e desejos do usuário, tomando tal afirmação como sendo válida em si, algo a ser acatado, sem discussão.

Joyce A. Edinger, 1989, considerando o *marketing* como estratégia de sobrevivência para as bibliotecas, discute em “*Marketing* dos serviços da Biblioteca: uma estratégia de sobrevivência”, as condições necessárias para o sucesso dos programas de *marketing*. Porém, em nenhum momento do trabalho, a autora se questiona sobre o significado do *marketing* em bibliotecas.

Com outro enfoque, mas também sem reflexão, Donald W. King, 1989, em “*Marketing* dos Serviços e Produtos da Informação Secundária”, fala da relação dos serviços e produtos da informação ao consumidor, como os componentes do *marketing*.

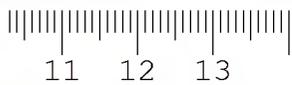
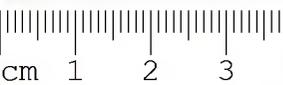
Da mesma forma, Darlene E. Weigand disserta sobre o tema em seu trabalho “Distribuição do Produto da Biblioteca: a necessidade de inovação”. Nele, descreve a “terceira variável controlável de *marketing*: o ponto de distribuição ou praça”, sem se interrogar sobre os instrumentos conceituais de que se serve.

5 Conclusões

A exposição da literatura sobre o “*Marketing* em Bibliotecas” leva-nos a questionar a postura da Biblioteconomia no atual momento, no que se refere a transferência de conceitos provenientes de áreas afins. Se é reconfortante perceber que na busca de medidas mais eficazes para o desenvolvimento da área, os profissionais e estudiosos estejam atentos às inovações, às soluções práticas e “modernas”, às novas terminologias, por outro lado é incompreensível, o modo apressado, sem reflexão, com que a biblioteconomia assimila conhecimentos e conceitos.

Não sendo uma área autônoma, é natural que procure apoio em outras disciplinas. Todavia, essa atitude tem que ser seguida de críticas, de reflexão sobre pressupostos dos conceitos assimilados.

O modo como o conceito de *marketing* vem sendo usado pela área é notório exemplo de apropriação indébita, indicando-nos a necessidade de uma



mudança de atitude dos profissionais e estudiosos, a fim de que realmente possa ocorrer o esperado desenvolvimento do campo.

Como vimos, a noção de rentabilidade perpassa os diversos conceitos nas múltiplas definições dos conceitos de *marketing* em Economia e Administração. Porém, quando se trata de definição nas “organizações não lucrativas”, o que temos é uma analogia forçada, que não consegue disfarçar o primarismo de argumentações como esta:

“O lucro desse tipo de organização é representado pela satisfação do usuário, ou seja: a criação e manutenção de um cliente satisfeito como meio de desenvolvimento da empresa” (Silveira, 1989, pág. 8).

A informação, produto intangível, na aplicação do conceito de *marketing*, mostra-se equivalente a um produto concreto, de contexto mercadológico, como se fosse um sabonete. Desse modo, sua especificidade não é considerada, ou seja: não é considerado o fato de que ela está inserida em um contexto simbólico sujeito a regras diferentes das regras do contexto das mercadores concretas .

Logo, a utilização sem ajustes, de um mesmo conceito para fenômenos distintos é descuido, falta de rigor, que pouco poderá contribuir para o desenvolvimento da área. Sendo assim, esperamos que profissionais e estudiosos caminhem em direção à construção de critérios rigorosos no campo biblioteconômico.

A área está exigindo uma linguagem precisa, criteriosa e adequada, só dessa forma poderemos alcançar a eficiência nas práticas concretas e a resolução dos problemas pertinentes que há muito nos afligem.

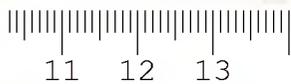
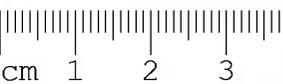
The concepts of marketing in library

ABSTRACT: The paper analyses the concepts in Library Science, questioning the appropriation and the application of the “marketing” concept in libraries, through the historical presentation of the concept and assignment of its definitions into categories.

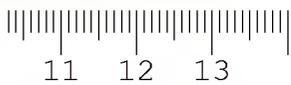
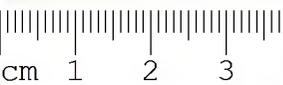
KEY WORDS: Libraries; Marketing

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAPTISTA, Sofia Galvão. Aplicação de marketing em bibliotecas e serviços de informação: uma introdução. *Revista de Biblioteconomia de Brasília, Brasília*, 16(1):95-12, jan/jun 1988.
- BELLARDO, T. & WALDHART, Thomas J. Marketing products and services in acadademic libraries. *Libri*, Conpenhagen, 27(3):181-94, 1977.
- CRONIN, Blaise, ed. *The marketing of library and information services*. London: Aslib, 1981, 360p.



- ESTEVE-COLL, Elisabeth. Marketing and the academic library. *Information and Library Manager*, Cambs, 5(3): 1-7, Dec. 1985.
- FERGUSON, Douglas. Marketing online services in the university. *Online*, Weston, 1(3):15-23, July 1977.
- FIGUEIREDO, Nice. Marketing em sistema de informação. *Metodologias para a promoção do uso da informação*. São Paulo: Nobel, 1991, p.123-137.
- FIGUEIREDO, Nice. Técnicas e idéias para promover o uso da informação. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 21(3/4):85-100, jul/dez, 1988.
- HALPERIN, Michael & STRAZIDON, Maureen. Measuring student's preferences for reference services: a conjoints analysis. *Library Quarterly*, Chicago, 50(2):208-24, apr. 1980.
- HANABUSS, Stuart. Measuring the value and marketing the service; and approach to library benefit. *Aslib Proceedings*, London, 35(10):418-27, oct. 1983.
- HARRIS, Colin. Surbeyng the user and user studies. *Information and Library Manager*, Cambs, 5(3):9-14, sec. 1985.
- KOTLER, Philip. *Marketing para organizações que não visam o lucro*. São Paulo, Atlas, 1978, 430 p.
- LYLE, Jack W. *Indiana State University Undergraduate Student's Channels of Knowledge of and use of Cuningham Memorial Library's Public Services*. Arlington, V.A., Educational Resources Information Center, 1980, 32 págs. (Eric Report).
- MARKEE, Katherine M. Online Services Marketing In. NATIONAL ONLINE MEETING, 1982. *Proceedings*. Medford, N.J. Learred information, 1982, pág. 329-34.
- McDOWELL, Billie L. Basic Strategies for Marketing Communy College Library Services. *Community & Junior College Libraries*, New York, 1(1)39-43. Fall, 1982.
- MATHEW, Rajir M. Modern Marketing Techniques for the Effective Management of University Libraries. *Herald of Library Science*, India, 19(3):198-201, July, 1980.
- OLIVEIRA, Silas Marques de. Marketing e sua aplicação em bibliotecas: uma abordagem preliminar. *Ciência da Informação*, 14(2):137-47, jul/dez, 1985.
- PEARSON, Annette. Online Information Retrieval in some African University Libraries. In: INTERNATIONAL ONLINE INFORMATION MEETING, 6, London, 1982. *Proceedings*. Oxford, Learned Information, 1982. P.445-53.
- RAMBUJUN, N. *Contribution à la Connaissance et la Mesure des Objectifs des Bibliothèques Universitaires*. Bourdeaux, DEA Gestion des Organisations. Université de Bourdeaux, I 1979, 88 p.
- SCHLENSINGER, Hugo. Dicionário de vendas. São Paulo: Ricla, 1971, 603 p.
- SILVA, Zander Campos da. *Dicionário de Marketing e propaganda*. Rio de Janeiro: Pallas, 1976, 208 p.
- SILVEIRA, Amélia. Org. Marketing em bibliotecas e serviços de informação: textos selecionados. Brasília: IBICT, 1987. 185 p.
- SILVEIRA, Amélia. *Marketing em bibliotecas universitárias*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1992. 198 p.
- SILVEIRA, Amélia. *Marketing em bibliotecas universitárias: evolução, transferência de princípios e estudo da aplicação no Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo*. São Paulo: ECA/USP, 1989. 336 p. Tese (doutorado).
- SILVEIRA, Amélia. Marketing em sistemas de informação: visão geral. *Ciência da Informação*, 15(1):45-52, jan/jun, 1986.



FORMAS DA INFORMAÇÃO JURÍDICA: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA SUA ABORDAGEM TEMÁTICA*

RESUMO: A informação jurídica é apresentada sob três formas básicas: doutrina, legislação e jurisprudência, com ênfase a seus elementos constitutivos, visando a identificar peculiaridades e características como suportes a representação temática. Exemplifica-se na área trabalhista, destacando-se o caráter científico da doutrina, a vigência da legislação e o entendimento na jurisprudência. O parecer e abordado enquanto fonte mista, reunindo características doutrinárias e jurisprudenciais.

PALAVRAS-CHAVE: Documentação jurídica; Representação temática; Fontes de informação jurídica

*José Augusto Chaves Guimarães***

Introdução

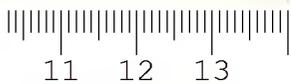
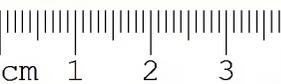
A cada dia que passa a documentação jurídica tem se tornado objeto de maior atenção, seja por parte dos usuários, seja por parte dos próprios documentalistas, em suas atividades de organização e de disseminação da informação.

Assim como os mapas, as partituras musicais ou as fórmulas químicas, os textos de lei, pareceres e acórdãos de jurisprudência constituem-se em tipos específicos de documentos de uma área especializada - o Direito - possuindo, por conseguinte, propósitos definidos e usuários determinados.

O objetivo do presente artigo consiste em apresentar ao documentalista -

(*) *Extraído e adaptado da dissertação de mestrado "A recuperação temática da informação em Direito do Trabalho no Brasil: propostas para uma linguagem de indexação na área", defendida na Escola de Comunicações e Artes da USP, sob a orientação da Prof^a. Dr^a Johanna W. Smít.*

(**) *Bacharel em Biblioteconomia e Direito. Doutorando em Ciências da Comunicação na ECA-USP. Professor-Assistente de Indexação no curso de Biblioteconomia da UNESP-Marília.*



mormente àquele que inicia suas atividades profissionais na área jurídica - as diferentes formas pelas quais se apresenta a informação jurídica, procurando delinear alguns elementos característicos com o auxílio de exemplos da área trabalhista como subsídio ao processo de análise e representação temática.

A informação jurídica pode se apresentar, como mostram ATIENZA (1) e MOURÃO & MASTRO (11) em três formas básicas, a saber:

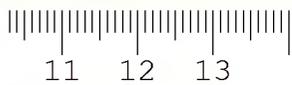
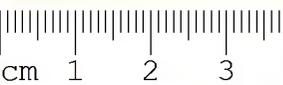
1 Doutrina

O termo doutrina origina-se do verbo latino *docere* (ensinar, instruir). Nesse sentido, conceitua-o MACEDO (8:381) como “resultado do pensamento sistematizado sobre determinado problema, com o objetivo principal de ensinar”. Constitui-se a doutrina em uma das fontes formais do Direito, ao lado do costume, da legislação, da analogia, da jurisprudência e dos princípios gerais de Direito. Ainda, como mostra MACEDO (8:382), a doutrina jurídica e constituída “da manifestação dos juriconsultos, tratadistas, escritores jurídicos e cientistas sociais em geral os quais, interpretando os textos legais e as situações concretas sem a força na decisão coercitiva, têm, contudo, a força persuasiva da verdade científica, os argumentos e juízos de valor sobre a convivência humana”.

Em suma, a doutrina consiste na teorização do conhecimento jurídico, feita por especialistas da área e expressa em publicações monográficas ou seriadas. É na doutrina que, em última análise, se encontra a preocupação com o caráter científico da informação jurídica, através do estabelecimento de conceitos, definições, estruturas e princípios para os institutos expressos na legislação e aplicados a casos concretos pela jurisprudência. SAVIGNY, (apud REALE, 13:175) chamava a doutrina jurídica de Direito científico ou Direito dos juristas.

Existem autores que não conferem à doutrina caracterização de fonte do Direito, alegando que a mesma carece da força coercitiva da norma jurídica, ao que rebate REALE (12) afirmando que os modelos doutrinários ou dogmáticos (Nota 1) envolvem as fontes de Direito, desde a emanação das normas (produção dos modelos jurídicos) até o momento da interpretação e aplicação das mesmas. Acrescenta que a lei, como fonte geral do Direito, necessita do trabalho científico dos juristas para atingir a plenitude de significado. Na informação doutrinária é que se encontram as revisões de literatura e o confronto do assunto abordado com o Direito Comparado, preocupando-se, comumente, com uma forma de apresentação hierarquizada e didática. São apresentados, a seguir, dois exemplos

(1) REALE (13), assim os denominou afirmando ser o Direito uma ciência dogmática, não por se basear em verdades indiscutíveis, mas porque a doutrina jurídica se desenvolve a partir das normas vigentes (Direito Positivo, uma vez que dogma, etimologicamente, significa aquilo que é posto ou estabelecido por quem tenha autoridade para fazê-lo).



de informação doutrinária jurídico-trabalhista (Nota 2): o primeiro a respeito de Desídia e o segundo sobre Adicional de Periculosidade.:

“Obriga-se o empregado a dar, no cumprimento de sua prestação de trabalho, aquele rendimento quantitativo e qualitativo que o empregador pode, legitimamente, esperar de uma execução de boa-fé do contrato. A violação desta obrigação constitui a desídia.

É a negligência no cumprimento das obrigações contratuais. Pressupõe, conseqüentemente, culpa. Tendo-se obrigado o empregado a um certo resultado através da prestação de trabalho, não atingido este, a culpa se presume.

Ao contrário, tratando-se de uma obrigação geral de conduta (diligência), caberá ao empregador provar que o empregado agiu culposamente. Neste hipótese, a gravidade da falta deve ser, como sabemos, avaliada in concreto. O termo de comparação será o comportamento normal anterior do próprio empregado, cuja desídia for alegada.” (10:230).

“O adicional de periculosidade constitui complemento de salário tendente a compensar o perigo derivado do exercício de atividade em contato permanente com inflamáveis ou explosivos. O seu valor corresponde à porcentagem de trinta por cento sobre o salário do empregado, “sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

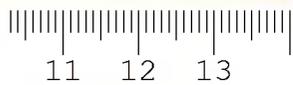
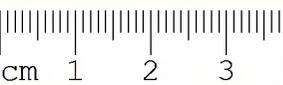
Exclui-se, portanto, da base de incidência do adicional em análise, o décimo-terceiro salário, já que constitui esta modalidade de gratificação; excluem-se os prêmios, tanto os de produção, quanto os de rendimento; excluem-se as participações em lucros. A lei não o diz, mas impõem-se, igualmente, a exclusão das gorjetas, por não se definirem estas como salários e sim como elementos integrantes da remuneração. O adicional de periculosidade não pode conviver com o de insalubridade, cabendo ao empregado optar por um ou por outro. Os demais adicionais, quando devidos, devem cada qual incidir sobre o salário-base.

O regime legal do adicional de periculosidade é o do art. 189 e seguintes, da CLT, com a redação que lhes foi dada pela Lei no 6.514, de 22 de dezembro de 1.977. Esse diploma legal revogou, portanto, a Lei no 2.573, de 15 de agosto de 1.955, que ate então disciplinava a matéria”. (9, v.2:215-6).

2 Legislação

A legislação corresponde, materialmente, ao conjunto de atos normativos emanados de autoridade competente. Enquadram-se neste âmbito, hierarquicamente:

(2) Os exemplos de doutrina, legislação e jurisprudência versam sobre os mesmos assuntos: Desídia e Adicional de Periculosidade, de forma a que se possa melhor comparar os três tipos de informação jurídica.



- a. Constituição
- b. Emenda Constitucional
- c. Lei Complementar
- d. Lei
- e. Decreto (decreto executivo, decreto reservado ou secreto, decreto, decreto sem número, decreto judicial, decreto legislativo, decreto especial ou individual e decreto regulamentar)
- f. Decreto-Lei (revogado pelo art. 25 das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988), sendo criada a Medida Provisória.
- g. Resolução
- h. Portaria
- i. Circular
- j. Ordem de Serviço

Para fins de documentação, inserem-se também nesse âmbito os projetos de atos legais que, embora não estejam em vigor, constituem-se em fonte de pesquisa, sendo passíveis de representação temática. Ao contrário da informação doutrinária - que não possui regras rígidas de apresentação atendo-se, quando muito, à forma dissertativa e monográfica, a informação legislativa possui forma específica e estrutura interna pré-estabelecida, visando a promover uniformidade documentária. Assim sendo, apresentam ATIENZA (1:78) e MOURÃO & MASTRO (11:11), a estrutura do ato legal, da seguinte forma:

Epígrafe: a parte superior e primeira dos atos legais, onde se estabelece a natureza do ato (lei, decreto, etc.), sua numeração e data de assinatura.

Ex.: Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1.943.

Ementa (ou rubrica): síntese do conteúdo do ato legal, de forma a facilitar sua consulta. Ainda que, em tese, a ementa deva constituir-se em verdadeiro resumo informativo do ato, tal não acontece na praxe legislativa, uma vez que há muitas ementas que se limitam a enunciar o assunto principal do ato, acrescentando-lhe a expressão “e dá outras providências”. Dessa forma, não deve ser a ementa fonte única para a análise temática do ato legal, mas complementar a leitura do texto na sua íntegra.

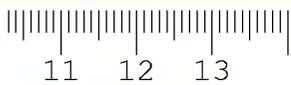
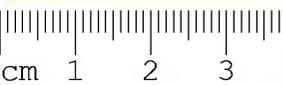
Ex.: “Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho”.

“Cria o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e dá outras providências.

Autoria: aponta o órgão ou autoridade emitente do ato.

Nesse item, é de praxe que o órgão ou autoridade apresente o ato legal que o legitima para tanto.

Ex.: “O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta.”



Justificativa ou consideranda: razões apresentadas pela autoridade ou órgão para a emissão do ato. Como bem observa ATIENZA (1:81), "tais justificativas são, na maioria das vezes, perfeitamente dispensáveis, nada acrescentando ao conteúdo temático do ato".

Título ou nome do ato: de incidência ocasional, constitui a forma pela qual o legislador individualiza um determinado ato. Os atos legais com título passam a ser procurados, via de regra, por esse título ao invés de por sua numeração.

Ex.: Consolidação das Leis do Trabalho.

Artigos: divisões do ato segundo seu conteúdo, constituindo o texto ou corpo do mesmo. Os artigos subdividem-se em:

. **caput:** fornece apenas o princípio jurídico geral;

. **parágrafos:** esclarecem o disposto no caput seja para delimitar sua esfera de aplicação, seja para prever-lhe exceções;

. **itens:** apresentados em algarismos romanos, têm função enumerativa, podendo ser aplicados ao caput do ato legal;

. **letras:** também como função enumerativa, são aplicadas, via de regra, a parágrafos e itens, ainda que na C.L.T., em alguns artigos, haja letras subordinadas ao caput (Nota 3).

Ex.: "Art. 592, A contribuição sindical, além das despesas vinculadas à sua arrecadação, recolhimento e controle, será aplicada pelos sindicatos, na conformidade dos respectivos estatutos, visando aos seguintes objetivos:

I - Sindicato dos Empregados e de Agentes Autônomos

a - assistência técnica e jurídica

b - assistência médica, dentária, hospitalar e farmacêutica

...

f - bibliotecas

...

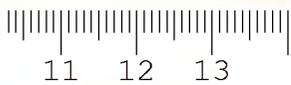
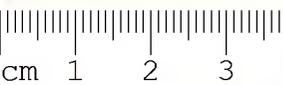
II - Sindicato dos Empregados

...

Parágrafo 1º - A aplicação prevista neste artigo ficará a critério de cada entidade que, para tal fim, obedecerá sempre, às peculiaridades do respectivo grupo ou categoria, facultando ao Ministério do Trabalho permitir a inclusão de novos programas, desde que assegurados os serviços assistenciais fundamentais da entidade".

Como se pode observar, a informação legislativa é mais sucinta que a doutrinária, apresentando-se de forma prescritiva, enumerativa e coercitiva,

(3) Vide art. 334 da C.L.T.



constituindo os artigos, resumidos na ementa (ainda que tal não seja regra), unidades de conteúdo temático da informação. Cumpre salientar que o aspecto vigência e de fundamental importância no documento de legislação, devendo o instrumento de representação temática a ele aplicado permitir ao documentalista informar sobre eventual revogação ou alteração de ato.

Ainda nesse sentido, a representação temática da informação legislativa necessita de um instrumento que permita um fácil relacionamento entre assuntos (como uma rede de referências cruzadas) tendo em vista que os atos legislativos não podem ser considerados em sua individualidade, mas como partes de todo um complexo. Dessa forma, um ato legislativo sobre determinado assunto, em vigor, pode ter sua redação modificada por ato posterior, ou ainda ser regulamentado por outro, como é o caso de decretos que regulamentam leis anteriores. São apresentados, a seguir, dois exemplos de atos legislativos (trechos) na área trabalhista, sobre Desídia e Adicional de Periculosidade, respectivamente:

C.L.T. "Art. 482 - Constitui justa causa para a rescisão do contrato de trabalho pelo empregador:

...
e - desídia do desempenho das respectivas funções".

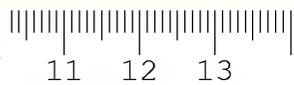
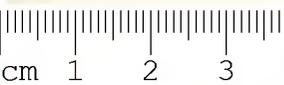
C.L.T. "Art. 193 - São considerados atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem o contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado.

Parágrafo 1º - O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30 % (trinta por cento) sobre o salário, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

3 Jurisprudência

O termo jurisprudência é utilizado, no Direito, em diferentes âmbitos. Apresenta FRANÇA (4:142) cinco acepções do mesmo:

- a) ciência do Direito ou Dogmática Jurídica;
- b) manifestação dos juriconsultos ante uma questão a eles apresentada;
- c) complexo de indagações, estudos e trabalhos, gerais e especiais, levados a efeito pelos juristas sem a preocupação de resolver imediatamente problemas concretos e atuais;
- d) massa geral de manifestações dos juízes e tribunais sobre lides e negócios submetidos à sua autoridade, as quais implicam uma técnica especializada e um



rito próprio imposto por lei;

e) conjunto de pronunciamentos, por parte de Poder Judiciário, num determinado sentido, a respeito de certo objeto, de modo constante, reiterado e pacífico.

As três primeiras acepções apresentadas integram o que se poderia chamar de conceito vulgar de jurisprudência, faltando-lhes precisão por atingirem questões gerais. Já os itens *d* e *e* procuram delimitar melhor o termo, estabelecendo o Poder Judiciário (juízes e tribunais) como órgão gerador da jurisprudência, fazendo-o de uma forma previamente determinada (rito próprio) e com um objetivo específico (manifestar-se a respeito de uma questão concreta).

Trata-se, pois, de um trabalho interpretativo do texto legal, indispensável quando ocorrerem lacunas na lei a ser aplicada ao caso concreto.

Dentro do conceito técnico-jurídico do termo (apresentado nos itens *d* e *e*, NUNES (12:562) propõe quatro variações:

a) **mansa e pacífica**: quando não sofre modificações ou alterações em julgados semelhantes;

b) **uniforme ou indiscrepante**: quando é igual e sem discrepância sobre a mesma matéria em um ou mais tribunais;

c) **assente**: firme, firmada;

d) **vacilante ou oscilante**: quando não é estável ou varia de julgado a julgado sobre a mesma hipótese.

Para fins de documentação jurídica, e considerando-se que o usuário solicita a jurisprudência visando a inteirar-se do entendimento de um ou mais tribunais sobre determinado assunto, trabalha-se com o termo em seu sentido mais específico, ou seja, aquele que possui uniformidade de entendimento.

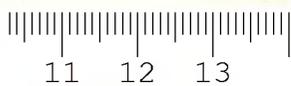
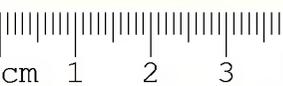
Mostra REALE assim (13:168), assim, que o Direito Jurisprudencial (Nota 4) surge após certo número de decisões no mesmo sentido, em casos materialmente idênticos para a caracterização de jurisprudência:

a) identidade material das questões, objeto de julgamento;

b) mesma linha de entendimento do(s) tribunal(is) nos casos “sub judice”.

Ainda que se considere a tradição romanística do Direito Brasileiro, em que a

(4) O surgimento do Direito Jurisprudencial é também explicado por REALE (13:168): “a jurisprudência, muitas vezes, inova em matéria judiciária, estabelecendo normas que não se contém estritamente na lei, mas resultam de uma construção obtida graças a conexão de dispositivos, até então considerados separadamente ou, ao contrário, mediante a separação de preceitos por largo tempo unidos entre si. Nessas oportunidades o juiz compoe, para o caso concreto, uma norma que vem completar o sistema objetivo do Direito”, acrescentando, ainda, que o juiz assinatura toda vez que houver lacuna na lei, assim como nos casos em que lhe couber julgar por equidade.



jurisprudência, como fruto de costume, não exerce influência tão marcante como nos países do "common law" (Nota 5). Mesmo assim, sua importância, como fonte do Direito, não se torna menor por isso (13:165). Observe-se que o próprio Supremo Tribunal Federal se manifestou a respeito, em súmula do seguinte teor: "a invariável seqüência dos julgamentos torna-se como que suplemento da própria legislação" (1:15). A Jurisprudência, como mostra REALE (13:169) constitui-se em instrumento utilizado pelos tribunais na aplicação da lei. Nesse sentido, ressalta o autor que a norma legal possui o que se poderia chamar elasticidade semântica, podendo variar de acordo com o momento social em que se insere. (Nota 6). Em suma, vale dizer que a jurisprudência, além de complementar uma lacuna da lei, serve para melhor especificar uma norma genérica ou de definição em aberto.

Em termos de recuperação temática da informação cumpre ressaltar, como peculiaridade da jurisprudência, o entendimento do tribunal que a emite, sobre a tese jurídica aplicada em questão. Esse aspecto se torna de fundamental importância ao usuário uma vez que, na prática, o advogado do autor de uma lide vai procurar respaldar-se em jurisprudência reforçando a tese jurídica que pretende defender, ao passo que o advogado do réu, por sua vez, procurará jurisprudência rejeitando (ou que entenda pelo não cabimento) de tal tese naquele caso. Assim, enquanto o fator (ou faceta) vigência interfere na legislação, o fator (ou faceta) entendimento influencia, ainda em maior grau, a jurisprudência, aspectos praticamente inexistentes na informação doutrinária que se preocupa, em primeiro plano, com questões teóricas, ligadas ao Direito enquanto ciência.

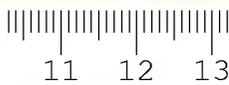
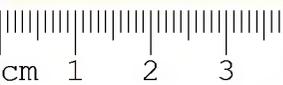
Uma vez discutido o conceito da jurisprudência, importa ressaltar as formas pelas quais ela se revela como informação jurídica. Considerando a definição de MOURÃO & MASTRO (11:5) segundo a qual jurisprudência é o "conjunto uniforme e constante das decisões judiciais sobre casos semelhantes", tem-se, na sentença, a origem desse tipo de informação. Essa, como um processo estimativo do juiz para situar um fato no ordenamento legal, acarreta um determinado entendimento que, prevalecendo nas diferentes câmaras de um tribunal, firmará a jurisprudência daquele, através do Acórdão (Nota 7), instrumento básico para o processamento da informação jurisprudencial. Podem-se destacar ainda, nesse âmbito, as súmulas, como enunciados normativos que resumem teses jurídicas consagradas em diversas decisões, como as Súmulas do Supremo Tribunal Federal, que dão origem a

(5) *Direito consuetudinário, predominante nos países anglo-saxões.*

(6) *"O juiz atualiza o sentido possível da lei, ajustando-a às circunstâncias do momento" (13:170).*

(7) *Decisão tomada coletivamente pelas câmaras de um tribunal, as quais ACORDAM em pronunciar aquele veredicto" (11:5).*

"Conclusão do julgamento, exposta de maneira clara e indubitável quanto à aplicação de voto vencido se o seu prelator o requerer" (6:16).



uma publicação periódica na área. As súmulas, ainda que não sejam de cumprimento obrigatório, são observadas, na prática, substituindo fontes formais do Direito.

O texto jurisprudencial possui elementos que o identificam para fins de recuperação da informação. Veja-se os exemplos a seguir:

Ementa (Nota 8):

“Constitui desídia, motivadora de rescisão unilateral do contrato de trabalho, o fato de fiscal da fazenda nacional, na ponte limítrofe entre o Brasil e o Paraguai, deixar passar, em demanda no exterior, quatro veículos com mercadorias, por não se achar no seu posto de serviço”;

Tribunal que a confere:

T.F.R. (Tribunal Federal de Recursos);

Natureza do recurso:

R.O. (Recurso Ordinário);

Número do Processo:

nº 7.382;

Unidade da Federação:

PR;

Turma que julgou o recurso:

1ª Turma;

Relator:

Min. Dias Trindade;

Data de Julgamento:

25.11.86;

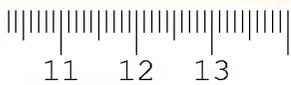
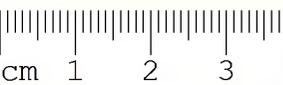
Partes:

Recorrente: Luiz Carlos Nascimento

Recorrido: União Federal

São apresentados, a seguir, dois acórdãos de matéria trabalhista, um deles sobre a desídia (utilizado para a exemplificação dos elementos acima citados) e o outro sobre adicional de periculosidade.

(8) “Indicação resumida da tese jurídica que prevalece no julgamento” (6:16).



TRABALHISTA - DESÍDIA - JUSTA CAUSA PARA A RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

- Constitui desídia, motivadora da rescisão unilateral do contrato de trabalho, o fato de fiscal da fazenda nacional, na ponte limítrofe entre o Brasil e o Paraguai, deixar passar, em demanda do exterior, quatro veículos com mercadorias, por não se achar no seu posto de serviço.

TFR - RO 7.382 - PR (5.600.510) - Ac.1ª T. 25-22-86

Rel. Min. Dias Tndade

Recorrente: Luiz Carlos Nascimento

Recorrida: União Federal

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a primeira Turma do Tribunal Federal de Recursos, a unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma de relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Custas, como de lei.

Brasília-DF, em 25 de novembro de 1986 (data do julgamento) - Ministro Washington Bolívar, Presidente - Ministro Dias Tndade, Relator.

Relatório - O Exmo. Sr. Ministro Dias Tndade (Relator) - Luiz Carlos Nascimento recorre de sentença proferida pelo MM. Juiz Federal da 1ª Vara da Seção Judiciária do Paraná, que julgou improcedente reclamação trabalhista movida contra a União Federal, na qual se insurge contra sua despedida por justa causa, que entende não configurada, pleiteando verbas referentes a indenização, saldo de salário, férias, 13º salário, prejulgado 20 do TST e levantamento de FGTS.

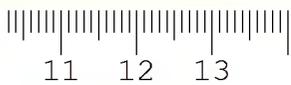
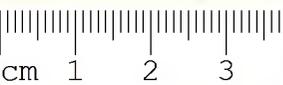
Recebido e processado o recurso, vieram os autos a este Tribunal, onde a Subprocuradoria Geral da República, em parecer, opinou pelo improvimento do mesmo.

É como relato.

Voto - O Exmo. Sr. Ministro Dias Tndade (Relator) - A rescisão do contrato de trabalho do reclamante foi decorrente da prática de falta grave, caracterizada como desídia no cumprimento de suas obrigações, por isso que, designado para a fiscalização na Ponte Internacional de Foz do Iguaçu, com outro companheiro, deixou que passassem quatro veículos (Kombi) em demanda do Paraguai, carregadas de mercadorias, possivelmente farinha de trigo e açúcar.

A alegação de que se achava afastado do seu posto de serviço, a satisfazer necessidades fisiológicas, não o exime da falta, porquanto era de seu dever acordar o seu companheiro de serviço, que se achava indevidamente a dormir, isso se admitimos a desculpa, que se choca com a apuração administrativa, em que o próprio reclamante escreve que se achava em frente à sede da aduana no momento da passagem dos veículos.

A prova testemunhal não lhe aproveita, antes demonstra a falta cometida, de



sua gravidade, em situação como aquela em que se encontrava o reclamante.

A respeitável sentença bem apreciou o litígio e lhe deu a solução adequada, pelo que nego provimento ao recurso.

Extrato da Minuta

RO No 7.382 - PR - (5.600.510) - Rel.: O Exmo. Sr. Min. Dias Trindade. Recte.: Luiz Carlos Nascimento. Recda.: União Federal. Advs.: Drs. Louise Rainer Pereira Gionedis e outros.

Decisão: A Turma, a unanimidade, negou provimento ao recurso (Em 25-11-86 - 1ª Turma).

Os Srs. Mins. Washington Bolivar e Carlos Thibau votaram com o Relator. Presidiu o julgamento o Exmo. Sr. Min. Washington Bolivar.

(Fonte: Revista LTr)

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE - TRABALHADOR EM POSTO DE GASOLINA

O fato de o trabalhador, em posto de gasolina, laborar nas proximidades dos tanques não gera direito ao adicional de periculosidade. E imprescindível que a perícia técnica indique o fato gerador do risco.

TRT. 12ª Reg. RO-337/84 - Ac. 1.051/85, 3-7-85

Rel. desig. Juiz Anselmo Raimundo

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Ordinário, provenientes da MM. Junta de Conciliação e Julgamento de Rio do Sul - SC, sendo recorrente Domingos Ventura Junior e recorrido Posto Santa Luzia Ltda.

Adoto o relatório do MM. Juiz Relator:

“O reclamante, inconformado com a respeitável decisão de primeiro grau que deu pela procedência parcial da reclamatória, recorre ordinariamente.

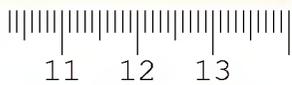
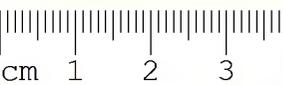
Em suas razões, o recorrente alega que houve omissão do julgado no que se refere às anotações na CTPS e em relação aos reflexos da hora extra nos repousos remunerados. Insurge-se, ainda, contra a respeitável sentença revisanda, porque não foi reconhecida a dispensa sem justa causa e por ter sido indeferido o pedido de pagamento do adicional de periculosidade.

Contra-razões as fls. 49/53 dos autos.

O douto Ministério Público preconiza o provimento parcial do apelo, a fim de que sejam efetuadas as devidas anotações na CTPS do autor. E o relatório.

Voto - Conheço do recurso, porque atendidos os pressupostos legais de admissibilidade.

Mérito - Periculosidade - O autor não era frentista. Era lavrador e trabalhava



apenas nas proximidades das bombas.

De qualquer modo, para averiguação do risco é imprescindível a realização de perícia técnica.

Verbas rescisórias - Conclui-se que o autor recebeu uma advertência por que lavou muito mal um veículo. Rebelou-se e deixou a empresa. O fato de a empresa liberar o FGTS nada acrescenta em favor da tese do empregado. Cometeu uma infração a empresa liberando o FGTS, mas ao BNH é que compete a aplicação da pena.

Horas extras - A sentença já concedeu as que o autor tinha direito. Quem não conhece os horários dos postos de gasolina?

Anotação na CTPS - Pediu-a na inicial, e o colegiado não deferiu, por esquecimento. Por isso, dou provimento para que seja anotada a data da saída na CTPS do reclamante.

Pelo que, acordam os Juízes do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do recurso. Por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Relator, rejeitar a preliminar de nulidade por este formulada. No mérito, pelo voto de desempate da Presidência, vencidos parcialmente os Exmos. Juízes Relator, Ione Ramos e Pedro Natali, dar-lhe provimento parcial para determinar que a empresa anote na CTPS do reclamante a data da saída.

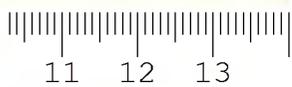
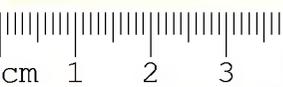
Custas na forma da lei. Intimem-se.

Florianópolis, 3 de julho de 1985. - J.L. Moreira Cacciari, Presidente - Anselmo Raimundo, Relator designado - Dilnei Angelo Bilessimo, Procurador.

(Fonte: Revista LTr)

Pode-se notar, nos dois acórdãos apresentados, - ambos retirados de um mesmo periódico trabalhista (Revista LTr) - que a indexação atribuída aos mesmos não se preocupou em recuperar a faceta "entendimento do tribunal", fato que seria fundamental ao usuário da área, senão veja-se: no primeiro caso, o Tribunal entendeu pela não aplicabilidade de um dispositivo legal ao fato sub judice, ao passo que no segundo, o Tribunal entendeu pela aplicabilidade de um outro dispositivo legal. Ressalte-se ainda que a divergência de entendimentos sob um mesmo fato "sub-judice" em diferentes câmaras de um tribunal pode gerar o chamado incidente de uniformização de jurisprudência, firmando assim a jurisprudência sobre aquele mérito.

MOURÃO & MASTRO (11:6) classificam ainda no âmbito da informação jurisprudencial o Parecer, conceituando-o como: "pronunciamento, geralmente escrito, emitido por um juriconsulto, a respeito de uma questão de ordem jurídica que, baseado em razões doutrinárias e legais, conclui por uma solução a ser adotada, sendo provocado por uma consulta em que se acentuam os pontos controversos da questão a serem esclarecidos pelo consultado".



O enquadramento do parecer no rol dos documentos jurisprudenciais e passível de discussão uma vez que há autores que vêem, na jurisprudência, a manifestação de um magistrado sobre uma questão "sub-judice". Nesse enfoque poder-se-ia pensar, então, em parecer como um tipo especial de informação doutrinária, caracterizando-se pelo maior grau de especificidade e maior objetividade na apresentação dos conceitos jurídicos, não se preocupando tanto com a estrutura científica da informação, mas com a resposta a uma questão controvertida, objetivamente colocada.

CONCLUSÃO

Com base nas informações apresentadas, pode-se perceber que a forma documentária, no Direito, varia em função do objetivo do próprio documento. Nesse sentido, variáveis como o produtor da informação, o grau de coercibilidade do documento e mesmo o fim a que se destina serão de fundamental importância seja na sua produção, seja no seu tratamento temático.

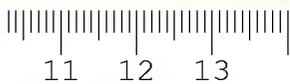
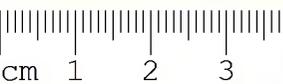
Dessa forma, diferentes procedimentos de análise e de representação temática se impõem às formas da documentação jurídica, visando à recuperação de suas características intrínsecas. De que valia seria uma informação que não recuperasse a vigência de um texto de lei ou o entendimento manifestado por um tribunal em um acórdão?

Cabe, pois, ao documentalista, centrar seus maiores esforços no processo de análise - e não no de representação como muito se discute - pois esquemas de classificação, listas de cabeçalhos de assunto ou tesouros podem ser da maior eficiência ou totalmente impróprios, dependendo do seu grau de adequação ao processo de análise - extração e seleção de conceitos - previamente realizado. E como realizar um processo de análise realmente adequado aos objetivos do documento e do próprio usuário sem que haja um prévio conhecimento do documento em suas características e objetivos? Fica a questão.

Law information: a contribution for its subject approach

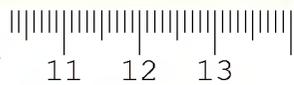
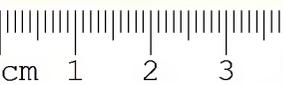
ABSTRACT: Law information sources are presented three basic forms: doctrine, legislation (rules) and jurisprudence (cases), with special emphasis to their constitutive elements, in order to identify peculiarities and characteristics for the subject approach. Examples in Labor law area, showing: the "scientific character" in doctrine, the "validity" in legislation, and the "way of thinking" jurisprudence. The legal report is shown as dual source, gathering in doctrine and jurisprudence characteristics.

KEY WORDS: Law documentation; Subject analysis; Law information sources



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATIENZA, C.A. *Documentação jurídica: introdução à análise e indexação de textos legais*. Rio de Janeiro : Achiamé, 1980. 266 p.
- _____. *Técnicas de indexação de pronunciamentos judiciais*. São Paulo : s.c.p., 1981. 31 p. [texto mimeografado].
- BRASIL. Leis, decretos, etc. *Consolidação das leis do trabalho*. 10.ed. São Paulo : Saraiva, 1988. 562 p.
- FRANÇA, R.L. *Enciclopédia Saraiva do Direito*. São Paulo : Saraiva, 1977. v.47, p:140-72.
- GARCIA, D.S. *Introdução à informática jurídica*. São Paulo : EDUSP/Bushatsky, 1976. 221 p.
- GRINBERG, B. *Processo do trabalho para estudantes*. 2.ed. São Paulo : Saraiva, 1982. 255 p.
- LOSANO, M.G. *Informática jurídica*. Trad. G.Faldini. São Paulo : Saraiva/EDUSP, 1976. 255 p.
- MACEDO, S. Doutrina. In: *Enciclopédia Saraiva do Direito*. São Paulo : Saraiva, 1977. v.28, p.381
- MAGANO, O.B. *Manual de direito do trabalho*. 2.ed. São Paulo : LTr/EDUSP, 1984. 2 v.
- MARANHÃO, D. *Direito do trabalho*. 5.ed. Rio de Janeiro : FGV, 1977. 496 p.
- MOURÃO, L. ; MASTRO, B.T. *Curso de documentação jurídica a nível municipal*. São Paulo : CEPAM, 1987. 42 p.
- NUNES, P. *Dicionário de tecnologia jurídica*. Rio de Janeiro : Freitas Bastos, 1979. 2 v.
- REALE, M. *Lições preliminares de direito*. 4.ed. São Paulo : Saraiva, 1977. 381 p.



CIÊNCIA E INVESTIGAÇÃO: CONSIDERAÇÕES GERAIS*

RESUMO: Discute a ciência e o lugar que ela ocupa na sociedade atual, bem como aborda a investigação científica em seus múltiplos aspectos e sua importância para o desenvolvimento da ciência. Destaca, ainda, a necessidade da disciplina **Metodologia** nos currículos dos cursos de Biblioteconomia.

PALAVRAS-CHAVE: Epistemologia; Ciência; Pesquisa; Metodologia.

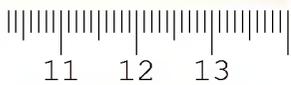
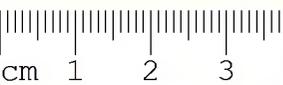
*Jayme Wanderley Gasparoto ***

1 Introdução

No momento em que a Biblioteconomia, no Brasil, está abandonando o caráter eminentemente técnico característico das décadas de 1940 e 1950, e orientando suas preocupações para a Ciência da Informação (de caráter multidisciplinar) à procura de seus próprios fundamentos teóricos, a inclusão da disciplina **Métodos e Técnicas de Pesquisa** na estrutura curricular (inclusão feita pelo curso de Biblioteconomia da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, desde 1977) é de fundamental importância, já que esta disciplina (que deve abordar, de início, os aspectos epistemológicos da prática científica) irá suprir a necessidade de conhecimentos quer na elaboração de projetos ligados às suas atividades, quer no interior de cursos de pós-graduação ou na atividade docente na área.

* *Extraído do curso sobre Metodologia da Pesquisa Científica, ministrado pelo autor no Curso de Especialização em Bibliotecas Públicas e Escolares, na Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília - UNESP, em outubro de 1987.*

** *Professor Assistente Doutor do Departamento de Sociologia e Antropologia, da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília - UNESP.*



2 Ciência e pesquisa

A todo instante, e principalmente nos meios acadêmicos, ouve-se falar de pesquisa.

E por que? A essa questão, podemos acrescentar estas outras : 1) por que se faz pesquisa?; 2) para que se faz pesquisa?; 3) o que é pesquisa?; 4) de que tipo de pesquisa se trata?

É que, no mundo hodierno, a ciência ocupa lugar proeminente; o conhecimento científico predomina sobre todas as demais formas de conhecimento (empírico, filosófico, teológico, artístico etc.). A sociedade moderna, pode-se dizer, nasceu com a ciência, tal como a compreendemos hoje.

Mas, o que é a ciência?

Durante algum tempo, a ciência foi definida - e ainda o é, comumente - como um conjunto acumulado de conhecimentos. Essa definição é insatisfatória, visto que as demais formas de conhecimento referidas acima, em maior ou menor medida, também a satisfazem.

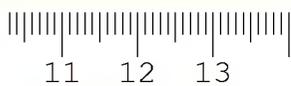
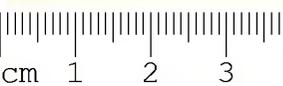
Com o desenvolvimento dos estudos de **Filosofia da Ciência (Epistemologia)** e de **Metodologia Científica**, a definição do que é ciência recebeu todo um refinamento, tal que podemos defini-la como "... todo um conjunto de atitudes e de atividades racionais, dirigido ao conhecimento sistemático com objetivo limitado, capaz de ser submetido a verificações (BUNGE, 1960: 7).

Essa definição, a nosso ver, sintetiza os múltiplos aspectos que caracterizam a ciência. Senão, vejamos: quando Bunge fala em "todo um conjunto de atitudes e atividades racionais", o caráter acumulativo do conhecimento científico foi deslocado do produto do conhecimento para o processo desse conhecimento: o que implica tanto uma determinada concepção do que é a realidade objetiva (concepção de mundo e teoria do conhecimento), quanto uma reflexão sobre como investigar essa realidade (preocupação metodológica).

Ainda, por ser "um conjunto de atividades racionais", a ciência não é apenas um produto do cérebro humano, mas o pensamento científico, sobretudo, obedece a um rigor e lógica próprios.

O rigor, na investigação científica, impõe regras invioláveis no uso da língua: o significado das palavras deve ser claro, preciso e com suas fronteiras bem demarcadas: "As regras da lógica são obedecidas a qualquer custo. A genealogia de cada enunciado tem de ficar clara: foi observado? Foi medido? Como foi medido? Quem disse? Quais as suas credenciais técnicas para dizê-lo? O estilo da apresentação dos resultados é seco, preciso e direto. A adjetivação é circumspecta" (CASTRO, 1978:2).

"Dirigido ao conhecimento sistemático com objetivo limitado". Conhecimento sistemático significa que há uma coerência interna a esse



conhecimento, isto é, há uma articulação entre os seus sistemas de referências, suas teorias e hipóteses, suas fontes de informações (FERRARI, 1982:15), já que os seres e os fatos estão interligados por determinadas relações, e o objetivo do conhecimento científico é justamente estabelecer e reproduzir esse encadeamento (CERVO e BERVIAN, 1973: 17).

“Com objetivo limitado”. A ciência não estuda tudo, nem ao mesmo tempo, e tampouco está preocupada com suas causas últimas ou primeiras; isso é tarefa da Filosofia. Por exemplo, questões como: qual o sentido da vida? O homem é um ser moral?, não concernem à ciência, mas à Filosofia.

A ciência é factual, ocupando-se de fenômenos e processos que têm lugar na realidade objetiva, perceptíveis pelos sentidos ou por instrumentos.

A ciência é sempre tópica, isto é, dirige suas vistas para um fragmento da realidade, o que não significa que não seja geral, pois o conhecimento científico procura, sempre, discernir as características comuns de tipos e objetos e as leis gerais ou as condições em que os fenômenos são “produzidos”.

“Capaz de ser submetido a verificações”. Essa é a característica fundamental do conhecimento científico, a qual provocou a revolução científica moderna. “O hábito de testar e corrigir os conceitos pelas suas conseqüências na experiência tem sido a mola mestra no movimento de nossa civilização (a partir de Copérnico) ... Este é o hábito da verdade, sempre dedicado, sempre urgente...” (J. Bronowski, apud CASTRO, 1978: 88). Ou seja, “a verificação consiste em testar a consistência de ser empiricamente válida ou provável uma afirmação, um dado, uma hipótese ou uma teoria” (TRUJILLO, 1982: 15).

Essa definição de ciência não só requer como determina um tipo específico de pesquisa ou investigação: a científica, exatamente o meio pelo qual se produz o conhecimento científico.

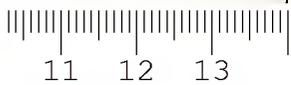
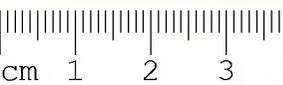
Por outro lado, a questão “por que se faz pesquisa” remete-nos aos objetivos da ciência.

Ao longo do tempo, o homem procurou compreender a realidade que o cerca - natural, social ou espiritual - com o objetivo de encontrar a melhor maneira de lidar com essa realidade, a fim de satisfazer suas necessidades vitais e seus interesses.

Durante séculos, talvez milênios, o homem aprendeu no trato direto com as coisas; sua reflexão e explicação do mundo eram limitadas e o fazer baseava-se nos aspectos exteriores dessas coisas.

O encadeamento causa-efeito se ligava aos aspectos imediatos; não havia a explicação de por que um fenômeno ocorria de uma determinada forma e não de outra; e quando havia explicações, essas tinham o caráter empírico - como, aliás, se dá, ainda, com a maioria das pessoas - ou, então, caráter místico.

Não obstante a melhoria das condições de vida e o aperfeiçoamento das



técnicas de produção, o homem se vê às voltas com os mesmos problemas de como trabalhar a natureza e de como lidar com o meio social em que vive, para satisfazer suas necessidades e interesses.

Entretanto, a maneira como procura resolver esses problemas já não é a mesma: é científica.

Daí podermos dizer que a ciência procura explicações balizadas por finalidades e interesses, traduzidas por: 1) aumento e melhoria do conhecimento, em termos de eficiência e eficácia; 2) descobertas de novos fatos ou fenômenos; 3) aproveitamento espiritual; 4) aproveitamento material do conhecimento e 5) estabelecimento de certo tipo de controle sobre a natureza (FERRARI, 1982: 3).

Poder-se-á objetar que a ciência é tarefa de poucos e que a maioria das pessoas não tem preocupações científicas. Se é certo que ninguém vive cientificamente, não é menos certo que assistimos a uma progressiva cientificização da sociedade.

Finalmente, o que é pesquisa?

Podemos defini-la como uma atividade voltada para a solução de problemas, cujo objetivo é descobrir respostas para questões previamente colocadas, através do emprego de procedimentos científicos (CERVO et BERVIAN, 1973: 65).

3 Metodologia

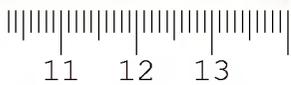
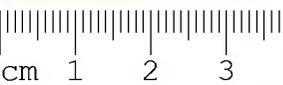
Não se faz pesquisa sem método.

Há duas atitudes muito comuns em relação ao método: a daqueles que se preocupam exageradamente com ele, procurando ler tudo e todos os autores antes de se decidir a “arregaçar as mangas” e partir para a investigação. Essa atitude não leva, praticamente, a nada: não é porque alguém leu “quinhentos livros” de didática, que sabe ministrar aulas. E há a atitude de apressados que, sem o mínimo conhecimento de método ou do que seja pesquisa, metem-se a pesquisar. Enquanto os primeiros permanecem indecisos, sempre no mesmo lugar, os segundos são incautos, os famosos “aprendizes de feiticeiros”.

Se devemos evitar a “ditadura” do método (a exagerada preocupação com o método acaba por tolher a pesquisa), tampouco devemos iniciar uma investigação sem nenhum embasamento metodológico, isto é, devemos evitar o procedimento de procurar os manuais apenas para solucionar problemas “locais”, específicos. Só está em condições de resolver problemas específicos, quem tem uma visão de conjunto da metodologia e da pesquisa.

Por outro lado, não há um discurso unívoco, único, sobre o método, advindo daí, talvez, a maior parte das dificuldades de se lidar com metodologia. Não há manuais plenamente satisfatórios sobre o assunto.

Não obstante sabermos que deixaremos, também, muito a desejar, abordaremos



alguns aspectos do método, partindo do pressuposto de que, dado o nível de desenvolvimento do pensamento científico, há um conjunto de procedimentos que constituem os alicerces do método científico. Por outro lado, não cabe discutir, aqui, os diferentes métodos empregados na prática científica.

Iniciemos por procurar entender o que é método, no sentido amplo do termo.

Etimologicamente, método - vocábulo de origem grega - significa a forma de proceder ao longo de um caminho; é, portanto, um procedimento adotado pelo homem para atingir determinado fim. Nesse sentido, o método é empregado em qualquer domínio da atividade humana.

O que distingue o método científico do método em geral?

O método científico é o "conjunto de seqüências operacionais, sustentadas numa sistemática manipulação para alcançar determinado fim científico" (FERRARI, 1982: 19).

Esse conjunto de seqüências operacionais constituem os processos ou procedimentos do método científico, como seguem:

- 1) formular questões ou propor problemas e levantar hipóteses;
- 2) efetuar observações e medidas;
- 3) registrar, tão cuidadosamente quanto possível, os dados coletados com o intuito de responder às questões formuladas ou comprovar a hipótese levantada;
- 4) elaborar explicações ou rever conclusões, idéias ou opiniões que estejam em desacordo com as observações ou com as respostas resultantes;
- 5) generalizar, isto é, estender as conclusões obtidas a todos os casos que envolvem condições similares;
- 6) prever ou prever, isto é, antecipar que, dadas certas condições, é de se esperar que surjam certas relações (CERVO et BERVIAN, 1973: 68).

Não obstante o objeto de uma determinada investigação requerer técnicas especializadas, os procedimentos propostos acima podem ser utilizados em qualquer tipo de investigação.

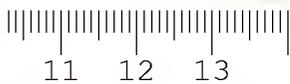
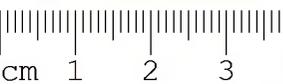
4 Planejamento da investigação

Não há "receita definitiva" sobre como planejar a investigação; entretanto, cremos que o roteiro abaixo pode ser empregado com resultados positivos.

4.1 Escolha do tema e determinação do problema

O planejamento da pesquisa é uma previsão sistematizada do conjunto de operações a serem realizadas com o objetivo de estudar um assunto ou um fenômeno.

É imprescindível, portanto, iniciar o planejamento da investigação pela escolha do tema e determinação do problema a ser pesquisado.



O melhor caminho para se chegar a isso é colocando questões: por que? para que? qual o valor e a importância do fenômeno ou do problema a ser pesquisado? o que se está pretendendo descobrir?

É o momento, principalmente para os iniciantes, de indecisões e angústias: como selecionar o assunto ou delimitar o problema? Há critérios a serem seguidos?

Vejam bem: selecionar um assunto significa eliminar outros que, por algum arazão plausível, devem ser evitados. O **critério**, aqui, é o da **relevância e prioridade**. Qualquer assunto pode ser objeto de investigação. No entanto, procura-se, por razões intelectuais (desejo de conhecer ou compreender) ou práticas (conhecer para realizar um plano ou realizá-lo de maneira mais eficiente), aqueles assuntos ou temas originais ou que, mal definidos, exigem uma precisão e clareza maiores.

Se por um lado, devemos evitar os assuntos “fáceis” ou de pouco interesse - que não trazem contribuição alguma à ciência -, por outro, convém não esquecer que a escolha deve recair em um assunto adequado à capacidade e à formação do pesquisador, o que significa que deve haver uma certa **familiaridade** do pesquisador com o assunto que pretende investigar. Essa familiaridade, quando não existe, pode ser conseguida de, pelo menos, três maneiras:

a) o pesquisador se coloca na posição dos sujeitos que pretende estudar.

W. A. Candill, por exemplo, “internou-se como paciente em um sanatório para doentes mentais a fim de melhor entender o seu funcionamento” (CASTRO, 1978:90). Aqui, no Brasil, foi muito divulgado o caso da antropóloga que, para estudar a prostituição, foi residir em uma zona do meretrício. É claro que tais exemplos são exagerados, chegando mesmo às raias do absurdo.

b) consultar especialistas no assunto, visitar instituições ou agências em que pesquisas de mesmo tipo ou semelhantes estejam sendo desenvolvidas.

c) o procedimento mais comum para se conseguir essa familiaridade é o da **pesquisa bibliográfica**.

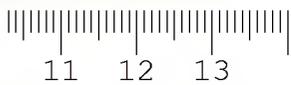
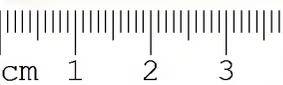
É através dela (assim como pela consulta a especialistas) que vamos tomar conhecimento do que já foi pesquisado, sob que perspectivas e como foi pesquisado.

É necessário salientar que a pesquisa bibliográfica não termina com a escolha do assunto, mas é um procedimento contínuo, que se encerra, na verdade, apenas com a publicação dos resultados da investigação.

Ainda, a **determinação ou delimitação do problema** se faz necessária em razão da tendência muito comum de se propor assuntos ou temas muito abrangentes e que, por sua complexidade, não permitem o aprofundamento. Temas extensos ou muito complexos revelam, na maioria das vezes, pouca familiaridade com o assunto ou, então, pouca prática de pesquisa.

Como se delimita o assunto a ser investigado?

Pode-se decompor o assunto em suas partes constitutivas.



Se esse procedimento não for possível, recorre-se à fixação das circunstâncias, sobretudo de tempo e espaço: indica-se o quadro histórico e geográfico em cujos limites se localiza o assunto (CERVO e BERVIAN, 1973: 75).

Uma outra forma de delimitar o assunto é o pesquisador explicitar sob que ponto de vista vai realizar a investigação: se sociológico, psicológico, etc.

4.2 Estabelecimento do objetivo ou objetivos da investigação

É preciso saber porque se está investigando.

Os objetivos podem ser **intrínsecos**, quando se procura a solução de um problema, ou se procura estabelecer uma nova explicação para um dado conjunto de fenômenos; ou **extrínsecos**, quando procuram satisfazer as exigências de um curso, por exemplo.

4.3 Justificativa

Nesse item, discute-se a importância da pesquisa em termos da contribuição que os seus resultados e conclusões trarão para a ciência ou para a solução de um determinado problema.

4.4 Quadro teórico

O quadro ou referencial teórico de uma pesquisa tem por função precisar e organizar as idéias e os conceitos envolvidos na investigação, de forma a torná-los manejáveis e que possam orientar as ações concretas.

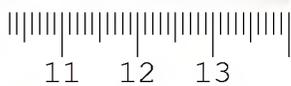
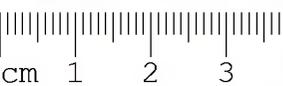
Deve-se iniciar sua construção com a revisão bibliográfica das pesquisas e estudos teóricos relacionados com o problema que se quer investigar. Essa revisão deve ser feita de forma racional e sistemática, iniciando-se pelas obras mais gerais, mais recentes e mais simples; depois recorre-se às mais complexas e mais específicas.

Ao se optar por um determinado quadro teórico, deve-se explicar porque e definir os conceitos e termos básicos empregados.

4.5 Sistema de hipóteses

A hipótese é, ao mesmo tempo, uma explicação provisória para o problema em estudo e um elemento balizador da investigação e tem por função: 1) orientar o investigador; 2) coordenar e completar os resultados, agrupando-os em um conjunto de fatos, a fim de facilitar a sua inteligibilidade.

A hipótese deve ser a mais simples possível; deve, ainda, ser sugerida e verificável pelos fatos e, se possível, não contradizer nenhuma verdade já aceita ou estabelecida, a menos que este seja o objetivo da pesquisa.



4.6 Sistema de variáveis

Estabelecer variáveis é estabelecer relações funcionais, isto é, de que maneira um ou vários fatores mudam quando outro ou outros mudam.

O projeto deve conter a listagem das variáveis a serem investigadas, assim como a função que exercerão no desenvolvimento da pesquisa e, sobretudo, os critérios para sua medição.

4.7 Métodos e técnicas

A metodologia, no interior do projeto, deve prever: as unidades de pesquisa ou de análise (população e amostra); técnicas de observação (histórica, descritiva ou experimental); técnicas de coleta de dados (leituras, entrevistas, questionários, análise de documentos ou observação direta dos fatos); procedimentos e técnicas de análise (o processo de classificação, registro e codificação dos dados); as técnicas analíticas (lógicas ou estatísticas) que serão empregadas para comprovar as hipóteses ou obter as conclusões.

A análise lógica é empregada para pesquisas com poucas unidades de investigação: estudos históricos, estudos de casos clínicos, etc. A análise estatística - que pressupõe a análise lógica - é utilizada para grandes conjuntos de dados (MORLES, 1971: 51).

5 Conclusão

A ciência é o conhecimento comprovado empiricamente.

A produção desse conhecimento, portanto, só é possível através da investigação.

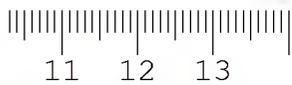
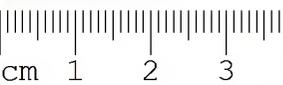
Por outro lado, no que se refere à Biblioteconomia, a investigação científica é de fundamental importância, quando mais não for, pelo menos para propiciar elementos para que os profissionais da área possam distinguir entre **problema científico** e problemas "práticos" da profissão; daí a necessidade de que o assunto continue a ser objeto de estudos curriculares, no sentido de garantir sua instrumentalidade.

Science and research: general observations

ABSTRACT: This paper discusses the importance of Science in the contemporary society. Also it presents scientific research in the various aspects as well as its role as basis to the development of Science.

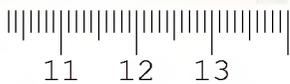
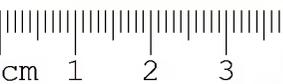
As a result, it is pointed out the importance of the discipline "Scientific Methods" to the development of the Brazilian library and Information Curricula.

Key words: Epistemology; Science; Scientific Research; Methodology



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUNGE, Mario. *La ciencia: su método y su filosofía*. Buenos Aires: Panorama, 1960.
- CASTRO, Claudio de Moura. *A prática da pesquisa*. São Paulo: McGrawHill do Brasil, 1978.
- CERVO, A.L. IBERVIAN, P.A. *Metodologia científica*: São Paulo: McGrawHill do Brasil, 1973.
- FERRARI, Alfonso Trujillo. *Metodologia da pesquisa científica*. São Paulo: McGrawHill do Brasil, 1982.
- MORLES, Victor. "Guia para elaboração e avaliação de projetos de pesquisa". In *Revista de Pedagogia*. Caracas, v.1 n. 1 p. 51-9, maio de 1971.
- SALOMON, Délcio. Como fazer uma monografia. 3. ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1968.
- SALVADOR, Ângelo Domingos. *Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica*. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 1973.



CURSOS DE GRADUAÇÃO PROFISSIONALIZANTES: FORMAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO *

RESUMO: A transformação do mercado de trabalho demanda um novo modelo de formação acadêmica. A experiência do Curso de Biblioteconomia da ECA-USP tem demonstrado que a adequação entre mercado e formação depende de uma concepção global de aprendizagem que permita articular eficazmente os vários elementos presentes no processo. Nesse sentido, deve-se: a) superar a polarização entre conteúdos teóricos e práticos que acompanha historicamente a organização curricular da área; b) organizar os conteúdos específicos em um conjunto restrito de disciplinas obrigatórias e os conteúdos acessórios em disciplinas optativas; c) redimensionar a função do discente e do docente, tornando-os co-responsáveis, pelo processo de aprendizagem; d) considerar o profissional como sinalizador de mudanças e transformações do universo profissional.

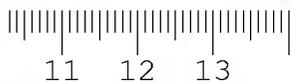
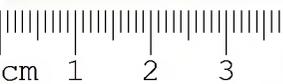
PALAVRAS-CHAVE: Mercado de trabalho; Formação profissional; Formação acadêmica; Currículo; Escolas de Biblioteconomia.

*Maria de Fátima G.M. Tálamo***

O final dos anos 80 marcou uma efetiva discussão sobre a eficiência e a adequação das estruturas curriculares dos cursos de graduação. A visível transformação do mercado de trabalho atrelada às crescentes competências profissionais capazes de propor soluções rápidas e eficientes exigências de para problemas cada vez mais imprevisíveis demandam, em larga medida, um novo modelo de formação acadêmica. Além disso, o perfil do aluno que adentra a Universidade também se modificou. Longe de buscar um diploma universitário que lhe confira "status" universitário, o aluno de hoje procura a obtenção de qualificações que o diferencie no conjunto anônimo de profissionais.

* Texto elaborado com base no relatório "Revisão curricular: princípios utilizados para a elaboração do currículo pleno", elaborado pela autora, enquanto presidente da Comissão de Coordenação de Curso do CDB-ECA-USP.

** Professor Assistente Doutor no Depto. de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes - USP



Desse modo, é preciso estabelecer uma sintonia entre o ensino e o mercado de trabalho. No entanto, essa relação, embora constantemente proclamada, não dispõe de formas consensuais efetivas de materialização. “Boa parte do meio empresarial... vê no acadêmico um sonhador desligado das realidades do dia-a-dia” (MINDLIN 1991:107). Para a Universidade, por sua vez, o mercado propõe muitas vezes cobranças imediatistas que, longe de contribuírem para uma possível solução da questão, apenas demonstram desconhecimento das funções e dos objetivos da aprendizagem de nível superior.

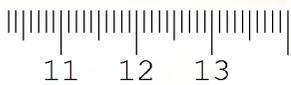
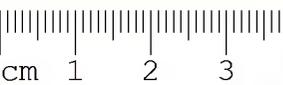
Embora a universidade, como parte da sociedade, tenha compromissos que ultrapassam a subordinação a interesses imediatos de mercado, ela não se tem furtado à responsabilidade de, pelo menos, tentar um maior entrosamento com o mercado de trabalho, dispondo estruturas curriculares para os seus cursos profissionalizantes que visam, simultaneamente, ao aperfeiçoamento da formação do profissional e do cidadão.

Nesse sentido, a experiência curricular que vem sendo realizada pelo Departamento de Biblioteconomia (CBD) da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo tem demonstrado que, para mudar, o importante, além de uma disposição efetiva para isso, é o estabelecimento de uma concepção global de aprendizagem que permita a articulação eficaz dos vários elementos presentes no processo de ensino. É essa experiência que será objeto da presente exposição.

A graduação em Biblioteconomia e Documentação

O primeiro currículo mínimo para o curso de graduação em Biblioteconomia data de 1962 e contemplava na sua organização disciplinas culturais e técnicas, com predominância dessas últimas. Refletia, desse modo, a tendência presente no ensino que lhe antecedeu, qual seja do treinamento técnico dos futuros profissionais que já contavam com uma considerável bagagem cultural.

Antes de 1962, duas foram as tendências marcantes na formação do bibliotecário. A primeira, com nítida ênfase no aspecto humanístico, foi representada pelo curso promovido pela Biblioteca Nacional, implantado em 1911 (SOUZA 1990:33). Refletia a tendência francesa de formação profissional na área, substituída, em 1929, pela influência da escola norte-americana, segundo a qual se organizou o curso de biblioteconomia do Colégio Mackenzie. Esta segunda tendência, que preconizava a supremacia da formação técnica, seria sedimentada posteriormente, em 1936, com a implantação do curso de biblioteconomia do Departamento Cultural da Prefeitura de São Paulo. O responsável pela sua implantação, Rubens Borba de Moraes, afirmava que “a idéia fundamental dessa Escola era preparar tecnicamente os bibliotecários... seus alunos chegavam à Biblioteconomia com a cultura de quem fez um curso universitário, um curso



superior, para adquirir a técnica, essa técnica rotineira de trabalho” (SOUZA 1990:93).

Nesse contexto, o currículo mínimo do curso de biblioteconomia, datado de 1962, apenas conferiu um estatuto universitário à formação, que continuou na sua essência inalterada. Isto pode ser observado pela confirmação, nesse currículo, da dicotomia formação técnica/formação humanística, que acompanha, desde a sua origem, o ensino da biblioteconomia.

De fato, o currículo mínimo de 1962 pouco acrescentou às discussões sobre a caracterização do núcleo específico e fundamental da formação, limitando-se a legitimar a natureza tecnicista da área - nele “as disciplinas técnicas respondiam por 70% do total de disciplinas oferecidas” (Mueller 1985:7) -, que, enquanto tal, se contrapõe à necessidade de formação acadêmica na área.

Em 1982, um novo currículo mínimo é proposto, preconizando a organização das matérias que o compõem segundo sua natureza: fundamentação geral, instrumental e formação profissional. Se com isso se pretendia neutralizar a visão polarizada que se tinha da formação do bibliotecário e a conseqüente supremacia da técnica, o objetivo não foi atingido.

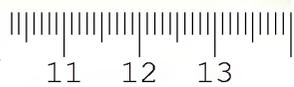
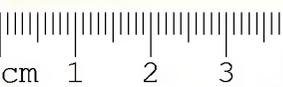
Na verdade, à proposta do currículo mínimo de 1982 não se seguiu a implantação de estruturas de ensino mais flexíveis, nas quais a teoria e a prática se encontrassem em movimento contínuo. Ao contrário, o que se pôde verificar foi uma série de implantações curriculares que afirmavam de forma crescente a oposição entre os conteúdos presentes na formação.

Com a permanência da oposição teoria/prática e a adoção do enfoque tecnicista que caracteriza historicamente o ensino na área, na prática os processos de aprendizagem reduzem-se apenas ao fazer pelo fazer, isto é, a uma reprodução automática de procedimentos biblioteconômicos e documentários, dos quais se desconhecem os aspectos teóricos e metodológicos fundamentais. Como consequência, nota-se uma “fidelidade dogmática a códigos de catalogação, normas de documentação e sistemas de classificação, muitas vezes idolatradas com cegueiras que não vislumbram os fins a que devem servir” (FIGUEIREDO 1978:139).

Nesse quadro, a substituição e a alteração de estruturas curriculares pouco influência terão na melhoria do processo de ensino/aprendizagem. Antes de fazê-las é preciso estabelecer uma concepção global de ensino, ou seja, um modelo que permita interpretar as variáveis do ensino profissionalizante no quadro geral dos objetivos da formação global preconizado pela Universidade.

A formação de uma concepção de ensino profissionalizante

Muitas são as atividades exercidas pelo bibliotecário no mercado de trabalho e múltipla é também sua natureza. Algumas delas remetem a operações repetitivas e técnicas - outras referem-se à administração de processos em organizações



diversas, outras ainda exigem conhecimento teórico-reflexivo que as relacionam com a pesquisa e a produção do conhecimento. Na ausência de uma estrutura de ensino global - níveis técnico, tecnológico e universitário -, precisa e objetiva, o mercado de trabalho assume a responsabilidade de resolver a forma de integração das competências variadas através de "funções". Assim, o bacharel em Biblioteconomia, muitas vezes, é o técnico, outras o administrador de bibliotecas ou de centros de informação, ou ainda o gerente de serviços de informação.

Essa situação nos permite inferir o que se segue:

a) induzir exclusivamente a partir do mercado de trabalho um perfil do bibliotecário é um risco, pois serão tantos os perfis quanto forem os contextos analisados;

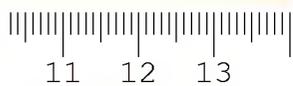
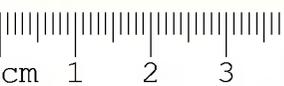
b) a unidade de ensino não pode se furtar a expressar de maneira clara o profissional que pretende formar e deve fazê-lo da melhor maneira possível.

No caso particular do Departamento de Biblioteconomia da ECA/USP, partimos do pressuposto elementar - que pode, à primeira vista, parecer banal mas que foi fundamental para a execução do projeto de reforma curricular - que respondemos por um curso de nível universitário, integrado a uma Universidade.

Nesse sentido, não nos compete treinar os alunos nas atividades práticas e repetitivas. Não formamos o aluno para que responda apenas à questão "como fazer esta operação técnica?" mas também "por que fazê-la?" e mais ainda "por que não fazer outra em tais condições..." ou então "por que não elaborar/construir outra operação técnica mais eficiente e mais adequada?". De modo resumido, portanto, abandonamos a "fazer técnico" como objetivo do processo de aprendizagem, substituindo-o pela apresentação e discussão de metodologias específicas, seus princípios e natureza de suas operações. Não anulamos, portanto, o "fazer" mas o dimensionamos face a um quadro teórico/reflexivo que lhe confere outro estatuto, afastando-o da abordagem tecnicista do ensino que insiste no "fazer pelo fazer" destituído de sentido.

Concretizamos a idéia assinalada determinando as metodologias, as operações e os conteúdos específicos da área, organizando-os, em seguida, em um número reduzido de disciplinas, que passou a integrar o conjunto de disciplinas obrigatórias. Determinou-se, desse modo, um núcleo específico — segmentado em disciplinas obrigatórias — responsável pela caracterização da área. Nele estão inseridas as operações técnicas responsáveis pela seleção, disseminação e organização da informação, bem como aquelas relativas à administração e gerenciamento de serviços e sistemas documentários. Participam também desse núcleo os conteúdos fundamentais para a compreensão e para a reflexão sobre essas operações e metodologias, que as contextualizam, conferindo-lhes significado específico.

Assim, o núcleo específico manifesta-se inicialmente, como configuração particular das matérias do currículo mínimo. As disciplinas que o integram organizam-se segundo sua natureza de fundamentação geral, instrumental e



profissionalizante e seus conteúdos relacionam-se ao objetivo específico da formação. Com isso afirma-se que o conteúdo programático de cada disciplina que integra esse núcleo vincula-se à questões específicas da área. Por exemplo, o conteúdo da disciplina “Lógica”, enquanto disciplina obrigatória do curso de Biblioteconomia e Documentação, deve prever o tratamento das questões desse domínio pertinentes para a área específica, qual seja a determinação de raciocínios para a compreensão de texto (suporte para a elaboração de resumos), definição de conceitos, elaboração de definições bem como especificidade e significado das relações lógicas em contraposição às semânticas (recursos indispensáveis para o uso e construção de linguagem documentárias).

Todos os outros conteúdos, acessórios ou contingentes, foram excluídos, introduzindo-se disciplinas optativas e não “optatórias” que, articuladas às obrigatórias, configuram o currículo pleno.

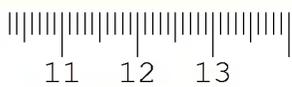
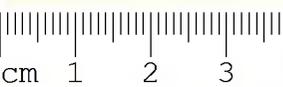
A partir disso, determinou-se uma estratégia para a sua implantação, que pode ser assim resumida:

a) A co-responsabilidade pelo ensino/aprendizagem.

Para o aluno que ingressa na universidade, a estrutura curricular do curso pelo qual optou manifesta-se como um conjunto complexo de disciplinas. Cursá-la é seu objetivo, pois imagina que, desse modo, assimilará os conhecimentos necessários que o transformarão, ao final do processo, no profissional que desejava ser quando da sua opção no vestibular. Essa abordagem simplista do processo de formação oculta algumas questões que merecem atenção. De um lado, supõe que deva existir necessariamente uma relação entre a expectativa do aluno e o resultado obtido ao final do processo de aprendizagem. De outro, torna a unidade de ensino - e mais especificamente os docentes envolvidos diretamente no processo de formação - responsável absoluta pelo ensino/aprendizagem.

Tecnicamente, a elaboração de uma estrutura curricular opera uma segmentação crescente de conteúdos, que se processa a partir do objetivo global do Curso chegando aos conteúdos das disciplinas, passando pelas grandes áreas em que estão organizadas. O discente não dispõe, normalmente, do objetivo global, real e efetivo do curso, desconhece a estrutura do ensino, tendo acesso apenas aos segmentos - disciplinas -, que muitas vezes se apresentam estanques e não-articulados entre si. Ingenuamente, nós docentes acreditamos que, decorrido algum tempo, os alunos passam a relacionar os conteúdos de diferentes disciplinas, a elaborar os objetivos do curso, enfim a contextualizar as informações recebidas. Entretanto, a realidade é outra.

Na verdade, decorridos os semestres iniciais do curso, defrontamo-nos com a evasão de alunos, classes desmotivadas e professores frustrados. O curso não atinge os seus objetivos, não responde às expectativas dos alunos, não está sintonizado com o mercado de trabalho, não... Todas essas justificativas - expressas como uma sucessão de negativas, onde sempre mais uma pode ser acrescentada



- não sugerem nada de efetivamente positivo. Isoladamente, a simples constatação do fracasso é estéril. É preciso, então observar a questão sob um outro ângulo.

Se é correto afirmar que uma estrutura curricular não é um amontoado de disciplinas mas um conjunto que adquire unidade face a um objetivo que lhe confere sentido, por que não tentar construir esse sentido no próprio processo de ensino? Foi o que fizemos.

Em 1990, durante a semana de integração dos calouros à Escola, organizamos uma série de atividades, durante uma semana, com o objetivo de expor aos alunos ingressantes a organização de seu curso, a estrutura do departamento que por ele responde e as tendências do mercado de trabalho, a partir das perspectivas dos profissionais nele inseridos.

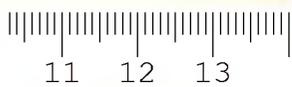
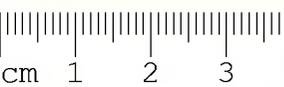
A resposta foi altamente positiva. Os discentes passaram a discutir a organização curricular, a sugerir soluções até certo ponto inovadoras, e o que é mais importante, passaram a ter uma postura mais amadurecida frente ao curso e mais realista face à sua futura profissão.

A partir dessa experiência organizou-se uma disciplina - denominada "Fundamentos da Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação" —, que passou a funcionar como um espaço integrador entre o discente, o seu curso e o mercado de trabalho. Ministrada no 1º semestre letivo, o conteúdo programático da disciplina desenvolve-se através da reflexão sobre o objeto e os objetivos da área, sua transformação histórica, estrutura e funcionamento do curso e estudo dos principais processos da área, com a participação de profissionais. Por ela não responde um único professor. A responsabilidade pela sua organização cabe à Comissão de Coordenação de curso, mas aos profissionais compete torná-la efetivamente pertinente, sinalizando qual o comportamento e a demanda que o mercado de trabalho vem apresentando. Como a estrutura do currículo pleno é relativamente flexível, de posse dessas informações o aluno tem condições de dispor um currículo individual mais adequado.

b) A figura do orientador de turma:

Com o objetivo de dar continuidade ao programa desenvolvido na disciplina exposta acima, convém estabelecer, a partir do semestre inicial do curso, para cada turma ingressante, um professor coordenador de turma que possa, sempre que necessário, discutir com o discente os problemas relativos à organização individual do seu currículo escolar.

Este acompanhamento deverá promover os ajustes necessários no programa de estudo desenvolvido pelo alunos e ao mesmo tempo propor sugestões para o aprimoramento da estrutura curricular. A idéia é de que trabalhamos com conteúdos em constante transformação e devemos prever as modificações e absorvê-las enquanto algo presente e não como lembrança de um passado, mesmo que recente.



A ORGANIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

No seu conjunto, as disciplinas obrigatórias organizam-se a partir das matérias propostas pelo currículo mínimo da área. A seriação de tais disciplinas não segue uma concepção compartimentalizada, de modo que se substitui a oposição entre disciplinas culturais e profissionalizantes por um equilíbrio na apresentação das mesmas.

Além disso, distinguimos matérias e disciplinas, de modo que a estrutura curricular que obtivemos não se apresenta como reprodução do currículo mínimo. Na verdade, o currículo mínimo proposto pelo Conselho Federal de Educação dispõe a obrigatoriedade de matérias e não de disciplinas. A matéria define-se como uma substância e não como forma específica. Esta última manifesta-se por intermédio de um trabalho sobre a matéria, conferindo ao conteúdo objetivos ou finalidades. A disciplina, nesse sentido, efetua um recorte específico na substância, com fins didáticos. Por exemplo, a matéria instrumental "Lógica", que se encontra no currículo mínimo, não corresponde a uma disciplina "Lógica". Esse domínio do conhecimento pode se submeter a uma série de recortes, segundo os objetivos norteadores dessa operação. Como conteúdo de uma disciplina do curso de Biblioteconomia, a Lógica não aparece como objeto, mas sim como uma série de procedimentos articulados aos objetivos perseguidos pela formação. Entender a estrutura curricular como um conjunto de matérias significa não só ignorar a necessidade de um trabalho árduo de composição de conteúdos como também negar a possibilidade de cada unidade de ensino imprimir um sentido próprio à formação do aluno.

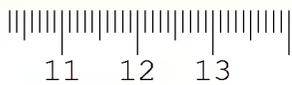
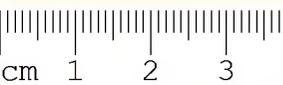
A organização das disciplinas optativas

Uma vez definido o conjunto das disciplinas obrigatórias, determinou-se a obrigatoriedade de créditos em disciplinas optativas.

A disciplina optativa não é um rótulo para uma conteúdo programático qualquer. Enquanto as disciplinas obrigatórias respondem pela formação nuclear, as disciplinas optativas aprimoram essa formação, orientando o fazer específico, articulando-o a conteúdos correlatos, atualizando-o, ou por outro lado, apresentando-se como resposta a uma necessidade individual de conhecimento genérico.

As disciplinas optativas oferecidas pelo CBD estão distribuídas em dois grandes grupos:

- a) Disciplinas que convertem conteúdos específicos da área em conteúdos mais abrangentes, assimiláveis por um público mais amplo;
- b) Disciplinas que trabalham com conhecimentos específicos ainda não suficientemente sedimentados, propondo questões que merecem reflexão detalhada, ou ainda conteúdos cujo desenvolvimento relaciona-se a perspectivas



teóricas particulares.

Embora essa distribuição proponha uma série de problemas - na verdade, a natureza das disciplinas optativas deve ser motivo de várias reflexões - a partir dela pode-se imprimir flexibilidade e atualização constantes ao currículo pleno. Pode-se alterar grande parte da estrutura curricular sem que com isso se afete o conjunto das disciplinas obrigatórias. Garante-se, desse modo, de uma só vez, a dinamicidade e a permanência de conteúdos. Enquanto esses últimos encontram-se sob a responsabilidade de um professor, o primeiro pode contar com a colaboração de profissionais que se encontram integrados ao mercado de trabalho.

Além disso, outras atividades, como o estágio supervisionado e o trabalho de conclusão de curso, contribuem efetivamente para um conhecimento mais amplo do mercado de trabalho durante o período de formação do futuro profissional.

CONCLUSÃO

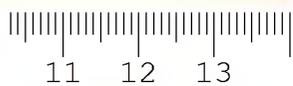
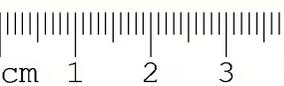
A experiência curricular que vem empreendendo o CBD, embora não se distancie dos objetivos educacionais propostos pelo ensino universitário, demonstra ser plausível a tentativa de integrar o mercado de trabalho, através dos profissionais nele inseridos, à formação acadêmica.

O mais importante, entretanto, é que semelhante experiência evidencia o fato de que as alterações curriculares não se fazem através de substituições de disciplinas ou mudanças de carga horária. Na realidade, alterações curriculares supõem uma mudança estrutural na concepção de ensino que lhe serve de base.

Undergraduate professional courses: education and work market

ABSTRACT: Change in the library work market demands a new kind of library education. The experience of the undergraduate program of the Department of Library Science of the School of Communication and Arts of the University of São Paulo has shown that adequacy between the work market and academic education depends upon a global understanding of learning, which permits the various elements of the teaching process to be articulated efficiently. The following recommendations are made: a) the polarization between theory and practice that has been historically present in library syllabi must be overcome, so that professional practices can be set upon a theoretical frame of reference; b) library-specific subject matter of a technical or other nature should be organized into a restricted set of mandatory courses, whereas complementary subject matter should be organized into a set of elective courses, in order to ensure flexibility and room for constant updates in the library curriculum; c) the roles of both teacher and student must be re-evaluated, in order that they can be jointly responsible for learning; d) practitioners should be considered an important variable in the education process, since they can point at changes in the profession.

KEY WORDS: Work market; Professional education; Library syllabi; Academic education; Library Schools



LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS, INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO E COMUNICAÇÃO *

RESUMO: As representações documentárias obtidas pela mediação de Linguagens Documentárias - LDs, são mais generalizantes do que aquelas obtidas através da condensação de textos originais. Através delas, não se representa o texto individual, mas classes de assunto compartilhadas por esses textos. A representação via LDs, conseqüentemente, é limitada, e a natureza da mediação por elas exercida subordina-se a determinados sistemas de significação e postulados de significado adotados na sua construção. A efetivação da comunicação documentária, portanto, depende da disponibilidade de acesso a tais sistemas de significação. Como estes só se consubstanciam nos textos e através das LDs não se representam os textos propriamente ditos, a recuperação dos sistemas de significação só será possível através das Terminologias de especialidade. As Terminologias constituem, de fato, um dos principais instrumentos para a construção de LDs que cumpram seu papel comunicacional.

PALAVRAS-CHAVE: Linguagens Documentárias; Representação documentária; Comunicação Documentária; Terminologia

*Marilda Lopes Ginez de Lara ***

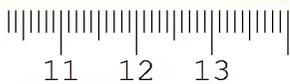
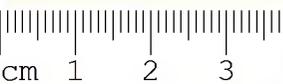
1 Análise Documentária, representação e comunicação

A Análise Documentária pode ser concebida como uma atividade essencial para o estabelecimento da comunicação em sistemas documentários — que passaremos a denominar “Comunicação Documentária — processo que envolve a codificação e a decodificação de conteúdos informacionais, ou seja, o tratamento e a recuperação da informação. Globalmente, a “Análise Documentária tem por objetivo *representar* conteúdos de documentos, tendo em vista um fim pragmático: a recuperação da informação” (KOBASHI, 1988, p.19, grifo meu).

Para Peirce, “*representar*” significa “estar em lugar de, isto é, estar numa relação com o outro que, para certos propósitos, é considerado por alguma mente como se fosse o outro” (PEIRCE, 1977, p.61).

* Artigo elaborado com base na Dissertação de Mestrado “Representação documentária: em jogo a significação”, apresentada ao Depto. de Biblioteconomia e Documentação da ECA/USP, 1993.

** Professora do Depto. de Biblioteconomia e Documentação da ECA/USP.



Na verdade, a comunicação se efetiva no momento da apropriação. Pressupõe, de um lado, o objeto que se quer representar; de outro, um sujeito que deve interpretar essa relação. Embora Peirce não o afirme, podemos dizer, portanto, que a comunicação está implícita nessa concepção de representação (1).

A representação documentária deve ser abordada de forma semelhante. Como produto documentário gerado no processo de Análise Documentária, a representação deve "provocar uma interpretação" — através da proposição de uma cadeia de interpretantes frente a uma relação Sujeito-Objeto — e estabelecer algum tipo de relação com o texto que lhe deu origem. Uma representação documentária desencadeia, conseqüentemente, uma situação de comunicação.

Entretanto, pode-se identificar no processo de Análise Documentária, dois tipos distintos de representação, como veremos a seguir: a representação por condensação intensiva do texto original e a representação via Linguagens Documentárias.

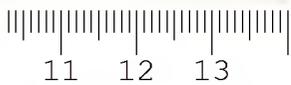
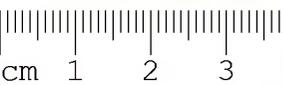
2 Dois tipos de representação documentária:

Através da condensação do texto original o produto documentário obtido situa-se entre a generalização e a individualização, expressando a tensão entre esses polos. A representação, neste caso, tem como objetivo evidenciar o que, neste texto, é informação específica, de modo a garantir, sobre a generalidade, a marca do específico, ou seja, ao lado do que é comum, deve destacar o que é particular, individual. Este é o caso dos *resumos*, que se caracterizam por apresentar um vínculo estreito com o documento original. A operação para a elaboração deste tipo de representação vale-se, em princípio, dos mesmos elementos do sistema semiótico utilizado para a elaboração do texto original.

No segundo tipo, (que é o que nos propomos a analisar no presente artigo) a representação (a construção de *índices*) é realizada através do uso de um código comutador, ou seja, uma Linguagem Documentária - LD, que tem como função a normalização das unidades significantes ou conceituais presentes no texto original, a partir de elementos que constituem, de alguma forma, uma condensação de áreas de assunto. A condensação, nesse caso, é expressa pelos elementos do código de comutação, sendo portanto, exterior ao texto submetido à conversão.

A representação obtida via LDs não apresenta necessariamente uma relação de contigüidade e semelhança com o texto original e envolve, pelo menos, dois

(1) Para COELHO NETTO, a teoria de Peirce é teoria da comunicação, uma vez que ela se apresenta como "uma produção de signos para serem interpretados" (COELHO NETTO, 1990, p.213). Esta afirmação se fortalece quando se considera a forma dialógica de apresentação do pensamento, conforme observação de J. Ransdell citada pelo autor, como também a partir da proposição peirceana da relação triádica entre objeto, signo e interpretante, derivada da noção de relação entre enunciador, enunciação e intérprete (idem *ibidem*).



sistemas semióticos distintos: aquele presente no texto original e aquele estabelecido pelo instrumento comutador ou LD. Relativamente ao primeiro tipo (os resumos), a representação via LDs é mais generalizante, uma vez que não consegue representar efetivamente o texto. Sob esse aspecto pode-se lembrar a afirmação de Umberto Eco, para quem “os momentos de representação são mais facilmente aqueles em que um código nasce do que aqueles em que um código pré-existente é observado” (ECO, 1991, p.292). Isso nos coloca a necessidade de caracterizar melhor o gênero de representações obtidas via LDs.

De um modo geral, a representação via LDs persegue a generalização através de uma normalização crescente da informação do texto original. E é esse aspecto que confere à Documentação a possibilidade de construir e constituir sistemas. A generalização, entretanto, implica a perda de indicativos individuais dos textos, ou seja, a perda de autoria.

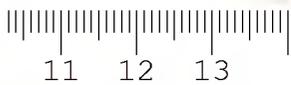
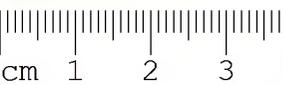
Esse processo de “desautenticação” do texto que se inicia, de certo modo, com a condensação (resumos), é intensificada quando da mediação de LDs, acabando por desvincular as representações documentárias dos referenciais presentes nos textos. Através da mediação convertem-se textos em Linguagem Natural - LN ou Linguagem Especializada - LE, em produtos documentários normalizados.

É necessário, portanto, entender que a representação obtida via LDs não representa propriamente textos, mas assuntos relativos a esses mesmos textos. De fato, a função desses códigos de mediação é a representação de categorias ou classes de assunto compartilhadas pelos textos. Isso não quer dizer que só se representa o genérico (através de uma LD pode-se representar diferentes níveis de generalização e especialização dentro de um domínio): não se representa mais o *texto individual*, mas a *classe* a que ele pertence. Esta é uma característica fundamental a ser considerada para o entendimento dos limites e funções da representação através de LDs.

3 Mediação e comunicação via LDs:

Visando à comunicação, uma LD utiliza um sistema de significação. Na terminologia de Hjelmslev, uma LD apresenta um plano de expressão e um plano de conteúdo (HJELMSLEV, 1975, p.53 e ss.), organizados em função de um determinado paradigma: determinados postulados de significado (ECO, 1984, p.12) são considerados para sua montagem e estruturação.

Neste caso, os dois planos da LD são interdependentes. Enquanto linguagem construída, o plano de expressão é representado pelas unidades selecionadas que integram a referida LD, bem como sua forma de organização intrínseca. O plano do conteúdo é expresso por essa articulação interna e é baseado em postulados de significado cuja validade se dá a partir de juízos emitidos em termos de condições



de verdade, dentro de “mundos possíveis” ou mundos de referência.

Dito de outra maneira, o arranjo das significações numa LD está assentado numa perspectiva de organização do conhecimento. De forma explícita ou implícita, as definições das expressões e suas inter-relações internas são relativas a uma determinada visão de mundo. O uso de uma LD, portanto, imprime aos produtos resultantes da mediação, a perspectiva selecionada. A Classificação Decimal de Dewey (19a.ed.), por exemplo, separa a Antropologia Física (572) da Antropologia Cultural (306), enquanto que o Tesouro de Sociologia, de Jean Viet os considera como termos equivalentes (cf. VALE, 1987, p.13-14). Revelam-se, desse modo, concepções diferentes sobre o mesmo assunto, face aos postulados de significado tomados como base para realizar a relação forma de expressão/forma de conteúdo. Nesse sentido, as LDs constituem a expressão de um “recorte” no conteúdo, condicionando, conseqüentemente, os procedimentos de representação, interpretação e comunicação.

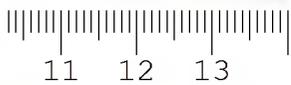
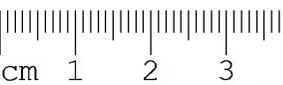
Nas operações de representação documentária via LDs, além dos sistemas semióticos do texto objeto de representação e da própria LD envolvidos na operação de conversão, vários outros sistemas concorrem para a configuração da representação documentária: a língua, enquanto sistema social, a instituição, a ideologia etc., impondo determinados recortes no *continuum* da realidade. Cada um desses elementos remete, por sua vez, a determinados sistemas de significação: a representação fica, desse modo, como o resultado de múltiplas interferências.

O significado de uma representação, portanto, não vai estar nas palavras que a compõem, mas nas estruturas de significação a que remete. Para construir e/ou interpretar uma representação documentária deve-se, conseqüentemente, reportar-se a sistemas de significação determinados. A recuperação de informações, ou seja, a efetivação da comunicação documentária, vai depender da disponibilidade de acesso à essas estruturas de significação.

A informação documentária, objeto da representação documentária, por outro lado, remete a sistemas de significação que só se consubstanciam nos textos. Em decorrência, a representação documentária deve se remeter a esses sistemas se quiser transmitir informação e, conseqüentemente, estabelecer uma situação de comunicação documentária de fato.

Dada a impossibilidade, como já vimos anteriormente, de representar, via LDs, os textos propriamente ditos, a recuperação dos sistemas de significação presentes nos textos submetidos à análise deve ser feita através das Terminologias de especialidade. Como se vê, o problema não é passível de solução a nível da individualidade de cada texto, mas pode ser resolvido para conjuntos de textos do mesmo domínio de especialidade.

A Terminologia funciona, nesse sentido, como base legal para a construção e o uso das LDs, permitindo a efetivação da comunicação em sistemas documentários. Isso é possível uma vez que a Terminologia é formada de termos



analísáveis obtidos a partir de valores constituídos dentro de determinados universos de discurso, através de operações de delimitação. Na Terminologia, as palavras têm dimensão referencial, já que consideram as palavras em determinados domínios discursivos, associando-as à classes de objetos dentro desses universos particulares (LE GUERN, 1989).

Na Terminologia de determinado domínio de especialidade, uma palavra designa um determinado objeto, na medida em que o insere numa classe particular dentro desse domínio. Essa mesma palavra, num léxico, exprimiria apenas um conjunto de propriedades, independentemente de qualquer objeto que seja e de qualquer universo que seja, podendo assumir nenhum ou todos os significados. As palavras no léxico, significam, a despeito de possíveis referentes.

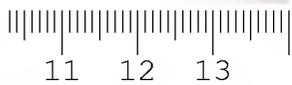
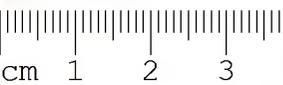
Como a Terminologia é construída a partir de palavras no discurso (LE GUERN, 1989, p.340-341), ela tem condições de recuperar os sistemas de significação de domínios de especialidade presentes e utilizados por esses mesmos discursos. Dito de outro modo, a Terminologia trabalha com as palavras em funcionamento, o que permite delimitar seus valores e sua significação dentro do universo onde elas ocorrem.

Nesse sentido, a Terminologia (ou as Terminologias de especialidade) constituem referencial fundamental para a construção e o uso de LDs, uma vez que permitem realizar, de forma indireta, a referência aos textos particulares objeto de análise.

Deve-se lembrar, ainda, que uma LD é uma linguagem formalizada (construída) e que, conforme Granger, “toda linguagem formalizada (...) não é mais exata ou exclusivamente uma linguagem, sobretudo se dela for retida sua função de comunicação” (GRANGER, 1974, p.139). Para Granger, as linguagens formalizadas são difíceis de memorizar e o que elas ganham em rigor, perdem em eficácia, sendo que na realidade, sua função comunicativa é apenas virtual. Para o autor, tal fato se deve, primeiro, à ausência de uma “segunda” articulação: o sentido de suas expressões “é diretamente embreado” (ou seja, articulado) “no sistema dos sintagmas que corresponde ao primeiro nível de articulação das línguas naturais” e em segundo lugar, porque “as línguas formais ignoram os símbolos de ‘embreagem’ numa experiência vivida”, remetendo apenas a uma combinação de regras simbólicas que constitui seu ‘objeto’ no sentido de Peirce (GRANGER, 1974, p.140-141).

Vistas desse modo, as LDs têm prejudicada sua função comunicativa, função essa que pode ser recuperada se a Terminologia de especialidade funcionar como “embreagem” e fornecer os elementos da “experiência vivida”.

García Gutiérrez aponta o caráter extremamente formal das LDs quando diz que “trabalhamos com vocabulários, normas e sistemas fechados, frente ao caráter aberto da linguagem natural” (idem *ibidem*, p.31). Deve-se lembrar, todavia, que em função da delimitação rigorosa do significado não é viável uma volta à LN como solução.



4 Alguns problemas de construção e uso das LDs

Nas LDs, via de regra, opera-se o isolamento das expressões de conteúdo relativamente aos textos onde elas podem ocorrer. A ausência de um corpo sistemático de definições que se reportem a contextos determinados — a posse de glossários terminológicos, por exemplo — ou o uso indevido das expressões de conteúdo de uma LD, pode, conseqüentemente, comprometer sua função comunicativa.

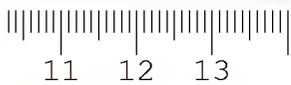
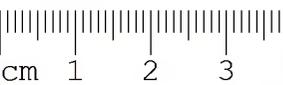
O predomínio da utilização da equivalência lexical (quando este procedimento só deveria ser utilizado para resolver os problemas de sinonímia lingüística ou funcionar como um meio de entrada no sistema), transforma uma LD em nomenclatura e, conseqüentemente, torna inúteis os produtos documentários enquanto veículo de informação, uma vez que, sob esta forma, uma dada palavra encontrada num texto pode ser “representada”, automaticamente, por palavra semelhante encontrada na LD, alterando-se os vínculos de significação.

Muitas vezes, a ausência de definições nas LDs (ou a ausência de referência a instrumentos terminológicos de apoio) é responsável pelo uso indiscriminado da equivalência lexical. Este é um aspecto reconhecido por Gardin quando ele afirma que “não importa que termos sejam admitidos como equivalentes entre si: só importa sua definição, não sua designação”, o que nos permite enfatizar a importância de sua explicitação (GARDIN, 1970, p.632).

Um exemplo pode ilustrar este fato. A nota de escopo do Thesaurus POPIN - Thesaurus Multilingüe de População, recomenda o uso do descritor “planejamento familiar” para representar o “controle intencional da fecundidade por parte de indivíduos que decidem ter filhos somente se e quando querem” (VIET, 1986). Indexar um documento sobre planejamento familiar produzido pela BENFAM sob esse descritor, significa esquecer que as ações desenvolvidas por esse órgão não coincidem com a definição atribuída ao descritor, uma vez que, nesse caso, não se delega a decisão sobre o controle da fecundidade aos indivíduos, mas antes, a eles, lhe é imposta.

Os procedimentos baseados no uso da equivalência lexical são bastante comuns no cotidiano do documentalista, tanto pela falta de uma sólida formação profissional, como pela precariedade dos instrumentos de conversão utilizados para a representação documentária. O uso indevido pode ser saneado a partir de definição de metodologias que não sejam baseadas apenas na performance, ou bom senso. O rigor metodológico vai impor, necessariamente, a consideração do contexto onde as palavras se inserem, para realizar a representação.

Pode-se, também, abordar a questão sob um outro aspecto. Para CINTRA, os termos que compõe uma LD são baseados em regras “de jure” (CINTRA, 1987), ou seja, estabelecidos aprioristicamente de maneira impositiva. Ao realizar uma correlação palavra no texto — palavra na LD, realiza-se uma implicação nem sempre



verdadeira. Uma implicação falsa — sem referente material — não informa nada.

Exemplo disso é o termo “Bancos de Desenvolvimento”, descritor do Macrothesaurus das Nações Unidas, onde a “inclusão do Banco Mundial entre os Bancos de Desenvolvimento pressupõe a aceitação de uma definição de desenvolvimento que permita identificar as ações desenvolvidas por esse órgão com aquelas que se encontram nos limites do conceito de desenvolvimento, tal como é caracterizado pela instituição em questão (OCDE e Nações Unidas) (TÁLAMO et al., 1990, p.6-7; 1992, p.198). Incluir, por exemplo, o BADESP, Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo sob o descritor “Bancos de Desenvolvimento” constituir-se ia uma implicação falsa, uma vez que são bancos de natureza diferente.

Vê-se, dessa forma, que a mediação do código intensifica outras mediações (mediação do indivíduo-profissional, vícios profissionais, língua etc.). Múltiplas determinações respondem pela configuração do produto documentário e interferem no processo comunicacional.

5 Comentários finais

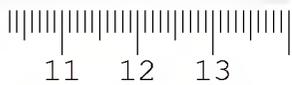
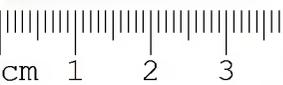
A abordagem comunicacional da questão da representação documentária e das LDs faz revelar vários aspectos normalmente não considerados no âmbito documentário.

Pode-se levantar, por exemplo, a função referencial das linguagens utilizadas para o tratamento e recuperação da informação documentária, cujo papel é o de fornecer índices de realidades. Para cumprir tal função as LDs não podem gerar mensagens ambíguas em relação aos sistemas de significação envolvidos.

A geração de “mensagens documentárias” consistentes exige a presença de instrumentos mediadores construídos (e usados) de forma rigorosa, para que a transcodificação LN-LD se realize convenientemente. Os códigos documentários (as LDs) não são taxionomia ou nomenclatura, não podendo pressupor, portanto, biunivocidade da relação significado-significante. Bem ao contrário, as LDs não podem ser construídas ou utilizadas na suposição da existência de um signo monossêmico, onde significado e significante pudessem estar numa relação signíca fixa e estável.

Tal como o afirmou Hjelmslev, “não existem significações reconhecíveis outras que não as significações contextuais. Toda grandeza, e por conseguinte, todo signo, se define de modo relativo e não absoluto, isto é, unicamente pelo lugar que ocupa no contexto (HJELMSLEV, 1975, p.50). O recurso à Terminologia é, nesse sentido, fundamental para assegurar referência à contextos concretos.

Deve-se lembrar, por outro lado, que todo o trabalho de análise e de representação de informações não tem um fim em si mesmo. Um usuário final,



uma instituição, são os beneficiários desses processos. Objetivos pragmáticos reforçam, portanto, a necessidade de abordar a questão documentária no âmbito da comunicação, considerando todas as implicações que envolvem o uso da palavra como fonte de sentido.

Na discussão sobre as LDs e sobre representação documentária, conseqüentemente, deve-se levar em conta os aspectos relativos ao jogo de significações que elas envolvem quando de sua inserção em processos gerais de comunicação.

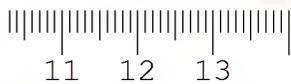
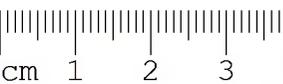
Indexing languages as communication instruments in documentary systems

ABSTRACT: The documentary representations allowed through the mediation of Indexing Languages are more generic than those obtained through condensation of original texts. The former are related to classes of subjects and their messages are not specific as the condensation of texts is. So, the representation through Indexing Languages is limited and the nature of the mediation is linked to the meaning systems and the meaning postulates adopted in its construction. The success of the documentary communication depends upon the access to the meaning systems. But, as through Indexing Languages we do not represent the specific of the texts, the retrieval of the meaning systems will only be solved through the support of Terminologies. The terminologies are, in fact, the main tools for the construction of Indexing Languages and the essential condition to their communicational effectiveness.

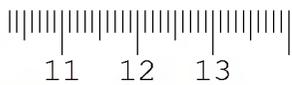
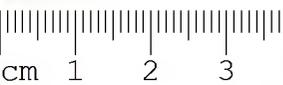
KEY WORDS: Indexing Languages; Communication in documentary systems; Terminology

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- CINTRA, A.M.M. (1987). Estratégias de leitura em documentação. In: SMIT, J.W. (org.). *Análise documentária: a análise da síntese*. Brasília, IBICT, p.28-35.
- COELHO NETTO, J.T. (1990). *Semiótica, informação e comunicação*. 3.ed. São Paulo, Perspectiva.
- DEWEY DECIMAL CLASSIFICATION devised by Melvil Dewey. (1989) 20.ed. Ed. by J. P. Comaromi et alii. Albany, N.Y., Forest Press. 4v.
- ECO, U. (1984). *Conceito de texto*. Trad. de Carla de Queiroz. São Paulo, TA Queiroz, EDUSP.
- ECO, U. (1991). *Semiótica e filosofia da linguagem*. Trad. de Mariarosaria Fabris e José Luiz Fiorin. São Paulo, Ática. (Fundamentos, 64)
- GARCÍA GUTIÉRREZ, A. (1990). *Estructura lingüística de la documentación: teoría y método*. Universidad de Murcia.



- GARDIN, J.-C. (1970). Procédures d'analyse sémantique dans les sciences humaines. In: POUILLON, J. et MARANDA, P. (orgs.). *Échanges et communications: mélanges offerts à Claude Lévi-Strauss à l'occasion de son 60ème. anniversaire.* (Tirage à part). Paris, Mouton.p.628-657.
- GRANGER, G.G. (1974). *Filosofia do estilo.* Trad. de Scarlett Zebetto Marton. São Paulo, Perspectiva; EDUSP. (Estudos, 29)
- HJELMSLEV, L. (1975). *Prolegômenos a uma teoria da linguagem.* Trad. José Teixeira Coelho Netto. São Paulo, Perspectiva. (Estudos, 43)
- KOBASHI, N.Y. (1988). *Política científica e tecnológica: da análise do discurso à análise documentária.* São Paulo, ECA-USP. (Dissertação de Mestrado)
- LARA, M.L.G. de (1993). *Representação documentária: em jogo a significação.* São Paulo, ECA-USP. (Dissertação de Mestrado).
- LE GUERN, M. (1989). Sur les relations entre terminologie et lexique. *Meta*, v.34, n.3, p.340-343.
- PEIRCE, C.S. (1977). *Semiótica.* Trad. de José Teixeira Coelho Netto. São Paulo, Perspectiva. (Estudos, 46)
- TÁLAMO et alii. (1990). *Instrumentos de controle terminológico: limites e funções.* Trab. apresentado ao II Simpósio Latinoamericano de Terminologia. Brasília, 9-4 set, 1990.
- TÁLAMO et alii (1992). Contribuição da terminologia para a elaboração de tesouros. *Ci. Inf.*, v.21, n.3, pp.197-200.
- VALE, E.A. (1987). Linguagens de indexação. In: SMIT, J., org. *Análise documentária: a análise da síntese.* Brasília, IIBICT, p.11-26.
- VIET, J. (1985). *Macrothesaurus para el procesamiento de la información relativa al desarrollo económico y social.* 3. ed. New York, Naciones Unidas.
- VIET, J. (1986). *Thesaurus POPIN: thesaurus multilingüe de população.* Trad. e adapt. de Letícia B. Costa. São Paulo, SEADE.



O DOCUMENTO AUDIOVISUAL OU A PROXIMIDADE ENTRE AS 3 MARIAS

RESUMO: A organização dos documentos audiovisuais é considerada atividade comum às três profissões irmãs da organização da informação (museologia, arquivística e biblioteconomia e documentação = as **3 Marias**), embora geralmente não identificada desta forma. A oscilação terminológica presente na bibliografia que trata da organização destes documentos reforça a idéia segundo a qual esta área permeia as três profissões e que todas têm dificuldade em tratar adequadamente estes documentos.

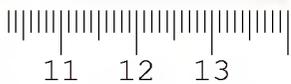
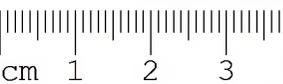
PALAVRAS-CHAVE: Museologia; Arquivística; Biblioteconomia e Documentação; Documentos audiovisuais

*Johanna W. Smit**

Ao propor o título acima, devo esclarecer antes de mais nada o que as **3 Marias** podem estar significando neste contexto, para evitar mal-entendidos. O trabalho de análise e descrição de documentos audiovisuais, considerados enquanto suportes de informação, aponta para uma área que, a meu ver, não está sendo claramente dimensionada nas três profissões irmãs da organização da informação, batizadas doravante pela expressão "**3 Marias**" (museologia, arquivística e biblioteconomia e documentação)⁽¹⁾. Em outros termos, parto da hipótese segundo a qual os documentos audiovisuais constituem um campo privilegiado de interface entre museologia, arquivística e

* Professor-doutor, Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da USP.

(1) O parentesco entre as 3 profissões é analisado de forma muito interessante por Peter Homolus (ICOM -International Council of Museums, Comitê de Documentação), ao situar as bibliotecas e os museus nas extremidades de um espectro, ou contínuo, de instituições coletoras de cultura, e os arquivos nas posições medianas. Homolus (1990) considera virtualmente impossível distinguir claramente, no contínuo das 3 profissões, aonde terminam as funções de uma **Maria**, e começam as de outra, uma vez que de acordo com as especificações de acervos e públicos, cada **Maria** cobrirá uma parcela diferente do espectro. Esta análise leva Homolus a preconizar o diálogo constante e intenso entre os profissionais atuando na família das instituições coletoras de cultura.



biblioteconomia e documentação, porque presente em todas e também porque as três profissões têm dificuldades - diferenciadas, por certo - para tratarem estes documentos, dada sua especificidade. Enfim, e abordando a mesma questão a partir de outro ângulo, acredito que seja pertinente chamar a atenção para os momentos de aproximação entre três profissões que, apesar de compartilharem objetivos próximos, técnicas semelhantes e as mesmas condições adversas (a situação aflitiva em que se encontram a "cultura, a "memória" e a "informação" no Brasil de hoje é suficientemente conhecida), raramente unem esforços, ignorando-se umas às outras na maior parte das vezes.

Mas, voltemos aos documentos audiovisuais, contextualizando-os agora de forma mais precisa em relação às **3 Marias**.

Os documentos audiovisuais não são vistos, em regra geral, enquanto documentos que, caso devam ser organizados para posterior utilização, demandam os conhecimentos de uma categoria profissional específica. A organização do documento audiovisual constitui, de fato, um "*no man's land*" profissional, no qual várias profissões estão envolvidas, freqüentemente até por razões fortuitas, uma vez que os documentos audiovisuais podem iniciar sua trajetória como **suporte** ou **sub-rotina** de outra atividade que, esta sim, traz um nome definido (biblioteca, centro de documentação, museu, arquivo).

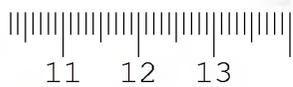
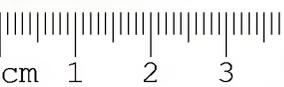
No que concerne o documento audiovisual como **suporte**, pode-se citar, por exemplo, a documentação fotográfica reunida para "documentar", com propósitos museológicos, a obra de certo pintor, do qual um museu possui alguns quadros. Esta documentação fotográfica, ao tomar vulto, pode, com o decorrer dos anos, dar margem à criação de um "serviço de documentação" subordinado ao museu e organizado, por razões de tradição, segundo critérios museológicos.

De forma mais abrangente, pode-se citar "documentações audiovisuais" assimiladas, explicitamente, a uma atividade museológica, como bem demonstra, a título de exemplo, a linguagem utilizada pelas publicações da Fundação Cinemateca Brasileira:

"(...) preservar o filme, como se preserva livros nas bibliotecas e quadros nas pinacotecas e museus" (THOMPSON, 1964, p.5); ou ainda:

"esse trabalho de conservação do material cinematográfico, para ser realmente uma realização museológica e tornar-se apto a servir de base à pesquisa histórica (cinematográfica ou não), deve ser completado por fichários que permitam a localização e a manipulação rápida e útil de filmes, livros, ou fotografias" (THOMPSON, 1964, p.7).

Em outras circunstâncias, a "documentação audiovisual" tem sua origem em arquivos históricos que, com o passar do tempo e conseqüente acúmulo de documentos audiovisuais, acabam separando-os e/ou dando-lhes maior valor. A descrição dos documentos audiovisuais transforma-se, nestes casos, numa **sub-rotina** da atividade geral do arquivo. Nestes casos, relativamente freqüentes, os documentos audiovisuais serão organizados dentro de uma lógica geral de



organização de arquivos que, se não é totalmente diferente da lógica documentária, tampouco se confunde com esta.

Para melhor ilustrar a oscilação terminológica entre as diferentes abordagens compreendidas pelas atividades das **3 Marias**, pode-se citar o Arquivo Nacional (Rio de Janeiro) que reúne uma multitude de documentos sonoros numa "Divisão de Documentação Audiovisual". Esta Divisão, ao tentar organizar e descrever os documentos sonoros, discute os sistemas documentários existentes (AACR² e ISBD) e propõe soluções num folheto cujo título remete novamente à terminologia arquivística: "manual de procedimentos para descrição de arquivos sonoros" (JAEGGER & LYRA, 1985).

O título do livro de Lance "Sound Archives: a guide to their establishment and development", editado pela IASA (International Association of Sound Archives) (LANCE, 1983) reflete a mesma heterogeneidade terminológica, ao discutir os arquivos sonoros tanto de um ponto de vista arquivístico (o "fundo de história oral", o "arquivo de etnomusicologia") como também documentário (o capítulo sobre a documentação forma um verdadeiro tratado de documentação sonora).

Embora seja muito difícil situar corretamente e seguramente a questão da organização dos documentos audiovisuais em função dos diferentes "espaços" nos quais a atividade tem sido exercida, forçoso é constatar que, se por um lado as diferentes profissões envolvidas pelas **3 Marias** não parecem estar conscientes da indeterminação reinante, tampouco há bibliografia que chame a atenção para esta situação de fato e acima evocada: a organização do documento audiovisual é um "no man's land" profissional.

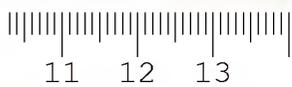
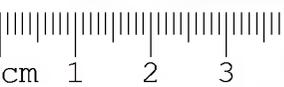
Em função da realidade brasileira é difícil, neste tipo de discussão, ignorar a argumentação corporativista e seus múltiplos desdobramentos no que concerne as **3 Marias**. A discussão pode ser resumida nos seguintes tópicos:

a. cada profissão acredita ser a única a lidar, de forma coerente e conseqüente, com os materiais audiovisuais;

b. cada profissão ignora, parcial ou totalmente, as soluções que as outras profissões propõem para lidar com esta categoria de materiais: de fato, há três bibliografias estanques, uma para cada **Maria**.

c. freqüentemente a denominação do "lugar" que trata o material audiovisual faz supor uma demarcação rígida entre documentos audiovisuais em museus, arquivos e centros de documentação, sendo que, na realidade, se constata que este tipo de material é freqüentemente organizado em algum espaço, quer seja com conotação museológica, arquivística ou documentária, mas com preocupações reais muito próximas, em termos de metodologia de trabalho;

d. em suma, e muito embora os nomes dos "lugares" nos quais os documentos audiovisuais são descritos e analisados nem sempre reflitam a lógica de organização e a formação profissional das pessoas envolvidas neste trabalho, verifica-se que os documentos audiovisuais ocupam pouco a pouco espaços maiores e que seu tratamento, qualquer que seja o nome dado ao espaço, demanda



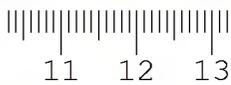
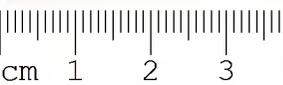
especificações e reflexões muitas vezes ausentes...

Na ausência de bibliografia, parece ousado lançar hipóteses, quaisquer que sejam, mas no que concerne ao tratamento do documento audiovisual pode-se afirmar, sem correr grandes riscos, que os mesmos são geralmente tratados com certa estranheza, desconforto ou até inadequação, explicáveis tanto pela variedade dos suportes audiovisuais como também, e principalmente, pela relativa falta de familiaridade com os mesmos. A formação do bibliotecário leva-o a se sentir seguro ao tratar livros e outros documentos escritos, assim como o arquivista está habituado a tratar documentos escritos e museólogo objetos... Ciente de que estou pintando a situação de forma caricata, tampouco posso deixar de perceber em muitos "lugares" nos quais se praticam as **3 Marias** uma certa tendência a isolar os documentos audiovisuais numa categoria do "outro", do "diferente", do "complemento"⁽²⁾. Informação "séria" é informação escrita ou objeto museológico bem definido; a norma expulsa aquela gravação do discurso de fulano ou aquela fotografia de sicrano para a incômoda categoria dos "outros"...

Desta forma, o documento audiovisual acaba constituindo, muitas vezes, um real problema, tanto para o profissional que deve organizá-lo, como também para o pesquisador (ou público, usuário, consultante, visitante, e outros tantos nome aplicáveis à categoria de pessoas que utilizam os serviços prestados pelas **3 Marias**). Talvez por esta razão uma boa parcela das atividades ligadas à organização dos documentos audiovisuais não está sendo assumida - e nunca o foi - por nenhuma das três profissões que compõem as **3 Marias**. Pode-se, inclusive, formular uma hipótese mais abrangente segundo a qual a descrição de documentos audiovisuais, para ser eficiente, exige uma sensibilidade para o som e/ou a imagem que, infelizmente, nem sempre constitui apanágio dos profissionais das **3 Marias**; o que explicaria porque esta atividade é freqüentemente exercida por pessoas mais diretamente ligadas à produção dos próprios documentos. Etnólogos, historiadores e lingüistas organizam, nesta hipótese, centros de documentação sonora e/ou visual sobre aspectos particulares da vida social... profissionais de cinema ou televisão, fotógrafos, radialistas, etc., são incumbidos da tarefa de organização de arquivos sonoros e/ou de imagens para fins de reutilização, num contexto de produção de novos produtos e/ou documentos audiovisuais...

O reconhecimento desta dificuldade de tratar os documentos audiovisuais e a conseqüente procura por tratamentos **diferenciados**, em relação a cada tipo de documento, constituem, a meu ver, a única resposta adequada e eficiente que as **3 Marias** poderiam dar à questão e, é claro, a mesma será mais eficiente ainda se levar em conta que os documentos audiovisuais estão presentes tanto em museus, como em arquivos e centros de documentação. As diversidades de usos não deveriam impedir a discussão dos problemas comuns.

(2) *Desnecessário frisar que minha colocação não se aplica aos "lugares" que têm nos documentos audiovisuais o cerne do seu acervo, como por exemplo cinematotecas, discotecas ou arquivos fotográficos.*



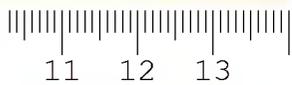
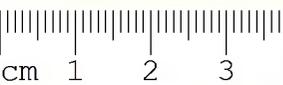
Audiovisual documents as a joint between three sisters institutions

ABSTRACT: The organization of audiovisual documents is considered as a common activity of the three sister institutions dealing with information management (museums, archives and libraries), though generally not regarded under this viewpoint. The activity of organization of audiovisual documents is present in the three professions, in spite of oscillations of terminologies and common difficulties to deal with them.

KEY WORDS: Museums; Archives; Libraries; Audiovisual documents

BIBLIOGRAFIA

- CALIL, C.A.M. e outros. *Cinemateca imaginária; cinema e memória*. Rio de Janeiro: EMBRAFILME/IDDD, 1981.
- CARVALHO, A.M. de F. *Fotografia como fonte de pesquisa: histórico, registro, arranjo, classificação e descrição*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória/Museu Imperial, 1986.
- JAEGGER, M. de F.P., LYRA, M.H.C.P. de. *Manual de procedimentos para descrição de arquivos sonoros*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1985. (Publicações Técnicas, 38).
- HOMULOS, P. Museums to libraries: a family of collecting institutions. *Art Libraries Journal*, vol.15, n.1, p.11-13, 1990.
- LANCE, D. *Sound archives: a guide to their establishment and development*. S.1.: IASA, 1983.
- MUSEU DA IMAGEM E DO SOM. Seção de documentação. São Paulo, SP. *Manual para preenchimento de fichas padronizadas*. Coord. de Johanna Smit. 1986.
- SAINTVILLE, D. *Panorama des archives audiovisuelles*. Paris: Documentation Française, 1986.
- SMIT, J. A análise da imagem: um primeiro plano. In: SMIT, J. (coord.). *Análise Documentária: a análise da síntese*. Brasília: IBICT, 1987. p.99-111.
- THOMPSON, C. *Cinemateca brasileira e seus problemas: informação e documentação*. São Paulo: Fundação Cinemateca Brasileira, 1964. (Cadernos da Cinemateca, 3).



UMA EXPERIÊNCIA DE INFORMATIZAÇÃO DE ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS E DOCUMENTAIS:

O caso da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de São Paulo em 1989-1992

RESUMO: Relata a reimplantação do sistema DOBIS/LIBIS para tratamento e recuperação automatizados dos acervos da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo durante a gestão do Partido dos Trabalhadores (1989-1992). O trabalho resultou em mudança de versão do sistema, processamento de 200.000 títulos, extensão do tratamento a material não-monográfico (negativos, plantas de engenharia, discos, documentos) e expansão da rede on-line.

PALAVRAS-CHAVE: Automação de bibliotecas; Bibliotecas públicas.

*Raquel Naschenveng Mattes **

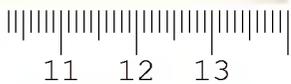
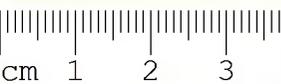
1 INTRODUÇÃO

O princípio da cidadania cultural que orientou a atuação da Secretaria Municipal de Cultura (SMC) durante a gestão do Partido dos Trabalhadores (1989-1992)¹ envolve o direito à informação enquanto um de seus elementos básicos. Por isso uma das prioridades de SMC naquele período foi exatamente informatizar seus acervos, já que uma política bem sucedida nesta área tem como objetivo maior a garantia do acesso público às informações.

Assim entendida como condição básica para implantar a cidadania cultural, a informatização dos acervos de órgãos tais como Bibliotecas, Museus e Arquivos significa modernizar, racionalizar e otimizar seus serviços de modo a propiciar a democratização

^{*} Analista de Sistemas, Diretora do Catálogo Coletivo Regional de Livros do Estado de São Paulo, Assessora de Informática da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo no período 1990-1992. A autora agradece a colaboração da Profa. Claudia Negrão Balhy (CBD/ECA/USP) na revisão crítica do trabalho.

¹ Prefeita Luíza Erundina de Sousa e Secretária Municipal de Cultura Profa. Dra. Marilena de S. Chauti.



do acesso à informação, cumprindo as obrigações de um serviço público que deve:

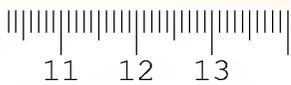
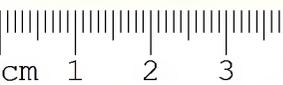
- a) tratar técnica e adequadamente os acervos, através de tombamento, classificação e catalogação;
- b) constituir uma sistemática de catalogação cooperativa;
- c) dar condições aos usuários de localização rápida das informações existentes, independentemente de sua localização geográfica;
- d) ampliar pontos de consulta e recuperação das informações através de maior número de terminais;
- e) melhorar fluxos de trabalho, racionalizando custos;
- f) divulgar os acervos à comunidade.

A situação da informática encontrada inicialmente na SMC, as atividades e os projetos desenvolvidos e os resultados obtidos encontram-se descritos e analisados nas próximas páginas. Com este relato pretende-se reiterar um dos princípios básicos da cidadania cultural: o direito à informação deve ser exercido em todos os níveis e sobre todas as coisas enquanto condição básica para a produção do conhecimento e da cultura. Sua publicação nesta revista objetiva, assim, socializar uma experiência para o conjunto dos bibliotecários que enfrentam hoje o desafio da informatização.

2 Uma longa história

Inexistia, até 1990, na Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP), uma sistemática de catalogação e recuperação automática do conjunto dos acervos documentais. Excetuando-se a implantação do sistema DOBIS/LIBIS (D/L) em duas bibliotecas centrais (Biblioteca Mário de Andrade - BMA e Biblioteca do Centro Cultural São Paulo - CCSP), os demais equipamentos culturais não contavam sequer com micro computadores. Cada acervo possuía sistemática própria de catalogação e, portanto, não havia compatibilidade entre eles. Além de não constituírem um acervo único, com padrões e regras unificadas para toda a Prefeitura, o acesso dos usuários aos serviços de consulta era extremamente moroso e difícil. Para poder inaugurar o Centro Cultural São Paulo antes das eleições de 1982, implantou-se parcialmente em dois meses o D/L na versão 1.2. Dada a urgência da inauguração do sistema, foi cometido um grave erro que comprometeu a integridade das informações: a alimentação dos dados foi feita por digitadores, nas instalações da PRODAM, a partir de fichas trazidas dos catálogos da Biblioteca Mário de Andrade (BMA). Neste trabalho deveriam ter sido seguidos padrões técnicos que eram desconhecidos pelos digitadores, fato que gerou pesadas correções posteriores.

Além de problemas na alimentação dos dados, o sistema não foi implantado adequadamente. Tratava-se de um software desconhecido para os analistas que, além de não terem recebido o necessário suporte técnico por parte do fornecedor (IBM), não trabalharam em sintonia com os bibliotecários. A instalação não se constituiu



em uma rede, visto que somente a divisão de Processos Técnicos do Departamento de Bibliotecas Públicas (BP-1) tinha acesso às funções de Pesquisa e catalogação e somente as duas bibliotecas citadas acima tinham acesso à Pesquisa.

Numa avaliação do sistema, em 1985, chegou-se a conclusão de que os problemas eram decorrentes de:

- falhas na implantação do sistema acusadas por mensagens de erros;
- implantação parcial que inviabilizava o uso integral do sistema, que não permite o uso de uma ou outra função isolada, por concebê-las interligadas e com arquivos dependentes;
- má estruturação da rede.

O sistema, daquela forma, não correspondia às expectativas de automação da rede de bibliotecas, além da versão 1.2 já estar ultrapassada. No entanto, mesmo com todas as dificuldades, o sistema continuou em operação.

Em março de 1986, em reunião de chefias e equipes técnicas da IBM, PRODAM e SMC, foram definidas alternativas para a solução dos problemas existentes. Após um balanço, optou-se por manter a versão 1.2 e criar um grupo composto de bibliotecários e analistas da PRODAM que deveria estudar e implantar, na sua totalidade, a versão 1.4.

Foram solicitadas várias providências às bibliotecas-ramais do Departamento de Bibliotecas Públicas, entre as quais perfil do usuário, mapeamento das seções, horário de funcionamento e tipo de acervo, com a finalidade de estabelecer as políticas exigidas pelo sistema para sua implantação completa.

Em novembro de 1987 iniciaram-se os trabalhos com a versão 1.4. Somente a parte *on-line* foi implantada em ambiente de teste, visto que a fita do módulo de Controle de Periódicos e a parte batch (LIBIS BATCH) só foram recebidas em 1988. Após dois anos, em novembro de 1989, foram tornadas parcialmente disponíveis as funções Pesquisa e catalogação, somente para BP-1.

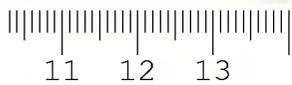
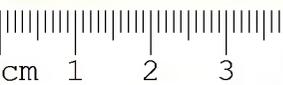
Apesar dos esforços dispendidos, foram cometidos os mesmos erros da implantação anterior. Assim, duas versões concorrentes do sistema eram utilizadas parcialmente (1.2 e 1.4). Deste modo em 1989 a situação do D/L em SMC era a seguinte:

	FUNÇÃO	LOCAL	Nº DE TÍTULOS
VERSÃO 1.2	pesquisa (público)	BMA e CCSP	33.000
VERSÃO 1.4	catalogação	BP-1	1.000 ³

A rede de Bibliotecas Infante-Juvenis (BIJ) não integrava o sistema D/L. O processamento para BIJ continuava a ser feito manualmente.

No caso do Departamento de Bibliotecas Públicas (BP - serviços para

³ Produtividade da Catalogação: 10 a 90 minutos por título e 200 títulos/mês em média.



adultos), à situação caótica já descrita somava-se o agravante de que a maioria das bibliotecas não dispunha de quaisquer recursos de informática.

Quanto ao Departamento de Patrimônio Histórico (DPH), o acervo documental estava estagnado e praticamente congelado desde 1906. A seleção e incorporação de documentos históricos ao acervo permanente não era feita; a catalogação dos materiais existentes era precária, sem inventário concluído e, por isso, de difícil acesso aos consulentes.

O acervo da Discoteca do CCSP estava desatualizado e apenas parcialmente tratado e disponível.

Em outros órgãos da Prefeitura, também se repetia a situação encontrada em SMC, estendendo-se para as mapotecas de desenhos de engenharia e/ou plantas de projetos de prédios e obras da PMSP.

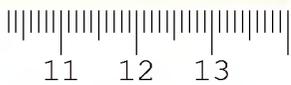
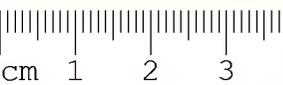
A automação das bibliotecas de SMC tornou-se um drama: duas versões semi-implantadas com o sistema sub-utilizado, desmotivação, descrédito e ausência total de perspectivas para se atingir os objetivos da automação.

3 Resolvendo urgências e procurando soluções permanentes

Imediatamente após a posse do Governo Popular Democrático em 1989, foi criado um Grupo de Informatização de Bibliotecas (GTI-BI) composto por 17 membros, todos bibliotecários de SMC, que tinha como objetivo fazer um levantamento de dados para automação dos Departamentos de Bibliotecas Públicas, Infanto-Juvenis e Divisão de Bibliotecas do CCSP. Após alguns meses de trabalho, o grupo apresentou um relatório (dezembro/89) com a tabulação de questionário aplicado nas bibliotecas de SMC sobre as necessidades de automação. O relatório também fazia sugestões que deveriam compor um Plano Bienal de informatização de SMC. Pode-se concluir que, apesar da boa vontade da maioria dos membros daquele grupo, a falta de informação, levou a distorções das conclusões. Contribuiu para isto a política de atendimento da Prodam vigente naquela época. Havia um funcionário daquela empresa designado para dar atendimento às Secretarias, gerente de Contas, que por não ser um técnico e não estar dentro das secretarias, tratava as questões de informatização burocraticamente; além disso, o conhecimento da instalação e o controle do D/L estavam restritos a duas pessoas : uma bibliotecária em SMC e um analista de sistemas na Prodam, que não foi estendido ao grupo.

O relatório final confundiu, ainda, a informatização dos acervos com a informatização de rotinas administrativas e não apresentou um caminho a ser seguido. Portanto foi de pouca valia para o projeto de automação dos Acervos de SMC.

Em 1990 visando a atualização dos acervos das Bibliotecas, foram destinados aproximadamente 5 milhões de dólares para aquisição de livros nacionais e estrangeiros. Na situação em que se encontrava o sistema D/L em BP e, dada a inexistência de qualquer instrumento de automação nos Processos



Técnicos de BIJ não era possível processar estes livros e coloca-los à disposição do público em um intervalo de tempo aceitável.

Diante deste fato foram tomadas 2 medidas:

- desenvolvimento pela Assessoria de Informática de SMC de um sistema de catalogação rápida em microcomputador, denominado FASTCAT;
- avaliação do sistema D/L e de outros software existentes no mercado, visando uma solução definitiva para a informatização dos acervos.

O objetivo primeiro do FASTCAT era agilizar o registro desta compra inédita, com um tratamento simplificado que, de forma rápida, tornasse disponíveis os livros para os usuários das bibliotecas. O tratamento definitivo seria feito após a definição do sistema para automação do conjunto dos acervos de SMC.

Num primeiro momento, o desenvolvimento do sistema atendeu às funções de tombamento e pré-catalogação. No decorrer do trabalho, percebeu-se que um dos pontos de maior morosidade ocorria na etapa de seleção e aquisição, devido à burocracia decorrente da sistemática de compra na administração pública (licitações, processos, fluxos de contabilidade, etc.) Em consequência, a idéia preliminar do Fastcat acabou-se incorporando as tarefas de seleção e aquisição, tendo sido estas adequadas às necessidades burocráticas do processo de compras na PMSP.

Outra preocupação que norteou a programação foi desenvolver um sistema que pudesse ser facilmente operado por profissionais inexperientes na área de micro-informática.

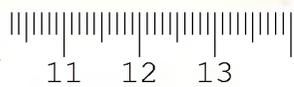
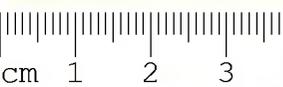
O início do uso do sistema ocorreu durante o mês de outubro/90, com emissão de produtos no final do mesmo mês.

Em oito meses a produção atingiu plenamente os objetivos estabelecidos: foram adquiridos, pré-catalogados e distribuídos 286.407 exemplares correspondentes a 11.674 títulos. Até o final daquela gestão (31/12/92) foram processados pelo Fastcat um total de 530.112 exemplares.

Este sistema tornou-se uma ferramenta indispensável para ambos os departamentos e, após sofrer pequenas alterações, foi incorporado ao novo fluxo de trabalho de Processos Técnicos.

Paralelamente ao desenvolvimento do FASTCAT iniciou-se a avaliação do D/L e outros software disponíveis no mercado visando uma solução definitiva para a informatização dos acervos de SMC.

Considerando o quadro de insucesso do D/L em SMC, havia uma tendência à sua descontinuidade, reforçada pelos pareceres da IBM e da PRODAM: à primeira vista, todos indícios contribuíam para esta decisão. Porém, observando o princípio de não se retirar serviços e/ou instrumentais sem outros melhores para substituí-los, partiu-se - tendo em vista o aproveitamento de experiências e visando não reinventar a roda - para visitas a outras instituições, pesquisa na literatura e avaliação dos software disponíveis no mercado.



Após visita a CENPES-Petrobrás, Centro Cultural do Banco do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, UNICAMP e contato com as Universidades Federais do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, constatou-se que os problemas de automação em SMC eram causados pelos erros de instalação do software e ausência de gerenciamento. No universo de pesquisa não havia nenhum sistema melhor que o D/L. As outras duas instalações do D/L, no Brasil, estavam usando o sistema plenamente e com resultados satisfatórios.

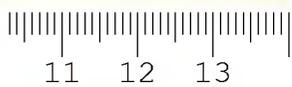
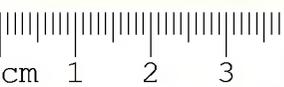
No mercado internacional, naquela época, existiam outros softwares que atenderiam as características da Rede Municipal de Bibliotecas, mas nenhum que pudesse ser considerado superior ao D/L. A única certeza da pesquisa feita foi a complexidade proibitiva que envolvia o desenvolvimento de software próprio (solução caseira) e a necessidade de customização (adaptação às condições locais) de qualquer outro sistema de gerenciamento de redes de bibliotecas.

Todas estas informações nos levaram a recomendar a continuidade do software D/L. Porém, havia necessidade de uma auditoria completa que avaliasse desde a implantação, instalações, ambiente operacional e a sua utilização pelos usuários, com levantamento dos problemas e propostas de soluções.

Os resultados da auditoria contratada em setembro de 1990 vieram reafirmar a avaliação anterior de que os problemas eram causados pela má gerência do sistema. O relatório final orientou as seguintes decisões: replantar o sistema; reformular o fluxo de processos técnicos; reestruturar o sistema adequando-o à Rede Municipal de Bibliotecas; potencializar o uso do sistema para as bibliotecas e estender seu uso para controle de outros acervos.

De posse do relatório da auditoria partiu-se para preparar um projeto de informatização que abrangesse o conjunto dos acervos documentais de SMC. Para tanto foi estabelecido um plano para o Biênio 91/92 que se constituiu de:

- replantar o D/L garantindo o funcionamento das funções Acesso Público, catalogação, Circulação e Correio Eletrônico;
- adequar os fluxos de trabalho de processos técnicos, unificando BIJ1 e BP1;
- treinar, desde o pessoal diretamente envolvido com o software, até os usuários finais;
- utilizar o sistema para a Discoteca e Patrimônio Histórico (Arquivos de Negativos e Histórico);
- ampliar a rede *on-line* (13 bibliotecas), Discoteca e Casa da Memória com a instalação de terminais e tornando disponíveis ao público a pesquisa bibliográfica (Acesso Público) e empréstimo de livros (Circulação);
- integrar as demais bibliotecas públicas da rede municipal (BIJ e BP) com a catalogação de todo o acervo e recebimento de fichas, listagens e etiquetas. Assim, em qualquer biblioteca que possuísse terminal seria possível ter uma visão do acervo completo de todas as outras;



- tornar o sistema disponível para o gerenciamento de plantas e desenhos de engenharia de outros órgãos da PMSP.

Como foi demonstrado anteriormente, havia necessidade da formação de pessoal técnico que fosse submetido a treinamento especial e ficasse inteiramente dedicado ao Projeto de Informatização. Com este propósito constituiu-se, com funcionários dos Departamentos envolvidos (BP/ BIJ/ DPH/ CCSP), um grupo de 8 bibliotecários com o seguinte perfil: largos conhecimentos da área de biblioteconomia em aquisição, catalogação, referência e administração de bibliotecas; interesse em serem treinados na área de informática para conhecerem o software com profundidade e interagirem com analistas de sistemas; bons conhecimentos da língua inglesa; disposição para o trabalho cooperativo e integrado. A eles juntaram-se dois analistas de sistemas da PRODAM.

Antes do início das tarefas específicas, o grupo foi submetido a treinamento de técnicas de gerenciamento, trabalho em grupo e introdução à computação de grande porte. Também visitaram todas as instalações de SMC e PRODAM e estudaram a documentação existente. Paralelamente às suas atividades foi ministrado aos componentes do grupo um curso de Inglês Instrumental para área de Informática.

4 Implantando soluções permanentes

O projeto teve início em maio de 1991, sendo subdividido em:

1- reimplantação do Sistema com pleno uso das funções Pesquisa e Catalogação; migração para a versão 1.4 de todos os registros bibliográficos que estavam em meio magnético (versão 1.2 e FASTCAT).

2- tratamento de outros acervos.

3- expansão da rede on-line com disponibilidade da função Acesso ao Público.

4- implantação das funções Controle de Periódicos e Circulação (empréstimo) e atualização de versão.

O trabalho de reimplantação propriamente dito começou em julho de 1991 a partir de um plano e cronograma que se estendeu até janeiro de 1992. Este plano de trabalho se constituiu das seguintes tarefas:

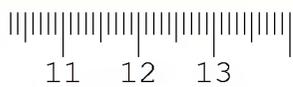
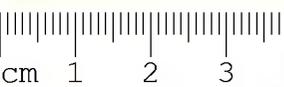
- treinamento do Grupo Gerenciador;

- recompilação de mapas, "code tables", programas, telas e tabelas;

- tradução e adequação de telas - foram adotados os idiomas inglês e português;

- reimplantação do sistema propriamente dito, colocando a função catalogação em pleno uso;

- correção das inconsistências da versão 1.2 para possibilitar a migração para a versão 1.4;



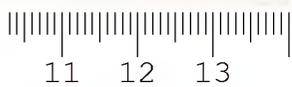
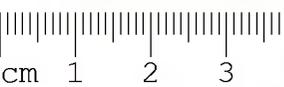
- migração dos 33.000 títulos da versão 1.2 para a 1.4;
- elaboração de programa de migração dos registros do sistema Fastcat;
- migração dos 20.000 títulos do sistema Fastcat (compra de 89 até 92);
- correção das entradas da versão 1.2 - AACR I para AACR II;
- complementação da catalogação dos registros migrados do sistema Fastcat;
- inserção de exemplares nos títulos migrados: 107.000 exemplares da versão 1.2 e 300.000 do sistema Fastcat;
- configuração de arquivos para uma rede de 77 unidades e respectivas *locations*;

Desde o princípio da concepção do projeto, a única certeza que se tinha é que muitos problemas ainda estavam por vir, apesar da auditoria e do conhecimento da precariedade da implantação existente. Mas somente após o contato com a instalação teve-se a exata dimensão das dificuldades a enfrentar. Entre elas destacamos:

- ausência de qualquer documentação técnica a respeito da instalação e do sistema;
- necessidade de separar as fichas correspondentes aos registros das versões 1.2 e 1.4 nos catálogos de BP1, para a migração e posterior correção;
- denominação das telas, mapas, "code tables" e tabelas que não correspondiam aos programas-fonte, tornando sua localização uma verdadeira caça ao tesouro, com perda de dois meses neste trabalho;
- inexistência de rotina de "backup", ou seja, ausência de cópias de segurança;
- nunca havia sido feita reorganização nos arquivos e alguns deles estavam com áreas em "overflow", exigindo reorganização urgente.

Os trabalhos da primeira fase demoraram 7 meses. Alguns problemas surgiram na migração dos registros existentes em meio magnético para a versão 1.4. Ocorreram duplicações e muitas vezes multiplicações de entradas nos arquivos em decorrência das diversas formas de alimentação. Essas inconsistências causaram um acúmulo de correções que, somadas à experiência traumática de duas implantações mal sucedidas e à integração de novos usuários à alimentação do sistema, desencadearam resistência e desconfiança por parte de BP-1. O Grupo Gerenciador foi preparado para administrar tais comportamentos, acomodando os problemas causados pelos usuários que até então, não estavam acostumados a compartilhar o sistema.

Apesar de tudo, os trabalhos executados permitiram a conclusão satisfatória da primeira fase com a consecução dos objetivos propostos. O sistema foi reimplantado com uma única sistemática de catalogação em uso para toda a rede de bibliotecas. Todo o acervo que estava catalogado dispersamente em vários



arquivos foi migrado para uma única base 1.4, com uma sistemática que permitiu fechar 1992 com 200.000 registros no sistema.

Houve, também, a necessidade da reformulação total das Divisões de Processos Técnicos de BP e BIJ. A situação encontrada nestas divisões ia desde a precariedade das instalações físicas até os fluxos e sistemática de trabalho inadequados. BP-1, apesar de usar o D/L há 10 anos para catalogação, tinha suas seções e unidades internas estanques, obedecendo a sistemática de procedimentos ultrapassada e altamente burocratizada. Este fluxo dificultava tremendamente os serviços, criando um “gargalo” onde os livros adquiridos encontravam um lugar para “descanso” (depósito) e só após algum tempo iam para as estantes das bibliotecas ⁴.

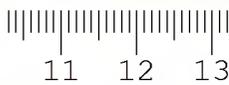
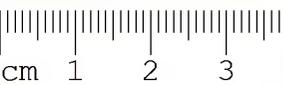
As Divisões de Processos Técnicos de BP e BIJ sofreram uma radical transformação e modernização com o projeto de informatização: mudança para prédio próprio na Lapa, onde hoje funcionam as duas divisões; instalação de 6 micro computadores, 25 terminais, e 1 leitora de CD-ROM; aquisição de material para pesquisa técnica, como dicionários e publicações especializadas; aquisição de registros bibliográficos em diversos suportes, tais como listagens, microfichas (CALCO) e CD-ROM (Library of Congress); mudança completa nos fluxos e procedimentos de trabalho.

A nova sistemática de trabalho implantada baseou-se na visão holística do trabalho do bibliotecário: o tratamento técnico completo deve ser feito por apenas um bibliotecário que no caso de dúvida recorre aos especialistas (chefes técnicos) em cada área.

Deste ponto de vista pode-se resumir os serviços de tratamento técnico dos acervos de SMC nas seguintes tarefas: seleção, aquisição, conferência, “planilhamento” (este serviço é constituído da pesquisa bibliográfica de entradas e cabeçalhos de assuntos, que São transcritos em planilha) e inserção de dados no sistema. A forma mais adequada de estruturar estes serviços seria usar o D/L em todo o seu potencial, como ocorre na maioria das instalações deste sistema. No entanto, a especificidade das rotinas e formulários da contabilidade da PMSF exigiu que se continuasse a usar a função seleção do Fastcat.

Após a execução da primeira fase ficou evidente que dificilmente haveria condições de concluir todo o projeto de automação até o final de 1992. Houve, então, a necessidade de rearranjar as fases inicialmente propostas e redistribuir tarefas. Até o final de 1992, foram completadas os seguintes trabalhos: tratamento dos demais acervos, expansão da rede on-line, implantação da função Circulação.

⁴ *Esta é uma situação indefensável. Em países como os Estados Unidos, o objetivo maior é obter rapidez no processamento dos títulos para torná-los disponíveis aos usuários, o que orienta as bibliotecas a cada vez mais utilizarem-se de registros bibliográficos produzidos pelas redes de catalogação cooperativa como a OCLC.*



4.1 Estendendo a informatização a outros acervos

Arquivo de Negativos

Por permitir o processamento de grande massa de informações e operar em rede integrando diversos acervos, o sistema D/L adequava-se perfeitamente à necessidade de facilitar o acesso público às informações. Contudo, seu formato não permitia preencher todas as necessidades internas do processamento técnico do acervo do Arquivo de Negativos.

Por questões de preservação, não é recomendável que os pesquisadores manipulem negativos e positivos originais. Este tipo de consulta é possível, mas deve ser cercada de vários cuidados e precauções e, portanto, ser reduzida ao máximo. Os acervos fotográficos que possuam grande frequência de público devem construir "documentos" intermediários que possibilitem ao pesquisador a leitura da imagem e de informações sobre ela, sem a manipulação das matrizes fotográficas originais. No caso do acervo de SMC, estes "documentos" tomavam a forma de contatos fotográficos acompanhados por Fichas Descritivas, que não podiam ser imediatamente produzidas pelo sistema D/L. Assim, a especificidade dos documentos fotográficos, as exigências de um padrão minucioso de descrição e a adoção dos princípios arquivísticos impunham um tratamento diferenciado para a informatização do acervo. A solução foi implantar um processamento em microcomputador - ARQNEG, que possibilitasse informatizar os procedimentos internos do tratamento técnico da documentação fotográfica e produzir os documentos de pesquisa para o consulente.

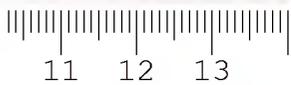
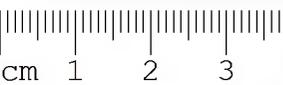
Um programa específico para a migração de dados do microcomputador para o sistema D/L possibilitou então a integração dos dois aspectos e a solução das questões básicas propostas: o processamento técnico das imagens e a produção de Fichas Descritivas passaram a ser feitos pelo ARQNEG e a localização das informações passou a ser feita pelo sistema D/L.

Arquivo Histórico

O Arquivo Histórico da cidade tem como objetivo a guarda dos documentos produzidos pelos diversos órgãos da PMSP. Tais documentos são agrupados de acordo com o fluxo dentro da entidade que os produziu. Estas entidades são designadas Fundos; cada Fundo, por sua vez, é composto por vários tipos de documentos como plantas, gravuras, desenhos, fotografias, artigos de revistas, registros sonoros, documentos oficiais, atas, relatórios, etc. Esta organização é recente e ainda existe material sem fundo definido, sem tratamento mínimo, bem como papéis avulsos que podem estar encadernados ou em pastas, muitas vezes reunidos sem critérios.

O uso do D/L no arquivo histórico foi então configurado da seguinte maneira:

- A descrição será por lotes de documentos agrupados em caixas ou maços e não individualmente;



- Para evitar inconsistências nos arquivos de assunto, nomes e títulos e acomodar os dados descritivos foram criados arquivos locais para o Arquivo Histórico, onde as informações serão cadastradas.

Discoteca

A Discoteca Oneyda Alvarenga da SMC, situada no CCSP, possui um dos mais preciosos acervos discográficos do País. É composto de aproximadamente 70.000 discos, 40.000 partituras e 2.500 artigos (jornais e revistas). Sobre esta coleção vale mencionar que iniciou-se a partir da coleção particular de Mário de Andrade. Este material estava parcialmente tratado em suporte e com critérios diferentes:

- descrição detalhada por faixa de discos de 33 e 78 rpm (eruditos e jazz);
- Descrição geral por discos - 33 rpm (popular) em arquivos de microcomputador (Dbase);
- Fichas de papel - discos descritos faixa a faixa; partituras e artigos;
- Sem tratamento algum - discos e partituras (a grande maioria) por não estar tratado e não havendo possibilidade de ter-se informação sobre sua localização este material não está disponível ao público.

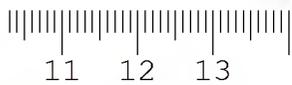
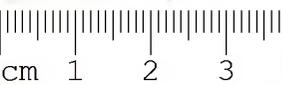
Visando solucionar o mais rapidamente estes problemas e colocar este acervo disponível ao público através do seu tratamento pelo D/L, decidiu-se aproveitar todas as informações que estavam em meio magnético (disquete), transformar as informações constantes das fichas em arquivos iguais e migra-los de uma única vez para o D/L através de programas de conversão. Para estas tarefas foram elaborados 3 programas de conversão e 1 para microcomputador e instalados 4 micros XT e 5 terminais. Para o material não catalogado optou-se pela função catalogação do D/L. Desta forma agilizou-se a entrada de dados que corria Paralelamente à catalogação on-line. As conversões micro-mainframe foram concluídas com a migração de aproximadamente 15.000 registros (9.000 existentes em disquetes e 6.000 em fichas de papel). Após a migração é feita a Complementação dos dados bem como a manutenção dos arquivos de autoridades. A catalogação direta no D/L segue as regras no AACR2 para material musical.

Mapotecas de SVP

A Secretaria de Vias Públicas possui um acervo sobre melhoramentos viários da cidade de São Paulo de extrema importância. Entretanto esta coleção está dividida em diversos arquivos, cada qual criando e/ou estabelecendo regras para tratamento e recuperação deste material cartográfico.

As solicitações de informações feitas pela população demoram para serem fornecidas devido as precárias formas de recuperação da coleção.

A criação de um padrão para descrição (catalogação) e classificação deste material agilizará a recuperação da informação ao público em geral, aos técnicos



da PMSP ou de empresas contratadas para realizar os serviços, às regionais, etc contribuindo para que os serviços prestados sejam de melhor qualidade (rapidez e precisão).

Nas reuniões promovidas entre o Grupo gerenciador do D/L e o grupo de trabalho de SVP, verificou-se a necessidade de realizar um plano "piloto" como modelo de organização e informatização. Este trabalho, depois de avaliado, deveria ser estendido a todo o acervo de mapas e desenhos de engenharia e servirá de padrão a PMSP.

Durante a execução do "piloto", por questões de exigüidade de tempo, reduziu-se o número de plantas de 1000 para 160, compreendendo somente os arquivos da Superintendência de Projetos (PROJ). Foi escolhido o tratamento bibliográfico para a catalogação do material cartográfico e seguindo os padrões estabelecido no AACR2.

5 CONCLUSÕES

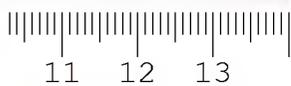
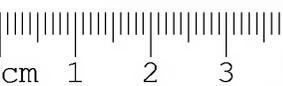
O Sistema D/L versão 1.4 foi finalmente instalado com as adaptações necessárias. Este foi um aspecto de grande relevância, pois sem atualização de equipamentos da PRODAM não seria possível suportar duas versões concorrentes do D/L.

Atualmente o sistema está disponível em duas línguas de diálogo: português e inglês. As rotinas de operação foram documentadas e podem ser acionadas pelo setor de produção da PRODAM. As funções colocadas em pleno uso foram: Catalogação, Acesso Público, Circulação e Correio Eletrônico. O sistema pode ser usado para gerenciamento de toda a rede de Bibliotecas (BIJ e BP) de SMC. Estão instalados terminais em BIJ-1 e BP-1 e em 13 Bibliotecas. O sistema está apto para gerenciar os acervos da Discoteca, Arquivo de Negativos e Arquivo Histórico. Com o resultado obtido em SVP, a PMSP pode iniciar a qualquer momento o gerenciamento de suas mapotecas pelo D/L.

A outra meta atingida foi a depuração e inicialização da função Circulação. No segundo semestre de 1992 foram instalados terminais em mais 11 bibliotecas e colocado em teste para público a função Empréstimo.

Cabe, porém, ressaltar os problemas ainda existentes na base D/L (dados existentes nos arquivos do sistema). Com as migrações realizadas os registros da versão 1.2 e aqueles do FASTCAT, além dos registros catalogados na versão 1.4 anteriores à reimplantação (sintaxe da língua holandesa), uma grande parte das informações disponíveis no sistema está incompleta.

Um dos problemas destacado pela Auditoria realizada no D/L foi a ausência de uma política de treinamento, portanto esta foi uma área que mereceu especial atenção. A cada função e/ou serviço que era tornado disponível havia treinamento para os bibliotecários envolvidos. Todos os treinamentos foram precedidos de apresentação geral do sistema de computador e seus terminais. Também com o



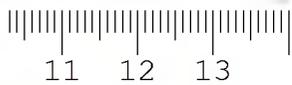
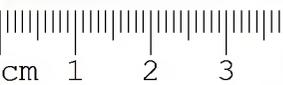
intuito de difundir uma cultura de informática entre os bibliotecários, foram organizadas visitas à PRODAM - local onde se situa a máquina onde roda o D/L. No total foram treinados 106 bibliotecários até o final de 1992. Ressaltamos que por decisão BP-1 não houve treinamento formal dos catalogadores daquela unidade, tendo-se considerado seu conhecimento como suficiente. Esta é uma pendência a ser resolvida, pois verificou-se mais tarde que o conhecimento que tinham era facetado e incompleto.

Um cuidado que se teve durante toda a implantação do projeto foi a geração de documentação, tanto do ponto de vista do sistema como dos aspectos biblioteconômicos e burocráticos. Foram preparados manuais de procedimentos e de treinamento; reuniu-se todos os documentos dispersos sobre o sistema, tais como contratos, atas, relatórios, etc., desde o início da história do D/L em SMC. Cópias foram depositadas no Arquivo Histórico da Cidade.

Além destes aspectos acima ressaltados um outro merece atenção. Procurando sanar o isolamento em que a informatização de SMC se encontrava em relação às discussões e experiências do setor, no Brasil e no mundo, foi implementada uma política de participação em Congressos, Seminários, Encontros e/ou mesmo reuniões com outras instituições. Também foi feita a filiação ao Grupo Internacional de Usuários do D/L e incentivada a formação de grupo similar com os usuários do Brasil.

Em conclusão pode-se dizer que a automação de uma rede de bibliotecas é tarefa que não se exaure com a instalação de um software e implantação de sua rotinas: há necessidade de permanente manutenção e atualização. As tarefas com a automação do Acervos Documentais de SMC não podem sofrer paralisação com o fim de uma gestão de governo, sob pena de pesadas perdas. O projeto deve continuar e algumas tarefas se impõem na seqüência. São elas:

- correção do registros bibliográficos;
- correção da função **"batch"** (emissão de produtos impressos);
- implantação da função controle de periódicos;
- adequação de arquivos para para tratamento técnico de livros raros;
- expansão da rede on-line ao restante da rede de bibliotecas;
- atualização da versão do D/L e uso de novas tecnologias como CD-ROM.



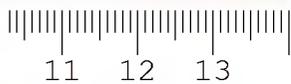
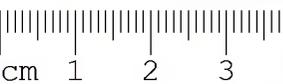
The informatization of a public library: case study of the Secretaria Municipal de Cultura of São Paulo (1989-1992)

ABSTRACT: Reports on the reinstallation of DOBIS/LIBIS for automated cataloguing and retrieval of collections at the Secretariat of Cultura (São Paulo, Brazil) during the administration of the worker's Party (1989-1992). Efforts resulted in a change in system version, the processing of 200.000 titles, extension of processing to non-book material (negatives, engineering drawings, sound recordings), and expansion of the on-line network.

KEY WORDS: DOBIS/LIBIS - Library automation - São Paulo (Brazil)

Referências Bibliográficas

- Dobis/Libis Users Group. 11th Annual Meeting of the Dobis/Libis Users Group. Anais. Raquel N. Mattes e Maria Aparecida de Oliveira Melo. The automation project of the São Paulo secretariat of culture's collections: incorporating collections handled in microcomputer systems into Dobis/Libis. p.279-285. Sankt Gallen, Switzerland. 1992.
- GUIMARÃES, Hélio Moreira et alii. Análise da literatura e estado da arte em sistemas de automação bibliográfica. CENPES/SINTEP, Rio de Janeiro, 1992.
- IBM do Brasil. Convênio SMC/PRODAM e IBM. IBM. São Paulo, 25 de janeiro de 1991.
- ITI Consultores Associados. Dados para avaliação e diagnóstico: situação do Dobis/Libis na PRODAM e SMC. ITI. São Paulo. outubro, 1990.
- MATTES, Raquel N. Relatório da situação de automação de bibliotecas. SMC. São Paulo, 30 de agosto de 1990.
- PERICÃO, Maria do Rosário. Rede de informação bibliográfica da região centro: um projecto de gestão integrada. SIIB, Coimbra, 1992.
- PRODAM; Secretaria Municipal da Cultura (São Paulo). Dobis/Libis Automação de bibliotecas: relatório das dificuldades encontradas para implantação da versão 1.2 e versão de teste 1.4. SMC. São Paulo, junho, 1988.
- PRODAM; Secretaria Municipal da Cultura (São Paulo). Relatório de estudo de alternativas para reimplantação do sistema Dobis/Libis na Biblioteca Municipal. SMC. São Paulo, março, 1986.
- Secretaria Municipal da Cultura (São Paulo). O Acervo fotográfico do departamento do Patrimônio Histórico: processamento técnico e informatização. DPH. São Paulo. 1992. 80 p.
- SILVA, Vera Lucia Pinheiro da (Coord.). Levantamento de Dados para automação dos DBP, DBIJ e DBCCSP: relatório final. São Paulo, dezembro, 1989.



OS CONCEITOS DOS TERMOS BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

RESUMO: Revisão de literatura que aborda as conceituações e possíveis relações entre os termos *biblioteconomia*, *documentação* e *ciência da informação*. Através da etimologia ou da origem das palavras ressaltam-se os traços semânticos que individualizam e caracterizam os termos em questão. Por meio da relação conceitual possível de ser estabelecida entre eles, questiona-se a existência de uma delimitação clara entre os conceitos, que além de comprometê-los como unidades terminológicas, evidenciam pouco rigor da produção terminológica da área.

PALAVRAS-CHAVE: Biblioteconomia; Documentação; Ciência da Informação; Conceitos

*Maria Cristiane Barbosa Galvão **

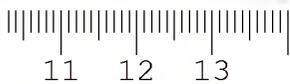
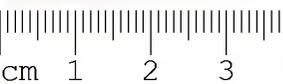
INTRODUÇÃO

A escolha do tema “Os conceitos dos termos *biblioteconomia*, *documentação* e *ciência da informação*” deveu-se a hipótese de ausência de uma delimitação conceitual clara entre os termos *biblioteconomia*, *documentação* e *ciência da informação* (a começar pelos conceitos dados a seus próprios nomes), que compromete a compreensão e especificidade das áreas a que se referem.

É evidente que sendo o presente trabalho uma revisão de literatura não vamos nos empenhar em comprovar ou refutar a hipótese, mas sim em verificar de que forma os autores selecionados tratam estes conceitos e quais são as relações que podem ser estabelecidas entre os mesmos.

Nosso trabalho se divide em duas partes. A primeira trata os conceitos dos termos *biblioteconomia*, *documentação* e *ciência da informação* isoladamente,

* Aluna de pós-graduação da Escola de Comunicações e Artes - USP



ou seja, eliminamos nesta parte todos os conceitos que comparavam ou relacionavam dois ou mais dos termos estudados, para que tivéssemos uma visão clara das distinções entre os mesmos. A segunda trata das relações entre os conceitos dos termos.

1 O termo *Biblioteconomia*

O vocábulo *biblioteconomia* é derivado do vocábulo biblioteca que é formado pelos termos biblio (livro) e theke (caixa). Tais termos refletem bem a concepção da biblioteca como depositária de livros para utilização ou preservação futura (ZAHER, 1974, p.51).

Historicamente, o emprego da palavra biblioteca já se encontra expandido durante os séculos XVII e XVIII na Europa e século XIX no continente americano, com o advento das grandes bibliotecas nacionais. Todavia, o emprego do termo *biblioteconomia* começa a se expandir na primeira metade do século XX, com o início dos primeiros cursos de biblioteconomia.

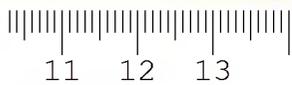
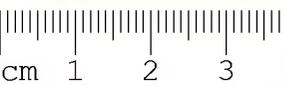
No Brasil, por exemplo, embora a Biblioteca Nacional tenha sido fundada, por D.João VI, em 1810, o Curso (livre) de Biblioteconomia do Departamento de Cultura de São Paulo, foi iniciado, por Rubens Borba de Moraes e Adelpha S.R. de Figueiredo, em 1930, e o currículo mínimo para os cursos de biblioteconomia estabelecido, pelo Conselho Federal de Educação, apenas em 1962 (FONSECA, 1979).

Assim, a relação que se estabelece entre os termos biblioteca e *biblioteconomia* supõe como concepção nuclear a biblioteca enquanto espaço físico instituído socialmente, na sua origem, para preservar livros, e, indiretamente, os conhecimentos neles contidos. Sendo assim possível detectar no termo *biblioteconomia* traços semânticos (periféricos) do termo biblioteca.

Segundo REYNOLDS (1971, p.125), “parece óbvio que a maioria das escolas de biblioteconomia ensinava aos estudantes a natureza das bibliotecas, as quais tinham responsabilidades institucionalizadas para atender expectativas sociais. Biblioteconomia era e é hoje uma atividade essencialmente voltada para servir leitores com uma coleção de materiais contendo informações (usualmente livros), através da organização da coleção e contanto que haja alguma indicação de autoridade nesta coleção. O bibliotecário é responsável por um grupo cliente que raramente espera ou pede que a biblioteca lhes forneça informação específica, mas sim informação genérica”.

Na mesma linha do pensamento de REYNOLDS, SHERA (1980, p.98) afirma que “a Biblioteconomia é uma profissão de serviço e as características de seus diversos ramos resultam da natureza e das particularidades do grupo que se beneficia desse serviço”.

GARCIA (1972, p.10) ressalta que a “biblioteconomia continua mais apegada às fórmulas feitas e aos argumentos de autoridade do que à observação e à



experimentação”.

Já podemos perceber que se num primeiro instante o traço semântico “caixa de livro” do termo biblioteca também está presente no termo *biblioteconomia*, num segundo instante os traços semânticos “instituição social” e “prestação de serviço”, vão sendo incorporados ao termo *biblioteconomia*. Disso decorre algumas caracterizações importantes do termo, que a seguir procuramos isolar.

FIGUEIREDO (1977, p.6) afirma que “a biblioteconomia não possui base teórica constituída de acordo com os padrões científicos”. “Biblioteconomia”, segundo suas concepções, “é apenas um conjunto de normas e consenso construídos durante anos”. Destaca ainda que, “as técnicas bibliotecárias dirigem-se mais a organização e análise do material livro e periódico como um todo”.

Concordando com FIGUEIREDO, VIEIRA (1983, p.81) menciona que “o conhecimento biblioteconômico se apresenta como um produto acabado e, assim, em área tão dogmática, pouco se cria, raramente se inova e ousar é proibido”.

SARACEVIC (1974, p.43), no mesmo sentido, alega que “a biblioteconomia teve êxito na determinação de muitos problemas que possam ser objeto de pesquisa, mas não formou pesquisadores, pesquisa organizada, nem teoria ou metodologia de pesquisa própria”.

Ressalta SHERA (1980, p.99) que “a biblioteconomia não tem chegado a um estado de desenvolvimento suficientemente avançado para que possa estabelecer um conjunto de noções gerais (teoria)”.

SAMBAQUY (1972, p.62) conclui este raciocínio afirmando que “cumpre aos bibliotecários conviver e cultivar a memória”.

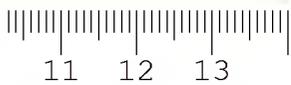
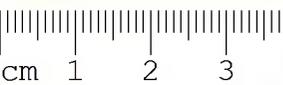
Por ora, podemos concluir que o termo *biblioteconomia* indica a sistematização dos serviços da biblioteca, considerada como instituição social.

2 O termo *Documentação*

“O termo documentação originou-se de documento (do latim; documentum = docere = ensinar), ou seja, objeto de ensino e transmissão de conhecimentos” (ZAHER, 1974, p.52).

Etimologicamente, podemos perceber que, ao contrário do termo biblioteconomia, o termo *documentação* não deriva de um termo que determine espaço físico ou instituição social. Não é o termo “centro de documentação” que origina o termo *documentação*. Este último, num primeiro momento, talvez esteja mais ligado ao emprego dado a palavra documentação na linguagem natural, que associa documentação a conjunto de documentos, e ao emprego da palavra documento, também na linguagem natural, que o associa a qualquer escrito utilizável para consulta, estudo, prova, etc.

Historicamente, segundo SAMBAQUY (1978, p.52) que “durante a Segunda Guerra Mundial, a necessidade de obtenção de informações científicas e



técnicas urgentes, obrigou a engenheiros, químicos, físicos, biólogos a deixar seus laboratórios de pesquisa e trabalho para organizarem serviços especiais de informações, a que resolveram denominar de centros de documentação. Estabeleceu-se, em seguida, o ensino da documentação como disciplina especial, distinta da biblioteconomia. Caracterizava-se a documentação como especialmente interessada no domínio das informações e dados que se apresentavam como unidades básicas de suas atividades”. SAMBAQUY (1978, p.53) sugere ainda que “a documentação surge para cuidar de uma grande quantidade de documentos (‘explosão documentária’) que a biblioteconomia não conseguiu atender”.

FIGUEIREDO (1977, p.6), no mesmo sentido, menciona que “as técnicas documentárias são orientadas à análise e disseminação de materiais mais diversos, como relatórios de pesquisa, teses, patentes, normas, artigos de periódicos, etc, conjunto de materiais estes que vieram a se chamar de informação científica, e o que, por sua vez deu origem a explosão documentária, a qual requereu técnicas de organização e análise detalhadas e profundas”.

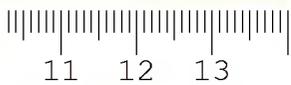
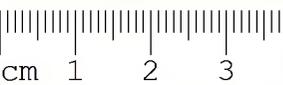
É interessante observar que ao mesmo tempo que o termo *documentação* passa a designar uma nova disciplina, como escreve SAMBAQUY, com capacidade de tratar documentos mais diversos, como bem diz FIGUEIREDO, as instituições ligadas à biblioteconomia começam a alterar seus nomes ou substituindo os mesmos ou acrescentando à denominação original o termo *documentação*. Ilustra este caso o Instituto Internacional de Bibliografia, que em 1931, passa a denominar-se Instituto Internacional de Documentação (sendo a partir de 1938 denominado Federação Internacional de Documentação). É o IID, atual FID, um dos órgãos máximos da documentação mundial, que define a palavra *documentação* como o processo de reunir, classificar e difundir documentos em todos os campos da atividade humana. Definição aceita e citada por muitos autores.

3 O termo *Ciência da Informação*

Etimologicamente, o conceito de *ciência da informação* apresenta problemas de várias ordens.

Segundo MERCADO (1974, p.69), “a definição de ciência da informação não pode ser associada a definições isoladas das duas palavras que a compõe, ou seja, ‘informação’ e ‘ciência’, porque são muito amplas e dão margem a muitas reflexões filosóficas”.

BOUCHE (1988, p.100), ao contrário, privilegia o termo informação. “Etimologicamente, a palavra informar vem do latim ‘informare’ significando ‘colocar em forma’. Por conseguinte, a ciência da informação é a ciência do condicionamento a uma forma e da adaptação a um canal. A ciência da informação é uma parte da ciência da comunicação que diz respeito ao ato completo da comunicação, em particular seus aspectos humano, econômico, jurídico e social”.



Situando-se entre a filosofia e a etimologia, HAYES (1969, p.218) afirma que “é evidente que a palavra informação tem uma variedade de significados. Num extremo, os engenheiros a identificam com a transmissão através de canais de comunicação e com as propriedades estatísticas de signos. Num outro extremo, os filósofos podem dizer que informação é algo que estudaram durante anos. Alguns identificam informação com dados registrados; outros, com o conteúdo do texto; outros, com a experiência estocada na mente humana. Assim, é difícil propor um significado para ciência da informação de acordo com estes conceitos de informação. De fato, a tentativa para se definir a palavra informação supõe o recurso a outros termos - dado, conhecimento, sabedoria e informação”.

Ao término de longa exposição, conclui HAYES que “Ciência da informação é o estudo dos processos de processamento da informação em qualquer sistema de informação em que tais processos possam ocorrer”.

Considerando que *ciência da informação* é uma palavra composta, cujo significado não se estabelece a partir da união das duas palavras originais e que há muitas conceituações distintas sobre o termo, vamos continuar nosso estudo da seguinte forma:

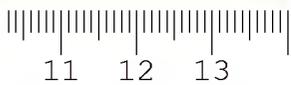
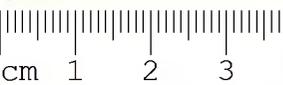
- . resgatar a origem do uso do termo *ciência da informação*;
- . apresentar os conceitos que propõem a equivalência entre *ciência da informação* e ciência;
- . apresentar os conceitos que assimilam *ciência da informação* a uma disciplina;
- . apresentar os conceitos que negam a equivalência entre *ciência da informação* e ciência.

3.1 Origem do uso do termo *Ciência da Informação*

Segundo SARACEVIC (1974, p.40), “a ciência da informação começou a se desenvolver como um campo de investigação formal mais ou menos em 1950 e resultou de duas tendências: (a) o desafio intelectual surgido de tentativas de generalizar a teoria da informação com relação a alguns processos de comunicação humana e (b) a natureza fundamental dos problemas encontrados no processamento da informação por computador, especialmente daqueles referentes à recuperação da informação”.

Como pode ser observado, SARACEVIC não menciona a origem do termo *ciência da informação*, mas sim a origem do campo ciência da informação. Todavia, como o termo *ciência da informação* não se encontra na linguagem natural, provavelmente, foi construído na mesma época em que surgiu o campo ciência da informação.

Segundo ROBREDO (1986, p.2), o termo ciência da informação surge na Ex-União Soviética como sinônimo de informática, processamento automatizado da informação, e nos Estados Unidos, o termo surge para representar uma evolução



teórica da biblioteconomia.

Temos aqui a indicação de que, pelo menos originalmente, o termo *ciência da informação* era empregado para indicar áreas distintas.

ZAHER (1972, p.5) acrescenta ainda que “a ciência da informação originou-se devido a necessidades sociais que exigiram maior especificidade no tratamento de informação para cuja solução novos tipos de especialistas e novas tecnologias passaram a ser desenvolvidas”.

3.2 Conceitos que propõem a equivalência entre *Ciência da Informação* e *Ciência*

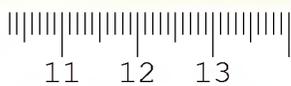
CESARINO (1973, p.55), citando THOMPSON e MIKHAILOV, escreve que “ciência da informação é a ciência que investiga as propriedades e o comportamento da informação e os meios de processá-las para pronta acessibilidade e uso. Tais processos incluiriam a criação, disseminação, coleção, organização, armazenagem, recuperação, interpretação e uso da informação”. “A ciência da informação”, continua CESARINO, “relaciona seu campo com várias disciplinas como: matemáticas, lógicas, lingüística, psicologia, tecnologia de computadores, pesquisa de operação, artes gráficas, comunicação, etc”.

Na mesma linha de pensamento, ROBREDO (1978, p.3) afirma que “ciência da informação é uma ciência interdisciplinar que se deriva de e se associa a disciplinas tais como as matemáticas, a lógica, a lingüística, a psicologia, a informática, a pesquisa operacional, a análise de sistemas, as artes gráficas, as comunicações, a biblioteconomia, a administração”.

COSTA (1990, p.40) menciona que “a ciência da informação tem dois interesses: (1) investigar determinados aspectos da área da informação sem se preocupar com a aplicação prática da pesquisa e (2) realizar trabalhos práticos com técnicas e métodos que possam contribuir para o desenvolvimento da informação científica e tecnológica através de produtos e serviços”.

Refletindo a respeito do segundo item levantado por COSTA, GOMEZ (1990, p.121) escreve que “o domínio da ciência da informação é constituído não pela qualidade de um campo de fenômenos de informação (informação científica, informação tecnológica, informação para a cidadania), mas sim pela instauração de um ponto de vista que recorre a uma ampla zona transdisciplinar, com dimensões físicas, comunicacionais, cognitivas e sociais ou antropológicas. Logo, o objeto da ciência da informação não seria uma ‘coisa’ ou uma ‘essência’ de uma região de fenômenos, mas um conjunto de regras e relações tecidas entre agentes, processos e produções simbólicas”.

SARACEVIC (1974, p.45) afirma que, ao longo do tempo, “a ciência da informação foi demonstrando possuir consistência de uma verdadeira ciência. O problema básico da ciência da informação é que, embora o conhecimento exista, não é bem delineado, estruturado, organizado, relacionado ou acumulado”. Afirma,



ainda, que “o tema básico da ciência da informação é o estudo do comportamento, das propriedades e dos efeitos da informação em todas suas facetas, e o estudo de vários processos de comunicação que afetam os seres humanos e são por eles afetados. Tem interesse também em estudar a estrutura, os objetivos, as funções, as propriedades, o comportamento e o desempenho de sistemas de informações. A ciência da informação é limitada basicamente à teoria e à experimentação”.

Discordando da afirmação inicial de SARACEVIC, SHERA (1980, p.99) escreve que “é possível que a ciência da informação não tenha base teórica, porém procura encontrá-la nas disciplinas em que se apóia”.

Enquanto ciência, *ciência da informação* é necessariamente interdisciplinar. No entanto, no estágio atual do seu desenvolvimento, caracterizado pela ausência de definições de procedimentos de análise, bem como de seu objeto, verifica-se uma heterogeneidade de pontos de vistas que a cada momento privilegiam uma ou outra ciência na constituição da *ciência da informação*. Perde-se com isso muitas vezes o que é o foco central e o complementar.

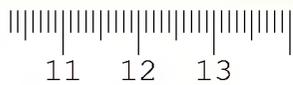
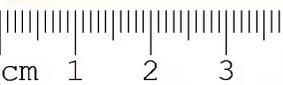
3.3 Conceitos que assimilam *Ciência da Informação* a uma disciplina

Afirma FOSKETT (1980, p.56) que “a ciência da informação quer significar a disciplina que surge de uma fertilização cruzada de idéias que incluem a velha arte da biblioteconomia, a nova arte da computação, as artes dos novos meios de comunicação e aquelas ciências como psicologia e lingüística, que em suas formas modernas tem a ver diretamente com todos os problemas da comunicação - a transferência do pensamento organizado”.

A conceituação de FOSKETT se aproxima muito da conceituação que ROBREDO (1978, p.3) e CESARINO (1973, p.55) dão ao termo. Todavia, enquanto estes últimos equivalem *ciência da informação* à ciência, FOSKETT a considera disciplina.

FIGUEIREDO (1977, p.6) afirma que “as técnicas da ciência da informação são utilizadas para análise, extração e disseminação da informação exata e necessária ao usuário, e existente naquela massa de material biblioteconômico e, principalmente, documentário. As técnicas da ciência da informação representam o conjunto de técnicas que se convencionou chamar de armazenamento e recuperação da informação, informação esta de valor e interesse intrínseco e independente do suporte bibliográfico e/ou documentário que a contém. A ciência da informação pode ser considerada como sinônimo de informática”.

Do mesmo modo para SAMBAQUY (1978, p.55) que “a ciência da informação trata da investigação das técnicas e métodos para melhor compreensão das propriedades, do comportamento e circulação das informações. Envolve a análise de sistemas, os aspectos mesológicos da informação e da comunicação, dos meios de informação, da análise da lingüística, da organização dos fluxos de informação e do relacionamento homem-sistema de informação. É definida como o estudo dos fenômenos da comunicação e das propriedades dos sistemas de



comunicação. A ciência da informação representará a parte teórica, os fundamentos essenciais para organização, desenvolvimento e aperfeiçoamento da informação, a fim de que as bibliotecas, órgãos de documentação e de informação em geral atinjam sua forma atual de atuação ideal”.

MERCADO (1974, p.73), citando HAYES, escreve que a ciência da informação é identificada do seguinte modo:

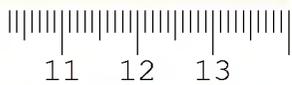
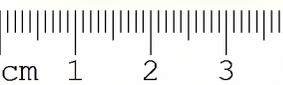
- . por algumas escolas de biblioteconomia, com o uso de computadores (processamento de dados) na biblioteca;
- . por algumas escolas de biblioteconomia, com a informação científica, e, geralmente, com a documentação;
- . por algumas escolas de engenharia, com a ciência da computação, com especial atenção ao processamento de dados de linguagem natural, perguntas e respostas, etc;
- . por algumas escolas de engenharia, com a teoria da comunicação;
- . por algumas escolas de medicina, planejamento urbano, administração de negócios, engenharia e biblioteconomia, com o desempenho de sistemas de informação em seus próprios campos;
- . por algumas escolas de ciência da informação, como uma disciplina em si mesma. Seu plano de estudos inclui matemáticas, lógicas e lingüística, desde um ponto de vista teórico, com aplicações de psicologia, engenharia, microbiologia e outras matérias.

Observamos que, apesar das conceituações que tornam equivalentes o termo *ciência da informação* à disciplina se aproximarem muito das conceituações que propõem a equivalência entre o termo *ciência da informação* e ciência, elas apresentam os traços semânticos “disciplina”, “técnica” e “estudo”, e não “ciência”. Logo, a diferença entre o termo *ciência da informação* equivalente à ciência e o termo *ciência da informação* equivalente à disciplina não é fundamentada, reduzindo-se apenas a perspectivas distintas.

3.4 Conceitos que negam a equivalência entre *Ciência da Informação* e Ciência

Afirma MERCADO (1974, p.69) que “a ciência da informação não é uma ciência porque carece de um método de validação que permita construir uma estrutura unificadora e realizar e comprovar hipóteses, e porque o conceito ‘interdisciplinar’ a ela atribuído é ilimitado, e portanto indefinido”.

MEADOWS (1990, p.62) afirma que “ciência da informação representa simplesmente a intersecção de um número de disciplinas existentes - lingüística, psicologia, estudos da computação, entre outras - e apenas isso”. Continua dizendo que, “a ciência da informação tem evoluído conforme eventos e fatores externos a mesma, como a necessidade de informações especializadas nas Grandes Guerras, o advento do computador, a necessidade de maior velocidade no processamento



da informação. É essencialmente prática. A palavra ciência em ciência da informação talvez reflita não só o desejo de um status profissional, mas também a esperança de um possível desenvolvimento teórico”.

BROOKS (1989, p.239) afirma que “ciência da informação é apenas promessa de ciência porque desprovida de extensiva teorização e com pouco trabalho empírico”.

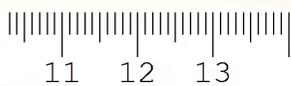
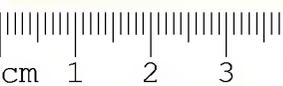
Por ora, podemos concluir que o termo ciência da informação apresenta traços semânticos de caráter investigativo, mas é questionável torná-lo equivalente à ciência devido a ausência de delimitação e clareza nas suas várias conceituações.

4 As relações entre os termos *Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação*

Segundo CESARINO (1973, p.55), “a relação que se estabelece entre ciência da informação e biblioteconomia parece um tanto vaga. Para certas correntes, são disciplinas totalmente independentes, embora semelhantes nos seus objetivos, em algumas de suas técnicas, instrumentos, métodos de trabalho e áreas de atuação. Para outros autores, são a mesma coisa, usando a ciência da informação uma terminologia mais complexa. Encontramos justificativa para a afirmação de que biblioteconomia é parte da ciência da informação e até mesmo para a afirmativa contrária. Autores como CALDWELL, REES e SARACEVIC dizem que a ciência da informação, como ciência que é, muita coisa tem a oferecer para o campo da biblioteconomia. Além deles, outros já aceitam como ponto passivo a separação entre as duas disciplinas”.

ROBREDO (1986, p.1) afirma que “ao se tentar comparar as obras de assuntos relacionados com a biblioteconomia escritos por autores de diversas nacionalidades, num período que abrange os últimos quarenta anos, torna-se difícil adquirir alguma certeza sobre o significado real e profundo dos termos por eles usados, tal é a profusão dos mesmos e tão variadas as nuances que cada região ou país lhe atribui. Ainda mais difícil seria assegurar que o significado atribuído por um autor a um determinado termo ou expressão se mantém válido após alguns anos. Na Europa, o termo documentação, mais do que suas variantes, tais como ciências da documentação e documentologia, parece continuar estabelecido. Nos EUA, a expressão ciência da informação representa a mesma idéia de documentação na Europa, abrindo novos horizontes a uma profissão que trata de adaptar-se aos novos conceitos e as novas demandas - desaparecendo em numerosos casos a palavra biblioteconomia. Na América Latina, há uma tendência no sentido de se preferir a expressão norte-americana, ao termo documentação”.

Segundo ZAHER (1972, p.5), “novas formas de registro de informações ampliaram o âmbito da bibliografia, levando ao aparecimento da documentação. Necessidades sociais exigiram maior especificidade no tratamento da informação para cuja solução novos tipos de especialistas e novas tecnologias passaram a ser desenvolvidas originando a ciência da informação. Esta, como disciplina científica,



passa a considerar bibliografia, biblioteconomia e documentação como suscetíveis de aplicar os resultados de suas investigações”. E conclui que “a literatura produzida pelos cientistas da informação repousa na investigação enquanto que a dos bibliotecários e documentalistas se limita à aplicação dos resultados alcançados por aquelas investigações”.

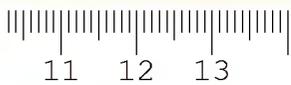
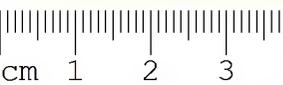
Passados dois anos, ZAHER (1974, p.55) escreve que “a conceituação de ciência da informação surgiu com a elaboração da teoria da informação de SHANNON e WEAVER, que evoluiu dos conceitos baseados em simbologia para o da ciência da informação caracterizando-a como a biblioteconomia evoluída, com implicações de tratamento e processos não convencionais da informação e o estudo da evolução desses fenômenos e suas formas e utilizações possíveis”.

SHERA (1980, p.99) afirma que “a documentação é simplesmente uma forma ou aspecto da biblioteconomia; trata-se da biblioteconomia em tom maior. Já a ciência da informação é a base teórica da prática biblioteconômica. A ciência da informação não se opõe à biblioteconomia; ao contrário, ambas as disciplinas são aliadas naturais”.

Segundo VIEIRA (1983, p.81), “durante as três últimas décadas vimos os rótulos se alterarem - biblioteconomia, documentação e ciência da informação - com matizes sutis na definição dos campos. Contudo, o que se evidenciou com o passar do tempo foi que a profissão se fossilizava, não havendo nela lugar para novos conhecimentos, novas atitudes. Os avanços teriam, assim, que radicalmente, se constituir em nova área, em nova ‘ciência’, embora, de fato, tudo não passasse da evolução natural de uma única biblioteconomia. Na biblioteconomia o tecnicismo impera como valor da formação profissional, na universidade e no próprio exercício da atividade bibliotecária, transformando tal área em um corpo sem espírito, em uma profissão cuja filosofia é confinada dentro dos estreitos limites de um pobre e defasado código de ética. Urge tentar-se a redefinição da área, um aprofundamento através do desenvolvimento de uma real teoria da biblioteconomia (a partir da análise de suas bases filosóficas e sociais) e do estudo de áreas afins, em seus pontos de interseção com a biblioteconomia”.

COSTA (1990, p.139) escreve que “a ciência da informação produz uma literatura baseada na investigação e descobertas teóricas. A biblioteconomia e a documentação aplicam os resultados dessas pesquisas, trocando-se experiências e benefícios mútuos entre ambos os grupos”.

FONSECA (1987, p.125) menciona que “a biblioteconomia lida com publicações primárias e seus usuários. A documentação produz publicações secundárias e terciárias. E a ciência da informação estuda como, quando, porque e onde a informação aparece, quem a produz, qual o seu fluxo e destino final”. FONSECA não concorda com a idéia de que a documentação surgiu para substituir a biblioteconomia, sendo por sua vez, substituída pela ciência da informação. “A história da ciência”, segundo ele, “é um processo contínuo de acumulação e não de exclusão”.



SMIT (1986, p.10) afirma que “a biblioteca organiza os próprios documentos (ou seja, seu ‘acervo’) ao passo que a documentação organiza as informações relacionadas a um assunto, sem restrições quanto ao acervo. Por isso mesmo, a documentação é também chamada ‘ciência da informação’, por outros autores. (...) As palavras ‘biblioteca’ e ‘documentação’ confundem-se na prática. A distinção é frágil: há bibliotecas funcionando como centros de documentação (prioridade à informação) e centros de informações restringindo-se a acervos (comportando-se como bibliotecas, portanto). (...) Deve-se considerar também que, a evolução da biblioteconomia e documentação está intimamente ligada à evolução das linguagens documentárias. Enquanto a biblioteconomia utiliza classificações, extremamente hierarquizadas, CDD e CDU, a documentação utiliza thesaurus, listas normalizadas de palavras com um mínimo de relações entre elas, permitindo maior flexibilidade”.

FIGUEIREDO (1977, p.6) afirma que “é fácil perceber-se a importância da adoção ou da integração das técnicas da informação às da biblioteconomia. Pois, se, por um lado, a biblioteconomia adquire uma base sólida de conhecimentos, pois que testados cientificamente, por outro lado, a biblioteconomia passa a fazer uso de técnicas mais avançadas e, portanto, mais condizentes com o progresso da ciência e da tecnologia e das demandas dos usuários”.

Segundo SARACEVIC (1974, p.43), “atualmente, parte do trabalho da ciência da informação está se tornando a principal base experimental da biblioteconomia”.

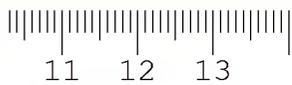
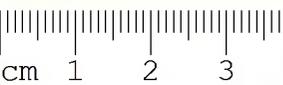
REYNOLDS (1971, p.126), afirma que “a biblioteconomia e a ciência da informação são voltadas para a organização da informação para uso. Surgem de uma mesma necessidade - a necessidade de atender um cliente através da informação. As diferenças na aproximação das mesmas funções residem nas diferentes atitudes profissionais, talento e preparação educacional. Fundamentalmente, estas diferenças - a chave da questão - entre biblioteconomia e ciência da informação estão nas características de seus clientes e no grau de suas urgências. Enquanto, o bibliotecário atende seus usuários com informações genéricas, os cientistas da informação procuram reduzir a enormidade de informações com cuidadosa seleção, análise e intensiva organização”.

BROOKS (1990, p.244) afirma que “biblioteconomia e ciência da informação continuarão, como no passado, a importar idéias e técnicas de outras ciências ou ‘semi-ciências’ na esperança de alcançarem independência”.

5 CONCLUSÃO

Após a análise das conceituações elaboradas pelos diferentes autores, verificamos a ausência de uma delimitação conceitual entre os termos *biblioteconomia*, *documentação* e *ciência da informação* que compromete a compreensão e especificidade das áreas a que se referem.

Se, por um lado, os conceitos isolados do termo *biblioteconomia* evidenciam os traços semânticos “biblioteca”, “instituição social” e “prestação de serviços”, por outro lado, os conceitos que relacionam o termo *biblioteconomia* ao termo *ciência da informação* não fornecem subsídios ao esclarecimento das funções de um ou de



outro termo.

Seguem o mesmo caminho os conceitos do termo *documentação*. Estando tais conceitos isolados remetem, grosso modo, o termo *documentação* à definição elaborada pela FID. Estando tais conceitos relacionados ao termo *ciência da informação* é difícil verificar onde se inicia ou finaliza as conceituações do termo *documentação* e do termo *ciência da informação*.

Os conceitos do termo *ciência da informação*, ao contrário dos conceitos dos dois outros termos estudados, encontram-se sempre relacionados a outras áreas (ciências ou disciplinas), ou seja, ressaltam a interdisciplinaridade e não a especificidade do termo, mais confundindo que explicando seu conteúdo semântico.

A ausência de um consenso face às delimitações dos domínios em questão é, entre outras coisas, sintoma de uma caótica realidade que merece reflexão mais consistente e sistemática dos profissionais e pesquisadores envolvidos. Para aqueles que procuram na literatura nacional ou estrangeira um possível caminho de esclarecimento, fica a sensação de que, de forma geral, os textos se desenvolvem em círculos, evidenciando vícios de concepção que expressam um estágio terminológico das áreas muito aquém do desejado e esperado.

Seria prematuro, a partir do exposto, elaborar conceituações das áreas. A simples tentativa de fazê-lo não passaria da proposição de caracterizações genéricas, que pouco ou quase nada contribuiria para o atual quadro conceitual das áreas.

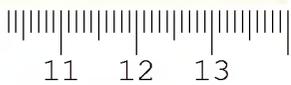
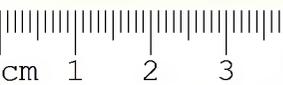
Assim, a conclusão que se impõe a presente revisão de literatura é a de que a inconsistência com que os termos são utilizados revela que a história de cada área se constituiu muito mais por uma necessidade imediata do fazer, não imprimindo aos termos caracterizações com precisão crescente.

Esse fato fica evidente em relação ao termo *biblioteconomia* que mantém traços da etimologia da palavra sem refletir o desenvolvimento da área e uma paralela evolução do conceito. Do mesmo modo, *ciência da informação* que surge como uma área interdisciplinar não consegue, no seu desenvolvimento, uma determinação de seus limites. Nasce na interdisciplinaridade, se perde no seu interior e busca nos termos *documentação* e *biblioteconomia*, muitas vezes, sua sustentação.

The concepts of librarianship, documentation and information science

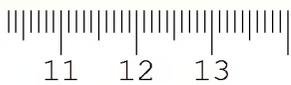
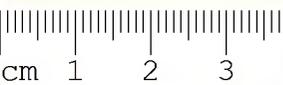
ABSTRACT: Review of literature on concepts and possible relationship between the terms: librarianship, documentation and information science. Through the etymology or the origin of the words it emphasizes the semantic traces that individualize and characterize the terms studied. The existence of a clear demarcation between the concepts of these terms is argued through their relationships. Finally it is showed that there is a little precision in the terminological production of the area.

KEY WORDS: Librarianship; Documentation; Information science.

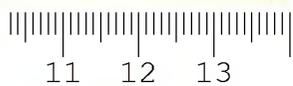
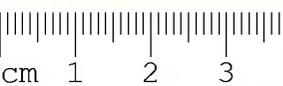


REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

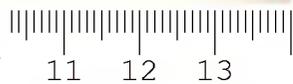
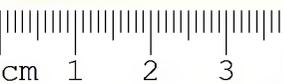
- BARONE, Fernando. *A revisão de literatura em biblioteconomia e documentação como prática didática: uma experiência com o TCC*. São Paulo : CBD/ECA/USP, 1989. 14p.
- BOTELHO, Tania Maria Guedes. A documentação como sistema. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, v.2, n.1, p.57- 70, jan./jun. 1974.
- BOUCHE, Richard. Ciência da informação: ciência da forma. *Ciência da Informação*, v.17, n.2, p.99-104, jul./dez. 1988.
- BROOKS, Terrence. The model of science and scientific model in librarianship. *Library Trends*, v.38, n.2,p.237-249, Fall 1990.
- CARVALHO, Maria de Lourdes Borges et al. Ensino da ciência da informação: bibliografia analítica. *Revista da Esc. de Biblioteconomia da UFMG*, v.3, n.1, p.107-30, mar. 1974
- CESARINO, Maria Augusta Nóbrega. O ensino da biblioteconomia: um currículo a ser mudado. *Revista da Esc. de Biblioteconomia da UFMG*, v.2, n.1, p.43-59, mar. 1973.
- COBLANS, H. *Curso de biblioteconomia da Biblioteca Nacional - 1a. aula: documentação*. s.n.t.
- COSTA, Antonio Felipe Corrêa. Ciência da informação: o passado e a atualidade. *Ciência da Informação*, v.19, n.2, p.137-143, jul./dez. 1990.
- CUNHA, Antonio Geraldo et al. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1982. 839p.
- CUNHA, Isabel Maria Ribeiro Ferin. *Do mito à análise documentária*. São Paulo : EDUSP, 1990. 163p.
- ECO, Umberto. *A estrutura ausente: introdução à pesquisa semiológica*. São Paulo : Perspectiva; EDUSP, 1971. 427p.
- _____. *Como fazer uma tese*. São Paulo : Perspectiva, 10. 184p.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*. 11. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1987. 1301p.
- FIGUEIREDO, Nice Menezes. Biblioteconomia x ciência da informação, uma questão de integração. In:— *Tópicos modernos em biblioteconomia*. Brasília : ABDE, 1977, 5-10p.
- FONSECA, Edson Nery da Fonseca. *A biblioteconomia brasileira no contexto mundial*. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro ; Brasília : INL, 1979. 112p.
- _____. Ciência da informação e prática bibliotecária *Ciência da Informação*, v.16, n.2, p.125-127, jul./dez. 1987.
- _____. A pós-graduação em biblioteconomia. *Revista da Esc. de Biblioteconomia da UFMG*, v.3, n.1, p.27 -39, mar. 1984.
- FOSKETT, D.J. Ciência da informação como disciplina emergente: implicações educacionais. In: GOMES, Hagar Espanha. *Ciência da informação ou informática*. Rio de Janeiro : Calunga, 1980. p.52-69.
- GARCIA, Maria Lucia Andrade. A pesquisa em biblioteconomia. *Revista da Esc. de Biblioteconomia da UFMG*, v.1, n.1, p.7-11, mar./set. 1972.



- GOMEZ, Maria Nélda Gonzalez. O objeto de estudo da ciência da informação: paradoxos e desafios. *Ciência da Informação*, v.19, n.2, p.117-122, jul./dez. 1990.
- GUERN, Michel. Sur les relations entre terminologie et lexique. *Meta*, v.34, n.3, p.340-343, 1989.
- GRANGER, Gilles Gaston. Humanidades são pré-científicas. *Folha de São Paulo: Caderno de Ciência*, p.6, 13 set., 1992.
- HARRIS, M.H. The dialectic of defeat: antinomies in research in library and information science. *Library Trends*, p.515-531, Winter, 1986.
- HAYES, R.M. Education in information science. *American Documentation*, v.20, n.4, p.362-368, Oct. 1969.
- _____. Information science in librarianship. *Libri*, v.19, n.3, p.216-236, 1969.
- HILLMAN, Donald J. How to win the pentathlon unifying theories of information science. *American Documentation*, v.20, n.4, p.335-336, Oct. 1969.
- HOUSER, Lloyd. A conceptual analysis of information science. *Library and Information Science*, v.10, n.1, p.3-34, 1988.
- JAPIASSU, Hilton F. *Nascimento e morte das ciências humanas*. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1978.
- KLEMPNER, Irving M. Information science unlimited?... a position paper. *American Documentation*, v.20, n.4, p.339-343, Oct. 1969.
- LEMOES, Antonio Agenor Briquec. Estado atual do ensino da biblioteconomia no Brasil e a questão da ciência da informação. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, v.1, n.1, p.51-58, 1973.
- MEADOWS, A.J. Theory in information science. *Journal of Information Science*, v.16, n.1, p.59-63, 1990.
- MEDEIROS, Marisa Bräscher Basílio. Terminologia brasileira em ciência da informação: uma análise. *Ciência da Informação*, v.15, n.2, p.135-142, jul./dez. 1986.
- MERCADO, Ario Garza. Las ciencias de la información en la escuela de bibliotecología. *Revista da Esc. de Biblioteconomia da UFMG*, v.3, n.1, p.65-106, mar. 1984.
- MUELLER, Suzana P.M. Em busca de uma base comum para a formação profissional em biblioteconomia, ciência da informação e arquivologia: relato de um simpósio promovido pela UNESCO. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, v.12, n.2, p.157-165, jul./dez. 1984.
- REYNOLDS, M.M. Commentary on education for special librarianship. *Special Libraries*, v.62, n.3, p.125-128, Mar. 1981.
- ROBREDO, Jaime. Documentação e informação. In:— *Documentação de hoje e de amanhã*. Brasília : ABDE, 11. p.1-8.
- _____, CUNHA, Murilo Bastos. *Documentação de hoje e de amanhã: uma abordagem informatizada da biblioteconomia e dos sistemas de informação*. 2. ed Brasília: 1986. 400p.
- SALOMON, Delcio Vieira. Elaboração da monografia. In:— *Como fazer uma monografia: elementos de metodologia do trabalho científico*. 4.ed. Belo Horizonte : Interlivros, 1974.
- SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. A biblioteca do futuro. *Revista da Esc. de Biblioteconomia da UFMG*, v.1, n.1, p.62-68, 1972.
- _____. Da biblioteconomia à informática. *Ciência da Informação*, v.7, n.1, p.51-60, 1978.



- SARACEVIC, Tefko. Curso sobre ciência da informação para estudantes de biblioteconomia. *Revista da Esc. de Biblioteconomia da UFMG*, v.3, n.1, p.40-64, mar. 1984.
- SCHLVETER, R.A. Information science: some questions and answers. *American Documentation*, v.20, n.4, p.366-368, Oct. 1969.
- SHERA, J.H. Sobre biblioteconomia, documentação e ciência da informação e ciência da informação. In: GOMES, Hagar Espanha. *Ciência da informação ou informática*. Rio de Janeiro : Calunga, 1980. p.90-105.
- SMIT, Johanna. *O que é documentação*. São Paulo : Brasiliense, 1986. 83p. (Coleção Primeiros Passos).
- VIEIRA, Anna Soledade. Repensando a biblioteconomia. *Ciência da Informação*, v.12, n.2, p.125-127, 1987.
- YOVITS, M.C. Information science: toward the development of a true scientific discipline. *American Documentation*, v.20, n.4, p.369-376, Oct. 1969.
- ZAHER, Celia R. et al. Da documentação à informática. In: SILVA, Benedicto. *Da documentação à informática*. Rio de Janeiro : FGV, 1974. p.49-64.
- _____, GOMES, Hagar. Da bibliografia à ciência da informação: um histórico e uma posição. *Ciência da Informação*, v.1, n.1, p.5-7, 1972.



BIBLIOGRAFIA COMENTADA

BIBLIOTECAS PÚBLICAS E ALTERNATIVAS

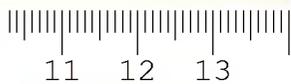
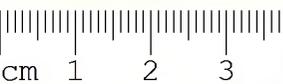
Oswaldo Francisco de Almeida Junior *

Uma bibliografia comentada pode exigir uma apresentação formal em que sejam arroladas referências bibliográficas acompanhadas por pequenas análises. Optamos aqui, no entanto, por segmentar o assunto mais amplo em tópicos e, dentro deles, destacar textos selecionados. As análises abrangem a totalidade dos textos indicados nos tópicos, apesar de, em alguns casos, esse procedimento ter sido modificado.

Convém alertar, nesta pequena introdução, que os textos arrolados foram selecionados de um ponto de vista particular, seguindo critérios baseados nas relações entre os temas e as discussões desenvolvidas ou meramente ressaltadas pelos autores. Esta bibliografia não tem a preocupação de ser exaustiva, nem pretende ser excludente em relação a outros trabalhos semelhantes sobre o mesmo tema.

O assunto básico de interesse está aqui designado pelo termo "Bibliotecas Alternativas". Objetivando um melhor entendimento, é importante, mesmo que genérica, uma definição: entende-se aqui por Bibliotecas Alternativas, as propostas, práticas ou teóricas, que visam alterar, modificar, transformar os trabalhos, as atividades, as posturas, as idéias das bibliotecas públicas tradicionais. Qualquer discussão sobre bibliotecas alternativas deve, necessariamente, como evidenciado na definição, estabelecer a Biblioteca pública tradicional como parâmetro e ponto de partida. Dessa forma, muitos textos selecionados referem-se ou enfocam primordialmente as bibliotecas públicas.

* *Professor do Depto. de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes - USP*



Biblioteca Pública - Histórico

Diversos autores abordam o surgimento da biblioteca pública. Em sua maioria, entendem ser ela fruto de duas grandes revoluções: a Industrial e a Francesa. Com peso equivalente também seriam responsáveis por esse surgimento as reivindicações da população por um maior acesso à educação e, conseqüentemente, às bibliotecas que dariam suporte ao ensino.

É possível qualificar a biblioteca pública apresentada, historicamente, por esses autores, como "tradicional". A biblioteca pública tradicional pode ser definida, acompanhando os textos da área, como aquela que enfatiza as funções educacional, de lazer e cultural, mas restringindo a função educacional quase que exclusivamente à educação formal, a função cultural direcionada para trabalhos vinculados à absorção de conhecimentos, visando à erudição e, por sua vez, a função de lazer simplesmente limitada ao empréstimo de livros. Além disso, o modelo tradicional prioriza o livro, enquanto suporte; elege o alfabetizado como seu único usuário e impede que a biblioteca saia de si mesma e interaja com a sociedade.

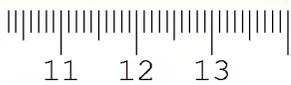
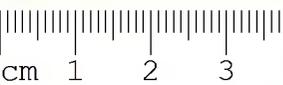
Alfredo Serrai,

SERRAI, Alfredo. História da biblioteca como evolução de uma idéia e de um sistema.

Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, v.14, n.2, p.27-38, jul./dez. 1975.

descreve sucintamente, a partir da biblioteca de Nínive (sec. VI a.c.), a evolução da biblioteca, priorizando datas, fatos e pessoas de destaque. Afirmando que a história das técnicas empregadas pelas bibliotecas se confunde e, até, determina a história da biblioteca, Serrai, cronologicamente apresenta os vários instrumentos utilizados por aqueles que atuaram nas bibliotecas em diferentes períodos históricos. Listagens arrolando o acervo das bibliotecas e a separação de materiais por assunto nas estantes fazem parte daqueles instrumentos. Um ponto interessante do texto diz respeito ao início da prática de promover exposições dentro do espaço da biblioteca. Ao contrário do que se supõe, tal prática já era empregada no século XVI. Fica evidente no texto a idéia do autor de que o aparecimento de novas ferramentas na biblioteca, inclusive algumas utilizadas até hoje, é decorrência de necessidades de um momento histórico definido.

O ano de 1850 é normalmente determinado por vários autores como a data aproximada do surgimento da biblioteca pública tanto nos Estados Unidos como na Inglaterra. Seria essa a data do nascimento mundial da biblioteca pública, dentro dos moldes como é entendida hoje, ou seja, uma instituição mantida quase que integralmente pelo Estado e voltada para o atendimento, sem distinção, de toda a população. Alguns textos nacionais, no entanto, apontam a implantação de uma biblioteca na Bahia antes de 1850, ou, mais precisamente, em 1821,



apesar de sua constituição ter ocorrido a partir da iniciativa de uma única pessoa e a sua manutenção depender de doações e apoio de algumas outras. O Estado, neste caso, apenas concordou, aprovou e apoiou, não monetariamente, a idéia. "Biblioteca pública brasileira: desempenho e perspectivas", de Emir Suaiden (analisado em outro item desta bibliografia), é um dos textos que apresenta, ainda que de forma concisa e rápida, a criação daquela biblioteca.

Um histórico, acompanhado de análises, das principais idéias de teóricos e pesquisadores preocupados com a biblioteca pública, pode ser encontrado em dois textos:

MUELLER, Suzana P. M. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.13, n.2, p.7-54, mar. 1984.

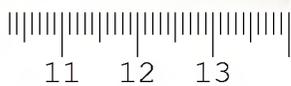
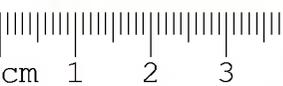
NOGUEIRA, Maria Cecília Diniz. Biblioteca pública: a ambivalência de seu papel. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.15, n.2, p.222-48, set. 1986.

Os dois artigos, não obstante utilizem citações e condensações extraídas dos mesmos textos, empregam abordagens e conceitos diferentes de análise. O confronto entre os dois artigos, serve, certamente, como ótimo exemplo para identificar correntes diferenciadas, até mesmo antagônicas, de pesquisa na área da Biblioteconomia.

Suzana Mueller estabelece alguns autores como básicos para o entendimento da evolução do pensamento e das idéias sobre a função das bibliotecas na sociedade e a responsabilidade social dos bibliotecários, presentes na literatura da área. Desses autores foram selecionados os textos considerados mais significativos, dentro do período compreendido entre 1880 e 1975. Os trabalhos, segundo a autora, foram divididos em grupos, seguindo critérios de ponto de vista e época. Dos autores escolhidos, vários são muito conhecidos entre os bibliotecários brasileiros: Melvil Dewey, Pierce Butler, S. R. Ranganathan, Jose de Ortega y Gasset, Jesse H. Shera, J. D. Foskett etc. As condensações e citações extraídas dos textos selecionados servem como suporte para as análises e conclusões da autora.

O artigo de Suzana Mueller é básico e imprescindível, não só para os profissionais e pesquisadores com interesse em biblioteca pública, como também para todos os que desenvolvem estudos e atividades na área, já que apresenta aspectos normalmente desconhecidos - e desvinculados da área em que atuam - do pensamento de vários autores importantes e presentes na literatura de biblioteconomia.

Utilizando os mesmos autores, os mesmos textos e as mesmas citações, Maria Cecília Diniz Nogueira se propõe a analisar o papel da biblioteca pública no sistema capitalista. Empregando como referencial teórico os princípios marxistas, a autora parte da revisão elaborada por Suzana Mueller para analisar e chegar a



conclusões diferentes das formuladas e apresentadas por esta. Partindo de uma abordagem idológica, Maria Cecília afirma, concluindo, que o papel da biblioteca pública é ambivalente, exercendo "... não só a função de favorecer a reprodução das relações sociais estabelecidas, mas também o papel de um instrumento auxiliar de edificação de uma nova composição social".

A exemplo do texto de Suzana Mueller, este também é imprescindível, inclusive, como já alertado, como forma de observar correntes diferenciadas de pesquisa na área da Biblioteconomia.

O artigo de Maria Cecília foi baseado em sua dissertação de mestrado, onde o assunto é tratado de forma mais ampla.

NOGUEIRA, Maria Cecília Diniz. *Biblioteca pública: a contradição do seu papel*. Belo Horizonte : UFMG, 1985. (dissertação de mestrado).

Biblioteca pública - Caracterização

Através de um quadro sinóptico, o texto de

MACEDO, Neusa Dias de, SPINELLI, Laila Gebara. Subsídios para a caracterização da biblioteca pública. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 20, n. 1/4, p. 71-7, jan./dez. 1987.

focaliza vários aspectos relacionados à biblioteca pública (tais como: receptor, objetivos, objetos/materiais, serviços meio, serviços fim, agente, ambientação física/espço), objetivando caracterizá-la. Tais tópicos são divididos e, neles, elencados alguns itens, sem a preocupação de discutí-los e sem discorrer sobre cada um deles.

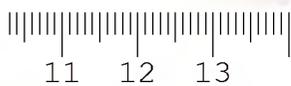
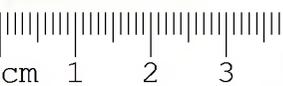
O texto de

SPONHOLZ, Regina M. L. *Atribuições de bibliotecários em bibliotecas públicas*. São Paulo : Pioneria, 1984.

pode contribuir não só para um melhor entendimento dos trabalhos, tarefas e atividades desenvolvidos pelos bibliotecários que atuam em bibliotecas públicas, como também para a própria caracterização da biblioteca pública, na medida em que permite reconhecer diferenças entre ela e outros tipos de bibliotecas.

Biblioteca Pública - Abordagem geral

Discussões amplas sobre a biblioteca pública, enfocando objetivos, funções, atuação, vínculo com a comunidade, importância etc., podem ser encontradas em vários textos, embora, entre eles, destaquem-se os de autoria de Luiz Augusto Milanesi:



MILANESI, Luiz Augusto. *O que é biblioteca*. São Paulo : Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos, 74)

_____. *Ordenar para desordenar*. São Paulo : Brasiliense, 1986.

_____. *Centro de cultura: forma e função*. São Paulo : Hucitec, 1990.

_____. *A casa da invenção*. São Paulo : Siciliano, 1991.

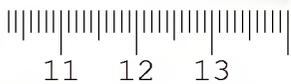
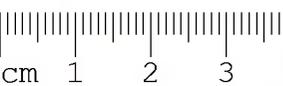
O primeiro dos textos (O que é biblioteca) apresenta, de maneira ampla, as idéias do autor sobre biblioteca. Sua atenção é dirigida, prioritariamente, para a biblioteca pública, por se tratar da área de seu interesse. Já em “Ordenar para desordenar”, Milanesi, a partir dos trabalhos que desenvolveu como criador e coordenador do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo, discorre sobre as idéias que nortearam ou resultaram daquele trabalho. Além de evidenciar a importância social do trabalho do profissional bibliotecário - desde que transformando e modificando sua atitude passiva e subserviente desvinculada dos reais interesses e necessidades da comunidade -, o livro defende uma proposta básica: ordenar informações para permitir a desordem das idéias, posturas, valores etc., sedimentados e estruturados nas pessoas. Dessa forma seria possível entender o papel do bibliotecário como agente transformador. Este livro é essencial e deve fazer parte da biblioteca de qualquer profissional que atue em biblioteca pública.

“A casa da invenção”, último livro publicado pelo autor, é uma ampliação, um aprofundamento do texto “Centro de cultura: forma e função”. Analisa o papel da biblioteca como um centro de cultura, não dissociado, isolado, separado, até mesmo fisicamente, de outras atividades culturais, como entende a maior parte dos que atuam na área. Ao contrário, Milanesi concebe Biblioteca e Centro de Cultura como algo único, interligado. Mesclando discussões e relatos de casos (muitos deles reais), o livro é de leitura extremamente agradável, o que não é uma característica normal dos textos técnicos.

Discutindo especificamente objetivos e funções da biblioteca pública, o artigo de

ANDRADE, Ana Maria Cardoso de, MAGALHÃES, M. H. A. Objetivos e funções da biblioteca pública. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.8, n.1, p.48-59, mar. 1979.

apesar de ter sido publicado em 1979, aborda alguns tópicos de maneira clara e concisa, tornando sua leitura recomendável. O valor do texto está, principalmente, no fato de enfatizar a distinção entre os termos “objetivos e funções” e discriminar os vários tipos de funções usualmente aceitos pela biblioteca pública. Outros textos, inclusive alguns já mencionados, discutem as funções da biblioteca pública, dividindo-as em: função educacional, função cultural, função de lazer e função

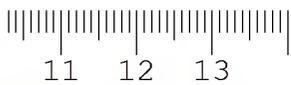
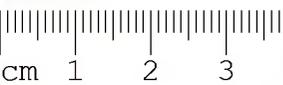


informacional. O artigo de Andrade e Magalhães discorre sobre cada uma dessas funções, caracterizando-as e analisando-as.

Vários trabalhos têm como tema a função social do profissional bibliotecário e da biblioteca pública. Em sua maioria propõem mudanças tanto de um como da outra. Insistem na necessidade de mudanças e alterações - alguns autores inclusive qualificando-as de profundas -, principalmente nas relações com a comunidade e no acompanhamento e presença nas transformações da sociedade. Invariavelmente tecem críticas quanto a atuação do bibliotecário considerando-a dissociada da comunidade e alheia aos acontecimentos sócio-político-culturais. A biblioteca pública estaria envolvida numa redoma que, propositalmente, a isolaria da sociedade. Essa seria uma das principais causas da imagem estereotipada da biblioteca e do profissional. Entre os textos abaixo, exemplos de trabalhos que abordam o assunto, alguns, além de críticas, apresentam propostas genéricas como medidas para superar a situação delineada:

- ARAÚJO, Walkiria Toledo de. A biblioteca pública e o compromisso social do bibliotecário. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.14, n.1, p.106-22, mar. 1985.
- CUNHA, Murilo Bastos da. O papel do bibliotecário na sociedade brasileira. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.7, n.1, p.7-26, mar. 1978.
- LEMOS, Antônio Agenor Briquet de. A biblioteca pública em face da demanda social brasileira. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v.12, n.3/4, p.203-10, jul./dez. 1979.
- _____. Para onde vão as bibliotecas públicas. *Palavra-Chave*, São Paulo, n.1, p.11-2, maio 1982.
- LIMA, Etelvina. Biblioteca em programas de educação de adultos. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.11, n.2, p.133-45, set. 1982.
- MIRANDA, Antônio. A missão da biblioteca pública no Brasil. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v.6, n.1, p.69-75, jan./jun. 1978.
- SALIBA, Carolina Angélica Barbosa, DUMONT, Márcia Milton Vianna, PITELLA, Mônica Cardoso. Biblioteca pública brasileira: objetivo e missão social. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 11., João Pessoa, 1982. *Anais*. João Pessoa : APBPb, 1982, v.I, p.273-86.
- WADA, Madalena Sofia Mitiko. *Democratização da cultura nas bibliotecas infanto-juvenis*. Belo Horizonte : UFMG, 1985.

O último texto referenciado procurou analisar se as Bibliotecas Públicas Infanto-Juvenis da cidade de São Paulo "realizavam o ideal democrático do acesso à cultura". As conclusões apontaram para a não realização desse ideal. Para desenvolver esse estudo, Madalena Wada elegeu nove bibliotecas de um total de 24, e entrevistou alguns funcionários dessas bibliotecas. A partir da reprodução de trechos dessas entrevistas, é possível conhecer as idéias e posições dos bibliotecários sobre o assunto. Apesar de restrita à cidade de São Paulo, o estudo pode ser generalizado para regiões com perfis semelhantes.



Enfocando a biblioteca pública no Brasil, principalmente em seu aspecto histórico, alguns textos podem ser citados:

- BRITO, Edna Maria Torreão et al. Biblioteca Municipal de Olinda e sua ação cultural: observação de uma experiência. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.12, n.2, p.170-204, set. 1983.
- GOMES, Sonia de Conti. *Bibliotecas e sociedade na Primeira República*. São Paulo : Pioneira; Brasília : INL, 1983.
- MORAES, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. Rio de Janeiro : Livros Técnicos e Científicos, 1979.
- _____. *O problema das bibliotecas brasileiras*. 2.ed. Brasília : ABDE, 1983.
- NEGRÃO, May Brooking. A evolução do Departamento de Bibliotecas Públicas: 1907-1978. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v.7, n.2, p.186-209, jul./dez. 1979.
- SUAIDEN, Emir José. *Biblioteca pública brasileira: desempenho e perspectivas*. São Paulo : Lisa, Brasília : INL, 1980.

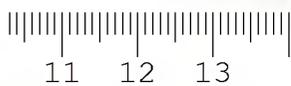
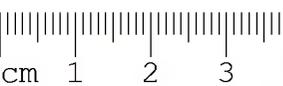
Alguns textos trabalham com o assunto de forma rápida, apresentando um pequeno histórico da biblioteca no Brasil, principalmente pública, como forma de introduzir o problema ao qual dirigem suas preocupações. Esse é o caso, por exemplo, do livro de Emir Suaiden: após um breve histórico, discute a situação da biblioteca pública no Brasil, a partir de uma pesquisa realizada nas Bibliotecas Estaduais (com exceção de São Paulo, onde foi pesquisada a Biblioteca Municipal Mario de Andrade por inexistir nesse Estado uma Biblioteca Estadual). Determinando pontos passíveis de confrontos, o autor procurou traçar um perfil dessas bibliotecas, concluindo que a situação geral na época da pesquisa (1978) ainda era "lamentavelmente crítica, particularmente com referência à área física ocupada, aos móveis e equipamentos, aos recursos humanos, sobretudo no que se refere aos bibliotecários, aos recursos financeiros, ao acervo, à organização das coleções e ao serviço de circulação".

A citação do trecho acima procura evidenciar vários problemas enfrentados pela biblioteca pública brasileira que, apesar de grandes melhoras, continuam prejudicando os trabalhos e atividades por elas desenvolvidos.

A maioria dos textos que tratam da biblioteca pública, tece críticas sobre sua atuação. Muitos deles apresentam, como já ressaltado na introdução desta bibliografia, propostas e caminhos para modificar, não só a atuação, mas também posturas, idéias e conceitos dessas bibliotecas. Essas propostas estão aqui denominadas, genericamente, de bibliotecas alternativas.

Antes de referenciar alguns trabalhos sobre bibliotecas alternativas, é interessante a indicação de um artigo que, embora retratando a situação das bibliotecas na Nicarágua, pode ter suas observações ampliadas para as bibliotecas dos países de terceiro mundo.

- DEPALLENS, Jacques. La bibliotecología necesita de una revolución cultural. *Revista Interamericana de Bibliotecología*, Medellin, v.10, n.1, p.7-14, jan./jun. 1987.



Jacques Depallens era, na época da publicação do artigo, diretor da Escuela de Bibliotecología da Universidad Centroamericana, em Manágua. Sua proposta, no texto, é apresentar, destacar e discutir problemas ligados à biblioteconomia e à informação, comuns a países considerados de terceiro mundo. A ênfase na necessidade de democratização da informação que predomina no texto, é decorrente não só do seu modo de interpretar a realidade, mas, também, da análise que efetua sobre a situação da biblioteconomia e da informação no seu país, a Nicarágua. Tendo como marco a Revolução Sandinista (que depôs o então ditador Somoza), o autor descreve de maneira sumária as alterações ocorridas nos setores econômico, social, político e cultural, em função do "processo revolucionário" implantado no país pelo Governo Revolucionário de Reconstrução Nacional. No entanto, afirma que, no âmbito da biblioteconomia e informação, pouco ou quase nada foi alterado, o que contrasta com as grandes mudanças e transformações dos outros setores. Esse fato, acredita o autor, exige, com certeza, uma profunda reflexão sobre os motivos e causas dessa situação. Mais do que isso, exige também uma postura crítica perante os pressupostos biblioteconômicos formulados e disseminados pelos países desenvolvidos e aceitos integralmente, sem adequações, pelos países subdesenvolvidos. Infere-se, pelo texto, que, na sua opinião, alguma coisa está errada com uma área que pouco se altera apesar de imensas mudanças ocorridas na sociedade na qual está inserida.

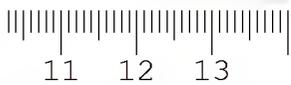
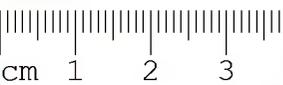
Bibliotecas Alternativas

Várias propostas de alteração das idéias, posturas e atividades das bibliotecas públicas tradicionais podem ser localizadas na literatura da área. Algumas insidem apenas sobre alguns aspectos dessas bibliotecas, não caracterizando, portanto, propostas abrangentes que determinem reais transformações. Optou-se, assim, em destacar os principais textos - enfatizando-se que a partir de uma concepção e com critérios pessoais - que analisam crítica e globalmente as bibliotecas públicas tradicionais e apresentam idéias de modificação dos pontos questionados. Tais pontos, alerta-se, devem estar vinculados à própria idéia básica de biblioteca pública, principalmente quanto aos aspectos de relação com a comunidade, participação desta na gestão da biblioteca e de necessidade ou função social.

"Biblioteca-Ação Cultural", "Biblioteca-Centro Cultural" e "Biblioteca verdadeiramente pública", são termos empregados por Victor Flusser para designar propostas diferenciadas de concepção e atuação da biblioteca pública tradicional. Suas idéias estão expressas em alguns artigos e trabalhos:

FLUSSER, Victor. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 11., João Pessoa, 1982. *Anais*. João Pessoa : APBPb, 1982, v.II, p.167-95.

_____. O bibliotecário animador: considerações sobre sua formação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.11, n.2, p.230-6, set. 1982.



_____. Uma biblioteca verdadeiramente pública. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.9, n.2, p.131-8, set. 1980.

Preocupado com o não-público, propõe uma biblioteca que participe do processo de “dar a palavra” àqueles que não a tem. Afirma que a biblioteca pública está atuando voltada exclusivamente para um segmento da sociedade quantitativamente pequeno, e relegando a maioria da população (não-público). Este ponto é recorrente em boa parte das críticas sobre a atuação da biblioteca pública, presentes nos textos encontrados na literatura da área. A função da biblioteca, no entender de Victor Flusser, não deverá mais ser a de dar, oferecer cultura à um grupo de pessoas, mas a de propiciar e desenvolver uma dinâmica cultural, trabalhando com as pessoas. Troca-se consumo cultural por criação cultural.

O papel do bibliotecário também não é esquecido, mercendo um espaço nas preocupações da nova biblioteca proposta. Nela, esse profissional deve atuar junto com a comunidade, fazendo-se presente e dela participando.

“Centro de Documentação Popular” é outra forma apresentada como alternativa à biblioteca pública tradicional. Outros termos também são empregados para designar esse tipo instituição: Centro de Documentação e Informação Popular, Centro de Informação Popular, Serviço de Documentação Popular etc.

Normalmente ligadas à idéia de “fortalecer os projetos de transformação da sociedade almejados pelas classes populares”, os centros trabalham com o que denominam “documentação popular” ou “documentação alternativa”. Procuram criar e implementar metodologias de trabalho que possibilitem manejar uma informação coerente com o projeto histórico que procuram estabelecer.

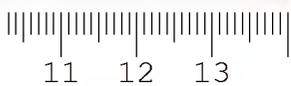
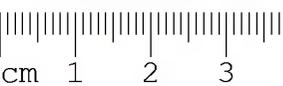
As idéias apresentadas acima estão desenvolvidas num texto que relata as discussões e debates ocorridos em um Seminário específico de documentação alternativa.

CFDI. Centro Ecumênico de Documentação e Informação. Relatório - 1º Seminário de Documentação Alternativa. Memória, Rio de Janeiro, v.2, n.10, nov. 1985.

Desse Seminário participaram representantes de vários Centros de Documentação Popular espalhados pelo país. Do total de presentes ao Seminário, apenas 2 possuíam formação em biblioteconomia.

Os passos para a formação, organização e implantação de um Centro de Documentação Popular são enfocados numa pequena publicação, dirigida para leigos e que pretende subsidiar, com a indicação de técnicas, ferramentas e critérios, os trabalhos dos responsáveis ou dos que estão envolvidos com instituições desse tipo na América Latina.

CELADEC. Comissão Evangélica Latino-americana de Educação Cristã. *Como se organiza um centro popular de documentação e comunicação*. São Paulo : Paulinas, 1985.



Utilizando muitas gravuras, desenhos e redigido com a preocupação de tornar seu conteúdo acessível, o livro, com apenas 35 páginas, apresenta desde uma definição de Centro de Documentação Popular até o seu funcionamento, passando pela criação e descrição de atividades de diversos Grupos de Trabalho: de Documentação, de Publicações, de Cartazes e Murais, de Teatro e de Marionetes, de Canto e Música, de Fotografia e Audiovisuais.

Infelizmente, muitos dos textos que discutem o Centro de Documentação Popular (quanto à sua concepção e funcionamento) e a Documentação Popular ou Alternativa (quanto ao conceito, importância, utilização e técnicas para seu tratamento), não são facilmente localizados, pois, normalmente, são reproduzidos através de mimeógrafo e distribuídos quase que exclusivamente no âmbito dos próprios Centros ou eventos promovidos na área e que contam com a participação de um número restrito de interessados. Esse é o caso, por exemplo, dos textos:

CELADEC. Comissão Evangélica Latino-americana de Educação Cristã. *Definição e conteúdo da documentação popular*. Recife : SEDIPO, 1981. (Material de Trabalho, 1/81). Mimeografado.

e

CPV. Centro Pastoral Vergueiro. *Nosso trabalho em documentação*. São Paulo, 1985. (Série de Documentação, 1).

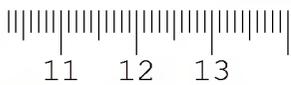
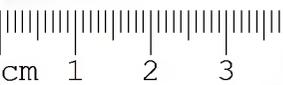
Entre os textos sobre Centro de Documentação Popular publicados por bibliotecários e pesquisadores da área, dois merecem destaque:

ANDRADE, Ana Maria Cardoso de. *Um novo contexto de informação popular*. os centros de documentação e comunicação. São Paulo : ECA/USP, 1989. (Tese de doutorado).

LIMA, Justino Alves. SEDIPO - Serviço de Documentação e Informação Popular: a informação a serviço das organizações populares. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v.19, n.1/4, p.32-49, jan./dez. 1986.

A tese de doutorado de Ana Maria Cardoso de Andrade enfoca a idéia de Centro de Documentação e Comunicação, além de o definir, apresentar seus objetivos e finalidades, descrever seu funcionamento e atuação e segmentá-lo, acompanhando análise do CEDI, em 3 grandes tipos. A proposta básica é discutir o conceito de Centro de Documentação e Comunicação Popular, analisando-o sob vários aspectos.

O artigo de Justino Alves Lima, ao contrário do anterior, descreve um Centro de Documentação Popular específico: o SEDIPO. O texto discorre sobre a criação, os trabalhos e atividades desenvolvidos, a abrangência da atuação etc. Descreve, sucintamente, duas técnicas empregadas para tratar o acervo de documentos: Unitermo e Oasis. Não apenas o SEDIPO utiliza essas ferramentas, como são elas veiculadas e seu uso incentivado entre os Centros de Documentação Popular.



O mesmo autor propõe um trabalho com os movimentos organizados da população - com alterações, mas, basicamente, seguindo as idéias do Centro de Documentação Popular -, a partir da Biblioteca Universitária.

LIMA, Justino Alves. Bibliotecas universitárias e movimentos populares: uma proposta de articulação. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 16., Salvador, 1991. *Anais*. Salvador : APBEB, 1991. v.1, p.653-61.

Apresentando um projeto para a Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe, o autor envolve a biblioteca universitária como passível de desenvolver trabalhos na área da Documentação Popular e Alternativa.

Sueli Ferreira, em sua dissertação de mestrado,

FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto. *Serviço Referencial: caracterização e conceituação*. São Paulo: ECA/USP, 1989. (Dissertação de mestrado)

aborda um outro tipo de biblioteca alternativa: o Serviço Referencial e de Informação. Outros nomes também são empregados, por outros autores, para designar esse tipo de serviço: Centro Referencial, Centro de Informação para a comunidade etc. Surgindo no final da década de 60 e início da década de 70, nos E.U.A. e Inglaterra, o objetivo básico do Serviço Referencial e de Informação é o "de estabelecer o contato inicial entre o usuário e o recurso informacional adequado, capacitado e disposto a fornecer a informação utilitária". É um serviço "freqüentemente de natureza prática e utilitária, para encaminhar os usuários para uma organização, agência ou um indivíduo capaz de fornecer a informação solicitada".

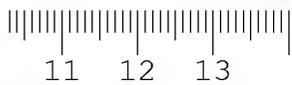
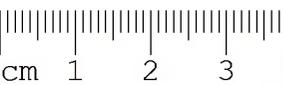
É a partir das propostas do Serviço Referencial e de Informação que a biblioteca pública assume sua 4ª e, talvez, principal função: informacional. Até então pouco ou nada se fala dessa função da biblioteca pública.

Outros termos empregados com freqüência no Serviço Referencial e que assumem um caráter importante na área são: informação utilitária, informação para o cotidiano, informação do dia a dia, *community information*, *information for living*, *evereday information* etc.

Dois artigos que abordam também os Serviços Referenciais podem ser indicados:

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. Serviço de informação para a comunidade como um instrumento de democratização da biblioteca pública brasileira. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v.18, n.3/4, p.7-19, jul./dez. 1985.

GOMES, Sonia de Conti. Informações para a comunidade estudantil de 1º e 2º graus na



biblioteca pública. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.7, n.2, p.242-62, set. 1978.

Por último, entre as alternativas à biblioteca pública, deve-se apresentar as bibliotecas populares e as bibliotecas comunitárias.

O termo biblioteca popular é muito antigo. No Brasil, por exemplo, é possível citar um documento de 1830 recomendando a criação de uma Biblioteca Popular. Gramsci, como outro exemplo, no seu livro "Os intelectuais e a organização da cultura" faz menção a dois artigos de Alfredo Fabietti publicados em 1928 e 1930, discutindo bibliotecas populares.

Não há, tanto para bibliotecas populares como para bibliotecas comunitárias, uma definição aceita consensualmente pelos autores preocupados com o assunto. Em muitos casos, são esses termos entendidos como sinônimos, além de se confundirem com a biblioteca pública tradicional.

Destacam-se aqui alguns textos que abordam a biblioteca comunitária:

STUMPF, Ida R. C. Estudo de comunidades visando à criação de bibliotecas. *Revista de Biblioteconomia e Comunicação*, Porto Alegre, v.3, p.17-24, jan./dez. 1988.

SARTI, Rosa Maria, GUIRALDELLI, Imalda, VICENTINI, Luiz Atílio, PIMPLE: projetos de implantação de pontos de leitura - bibliotecas públicas e comunitárias. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v.17, n.3/4, p.7-23, jul./dez. 1984.

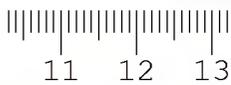
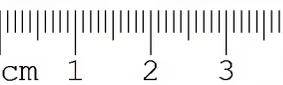
Exemplos de atuação de uma biblioteca comunitária podem ser encontrados em dois relatos de Todeska Badke, ocorridos em Vitória, Espírito Santo:

BADKE, Todêska. Biblioteca popular: uma experiência no bairro das Laranjeiras.

Palavra-Chave, São Paulo, n.4, p.18-8, maio. 1984,

_____. Meninos de Laranjeiras: aprendendo a viver com livros. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v.17, n.3/4, p.43-60, jul./dez. 1984.

Apesar da falta de um consenso amplo quanto à definição de bibliotecas populares e comunitárias, um item está sempre presente nas definições existentes: as classes populares. Mesmo assim, são, tais classes, denominadas de várias formas (como "populações menos privilegiadas", "os desprovidos da sorte"), dependendo da ideologia de cada autor. Etelvina Lima, por exemplo, define bibliotecas populares como "as bibliotecas públicas cujo objetivo é o de atender às populações menos privilegiadas das áreas urbanas e, se possívelm estender esse atendimento às comunidades rurais." LIMA, Etelvina. Biblioteca em programas de educação de adultos. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.11, n.2, p.133-5, set. 1982.



A tentativa em distinguir bibliotecas populares e bibliotecas públicas, tentando identificar as mudanças ocorridas nesta para se transformar naquela, pode ser encontrada no seguinte texto (imprescindível para aqueles que se interessam pelo tema):

RABELLO, Odilia Clark Peres. Da biblioteca pública à biblioteca popular: análise das contradições de uma trajetória. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.16, n.1, p.19-42, mar. 1987.

O acervo também pode ser entendido, não como o único, mas como um dos principais fatores de distinção entre biblioteca pública tradicional e biblioteca popular. É essa a proposta de

FREIRE, Paulo. A educação de adultos e bibliotecas populares: considerações preliminares. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 11., João Pessoa, 1982. *Anais*. João Pessoa : APBPh, 1982, v.II, p.93-109.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*: em três artigos que se completam. São Paulo : Autores Associados, 1983.

Outras propostas de distinção entre essas bibliotecas podem ser aqui destacadas, embora a principal delas seja a efetiva participação da comunidade na definição de suas políticas e objetivos. A experiência de bibliotecas populares desenvolvida nos países latino-americanos, em especial no Peru, denota a presença da comunidade na criação e na manutenção. Poucas bibliotecas populares contam com bibliotecários formados. Normalmente os que trabalham nessas bibliotecas são pessoas da comunidade, em especial os adolescentes. Vários relatos de experiências com bibliotecas populares no Peru, apresentadas num Encontro, foram reunidas numa importante publicação

BIBLIOTECAS Populares: identidad y proceso. Lima : CIDAP/ TAREA, s.d.

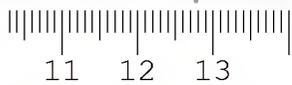
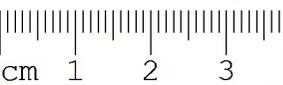
O livro é dividido em pequenos capítulos que reproduzem as manifestações dos representantes de bibliotecas populares presentes ao Encontro, ou, também, comentários sobre as exposições (ARNILLAS, Federico, Bibliotecas y organización popular: algunas notas para pensar esta relación).

Dois outros textos publicados em Lima, mostram a importância que o tema bibliotecas populares assumiu no Peru:

BIBLIOTECAS Populares. TAREA, Lima, n.9/10, p.43-53, ago. 1984.

GONZALEZ A., Estela. Bibliotecas populares y trabajo cultural. *Revista de Documentación y Información*, Lima, v.4, n.7, p.41-9, 1983.

Finalizando, convém sublinhar que o trabalho e a atuação com bibliotecas públicas ou bibliotecas alternativas, não pode prescindir da contribuição de outras áreas próximas e correlatas, como Cultura, Cultura Popular, Educação Popular, Política Cultural etc.



PONTO DE VISTA

*Com o presente fascículo, a R.B.B.D. inicia uma nova seção: **Ponto de Vista** (a partir de uma reformulação da seção Entevista), visando discutir questões atuais e polêmicas, de interesse da classe bibliotecária.*

Nesse sentido, procurar-se-á colher opiniões de diferentes personalidades sobre o assunto central dos fascículos da revista, de forma a enriquecer sua discussão.

Considerando-se o caráter dinâmico da seção, é importante ressaltar que a R.B.B.D. encontra-se totalmente aberta a críticas, sugestões e comentários sobre as questões aqui discutidas, solicitando, inclusive, a colaboração dos senhores leitores, por meio da

*Seção **Carta ao Editor**.*

Agradeceríamos, ainda, o envio de sugestões sobre futuros temas a serem discutidos, bem como a indicação de futuros entrevistados.

José Augusto Chaves Guimarães

Coordenador da Seção

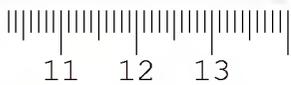
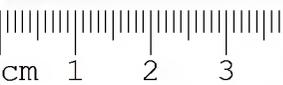
Partindo do tema central do fascículo: “**Informação e Educação**”, esta Seção “Ponto de Vista” discute o Projeto dos Centros de Informação e Criação (CICs), em desenvolvimento pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, visando à implantação e ao aperfeiçoamento de um projeto maior: o das Escolas-Padrão, na rede de escolas públicas do Estado de São Paulo.

Questão polêmica e de inegável importância quando se discute o futuro da biblioteca escolar em nosso país, o Projeto CIC tem sido objeto de sérias e minuciosas discussões entre a Secretaria da Educação e o Conselho Regional de Biblioteconomia da 8ª região, tendo como ponto balizador, a melhoria da qualidade de ensino.

Nesse sentido, são entrevistadas duas personalidades envolvidas com o assunto, a saber:

Luiz Patrício Cintra do Prado Filho: Economista pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo e Secretário-Adjunto da Educação do Estado de São Paulo

Maria Helena Toledo Costa de Barros: Mestre em Biblioteconomia pela



Pontifícia Universidade Católica de Campinas; Doutoranda em Ciências da Comunicação na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo; ex-bibliotecária escolar; Membro da Comissão de Bibliotecas Escolares do Conselho Regional de Biblioteconomia da 8ª região e Professor-Assistente do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Estadual Paulista (UNESP)-campus de Marília

R.B.B.D.- *O ensino de 1º e 2º graus no Estado de São Paulo passa, nesse momento, por um período de transformação. Nesse sentido, como você vê as atividades de informação em um contexto de melhoria da qualidade de ensino?*

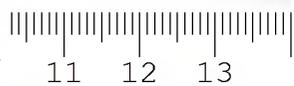
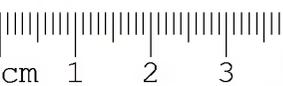
Luis Patrício - A reforma de ensino que está sendo implantada no Estado de São Paulo é de natureza estrutural. Assim, não poderiam deixar de ser consideradas as atividades de informação, até porque hoje, os processos de apropriação e de difusão do conhecimento e da informação devem estar cada vez mais adequados aos avanços tecnológicos e científicos. Nossa sociedade vem exigindo cada vez mais indivíduos capazes de gerar, buscar e usar criticamente a informação das várias áreas do saber. Dentro de uma filosofia educacional como a que a Secretaria da Educação (SE) vem adotando, que é a da construção do conhecimento, é importantíssimo que os alunos possam contar com materiais de informação variados e atualizados que lhes possibilitem uma visão ampla e não monolítica dos fatos científicos e sociais. Essa importância das atividades de informação no processo cognitivo vinha sendo percebida pela escola de forma reduzida.

Maria Helena - Não se aceita mais o conhecimento cristalizado, que o professor adquiriu nos bancos escolares e universitários e meramente repassa aos alunos, seus fiéis depositários. Uma concepção de ensino, que vise qualidade, implica a construção de um conhecimento vivido, constantemente alimentado por novas informações, em qualquer suporte e em materiais diversos; conhecimento feito de descobertas, a partir de não-certezas, compartilhadas pelo professor e pelo aluno. Nesse compartilhar, as atividades fundamentais de disseminação da informação e de ação cultural, no âmbito da escola, adquirem uma ênfase muito particular, de complementação curricular e de enriquecimento intelectual.

R.B.B.D.- *O governo do Estado de São Paulo está implementando o projeto das Escolas-Padrão, no qual se inserem os Centros de Informação e Criação (CICs). Como são entendidos os CICs na concepção de tal projeto?*

Luis Patrício - O CIC é um projeto educacional que tem como objetivo apoiar e dinamizar o processo de ensino/aprendizagem, facilitando e organizando o acesso à informação. O CIC em cada Escola-Padrão, deve criar e incorporar iniciativas, e principalmente abrir espaço para a utilização de novos meios de abordagem da realidade. Para a realização desses objetivos é estruturado sobre um acervo multimídia e outros materiais de uso pedagógico.

Maria Helena - Pela Proposta para Implantação dos Centros de Informação e Criação (São Paulo : FDE, 1992), os objetivos básicos dos CICs são: "Constituir-se em centro multimídia receptor e gerador de informação que: a) propicie a



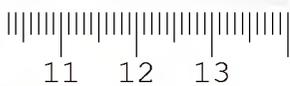
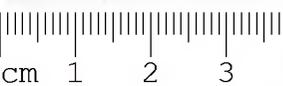
comunidade escolar (professores, pessoal administrativo e de apoio administrativo, alunos, pais e comunidade) o acesso a uma diversidade de materiais instrucionais e a literatura em geral, possibilitando a assimilação e construção do conhecimento; b) capacite os usuários a processar, reorganizar e recriar o conhecimento; c) desenvolva metodologias tanto de orientação à pesquisa escolar quanto de informações úteis a comunidade; d) contribua para a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e responsabilidades. Quanto ao âmbito de atuação, além de atenderem à comunidade escolar, os CICs foram previstos para serem extensivos aos pais e à comunidade externa em que estão inseridos. Porém, muita água tem rolado por baixo da ponte e, hoje, o discurso da Secretaria da Educação difere desse texto da FDE em algumas questões. Considero que o CIC ainda não está totalmente transparente, nem para quem milita na Biblioteconomia, nem para quem milita na Educação.

R.B.B.D.- *Em termos estruturais, como se compõem os CICs?*

Luiz Patrício - Após a adaptação e reforma de espaços físicos destinados aos CICs dentro das unidades escolares, procedeu-se ao provimento do acervo de livros informativos, obras de literatura infanto-juvenil e obras de referência que atendem às propostas curriculares da CENP (Coordenadora de Estudos e Normas Pedagógicas). Cada CIC recebeu também, mapas, globos, fitas de vídeos, jogos, assinaturas de jornais e revistas, e equipamentos como televisão, videocassete e máquinas de escrever, além de mobiliário. Paralelamente estão sendo realizados, pela SE, cursos de capacitação do pessoal que irá compor as equipes dos CICs.

Maria Helena - O texto da Proposta traz um esquema que faz visualizar as estruturas do CIC: acervo, atividades culturais, Biblioteca do Cidadão, "kits" de apoio pedagógico, textos jornalísticos em sala de aula. O acervo inicial compõe-se de uma coleção padronizada de 1.091 títulos (atualmente em torno de 800 títulos de obras, ao que consta); a Biblioteca do Cidadão não foi posta em prática; os "kits" pedagógicos ainda estão sendo elaborados; quanto aos textos jornalísticos, pouco se sabe, além do fato de que é prática comum, há muito tempo, os professores recortarem, dos seus próprios jornais e revistas, algo que consideram interessante, e levarem para o trabalho pedagógico em sala de aula, como material alternativo, face à dificuldade no recebimento do material instrucional convencional. Quanto ao espaço físico, a Proposta fala em adaptações, colocando como parâmetro uma área "desejável" de 130 metros quadrados (incluindo biblioteca e sala de projeções). Dentro de recursos humanos, "para o gerenciamento, será fundamental a alocação de um profissional com formação de coordenador pedagógico, professor com licenciatura plena ou bibliotecário". Os recursos financeiros serão providos pela caixa de custeio da escola, "os 5% das horas-atividade, a APM e outras alternativas". Observe-se que, há cerca de 20 anos, a Secretaria da Educação não abre concurso para contratar bibliotecário e, do quadro inicial, resta menos de uma dezena de profissionais.

R.B.B.D.- *Abordando-se especificamente a questão da informação na escola pública, qual a sua concepção de biblioteca escolar e como vê a atuação da mesma?*



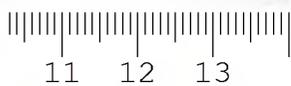
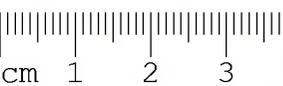
Luiz Patrício - Em uma sociedade que não distribui democraticamente os bens materiais e culturais, a biblioteca escolar tem como principal função a participação no processo educativo e cultural na escola. Ela deve integrar-se de forma dinâmica à escola, sendo capaz de oferecer informações que proporcionam atualização permanente em todas as áreas do conhecimento. É uma das mais importantes partes do Projeto Educacional CIC.

María Helena - Com a segurança de quem já pesquisou a biblioteca escolar, posso afirmar que, em alguma medida, as escolas contam com material bibliográfico de razoável qualidade, no Estado de São Paulo. O grande drama da biblioteca escolar foi e continua a ser a falta de recursos humanos habilitados e capazes, que escancarem as suas portas para toda a comunidade escolar e façam do seu espaço um efervescente laboratório de conhecimento para todos, e não apenas para “escolares”. Com raras exceções, a biblioteca escolar hoje ainda continua sendo uma “terra de ninguém”, acéfala, amorfa, inoperante. Lamentavelmente.

R.B.B.D.- *Como você vê a realidade da Biblioteca Escolar no Brasil?*

Luiz Patrício - Vivemos em um país com níveis altíssimos de analfabetismo. Com boa parte da população sem poder aquisitivo, o acesso aos meios de informação é mínimo. O MEC detecta que apenas 15% da população acima de 14 anos, com quatro anos de estudos e renda acima de 5 salários-mínimos tem acesso a livros. Existem dados dramáticos que, acredito, já devam ser do conhecimento de todos. A UNESCO estipula que para cada 15 mil habitantes de uma cidade deva corresponder uma biblioteca de 50 mil volumes (3 livros por habitante). A cidade de Campinas, por exemplo, com 1.250.000 habitantes, possui apenas 1.000.000 de livros em suas bibliotecas públicas, correspondendo a menos de um livro por habitante. Para as escolas, a UNESCO recomenda que cada unidade com mais de 200 alunos disponha, em sua biblioteca, de quantidade de livros correspondente a 10 por aluno. A rede pública do Estado de São Paulo dispõe, em média, de quase dois livros por aluno. Esse quadro se agrava mais quando consideramos a desatualização dos acervos, a falta de espaço, de mobiliários adequados e o pessoal sem qualificação e em número muito reduzido. As poucas bibliotecas escolares existentes, ou foram abandonadas, ou tiveram suas funções completamente distorcidas, transformando-se em “lugares esquecidos” onde apenas se depositavam alguns poucos livros. Com esse abandono, as bibliotecas públicas viram-se “obrigadas” a alterar seu papel, readaptando seu acervo e estreitando seu público-alvo. O que se observa, portanto, é que o aluno, para prover suas demandas, recorre a uma instituição desarticulada do processo educativo, que se ve, no mínimo, deslocada em suas funções e incapaz de dar apoio efetivo ao processo ensino-aprendizagem.

María Helena - Não saberia dizer. Pouca coisa se publica e, de perto, só conheço a biblioteca escolar do Estado de São Paulo. Minhas suposições não são muito otimistas a esse respeito.



R.B.B.D.- *De forma a garantir a implementação dos CICs, qual o perfil ideal do profissional para nele atuar?*

Luiz Patrício - O CIC, enquanto um Projeto Educacional, deve envolver todos os funcionários da escola e em especial os professores. Para tanto, o CIC terá um coordenador. A coordenação será exercida por professor da unidade, indicado por seu diretor. Ele terá as seguintes atribuições: auxiliar na elaboração do Plano Diretor da escola; elaborar, orientar e executar o programa de atividades do CIC durante o ano letivo; orientar e facilitar o acesso às informações disponíveis pela comunidade escolar. Como se trata de um profissional envolvido com o cotidiano da escola, o coordenador do CIC e sua equipe de apoio, estão aptos para interferir com sugestões de atividades integradas à prática pedagógica, relacionando conteúdos das diversas disciplinas, propondo atividades.

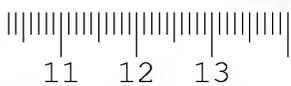
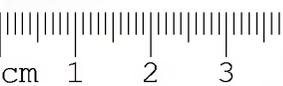
Maria Helena - Para garantir a implementação dos CICs, considero que é imprescindível a participação do bibliotecário, de preferência especializado, que esteja consciente da sua função de educador, além da de gerente da informação, com conhecimentos e atributos inerentes às especificidades de ambas as funções.

R.B.B.D.- *O Estado de São Paulo conta, hoje, com 8 cursos de graduação em Biblioteconomia. Dentro de uma proposta como a dos CICs, qual seria, a seu ver, a formação ideal a ser dada aos bibliotecários para atuarem nas bibliotecas das escolas-padrão e de que forma os cursos de Biblioteconomia poderim contribuir para a consecução de tal proposta?*

Luiz Patrício - Trata-se aqui de discutir uma política de informação para as escolas públicas, em um universo maior do que as Escolas-Padrão. Para tanto, será importante a inserção de certos temas nos currículos, não só das escolas de Biblioteconomia, mas também de outras que lidam com a informação. Algumas questões poderiam estar sendo discutidas, como a função da informação nos processos educacionais, o atendimento da demanda de um público infanto-juvenil desestimulado, a atuação sobre essa demanda, o resgate da importância da aquisição de informações através da leitura, etc. As escolas de Biblioteconomia poderiam propor cursos de extensão e capacitação de pessoal para CICs e bibliotecas escolares, bem como sugerir o cumprimento de estágios para seus alunos com o intuito de um reconhecimento da realidade das escolas públicas.

Maria Helena - A articulação entre os oito cursos de graduação em Biblioteconomia permite prever que somente uma especialização daria conta dessa questão, já que nossa formação básica não contém disciplinas voltadas para a Educação em geral. A meu ver, essa é a saída mais viável. O bibliotecário estaria refletindo sobre Educação, como um todo; conhecendo melhor o educando e a comunidade escolar; adquirindo informações sobre as especificidades educacionais; aprendendo sobre teorias, técnicas e materiais pedagógicos; discutindo legislação e currículo; revendo critérios e itens do acervo para poder adequar a sua nova praxis.

R.B.B.D.- *Em termos de Brasil, com realidades completamente heterogêneas, quais seriam, a seu ver, as diretrizes básicas e imprescindíveis para nortear uma Política*



Nacional de Informação em Escolas de 1º e 2º graus?

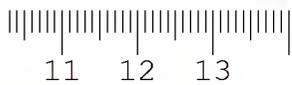
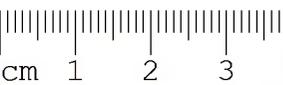
Luiz Patrício - Um ponto fundamental seria demonstrar o acesso a informação à comunidade, colocando à disposição das escolas acervos, revistas, periódicos, vídeos e outros materiais instrucionais diversificados e sempre atualizados. Outro ponto, seria a utilização de um sistema de telecomunicações e de uma rede automatizada que assegurasse um fluxo ágil de informações, proporcionando a transferência de produtos e padrões universais e regionais entre as diversas instituições e escolas envolvidas no plano.

Maria Helena - É uma questão complexa, pois cada brasileiro tem o seu próprio sistema educacional; nem como elocubração me permito arriscar uma perspectiva para o problema, sem maiores elementos.

R.B.B.D. - *Uma vez implantado o projeto das Escolas-Padrão, com os CICs, quais as perspectivas futuras e que sugestões você daria com vistas ao aperfeiçoamento do mesmo?*

Luiz Patrício - A criação e implantação das Escolas-Padrão vem responder às novas necessidades de uma Escola que se propõe a ser uma instituição que efetivamente se constitua em um local de difusão e construção do saber. Nesse sentido, face a todos os investimentos que vem sendo feitos nesse Projeto, as perspectivas futuras são de que tenhamos uma escola de melhor qualidade, capaz de oferecer condições aos professores de desenvolverem um trabalho eficiente, tendo como objetivo a formação de indivíduos mais aptos a desempenhar seu papel de forma crítica e produtiva. Com relação aos CICs, nossas sugestões para o aperfeiçoamento do Projeto prevêem: a formação efetiva de uma equipe de trabalho, com a incorporação de outros profissionais além do Coordenador; a implantação de um sistema de informatização entre os CICs e outras instituições afins; a consolidação de um programa de capacitação técnica contínua dos Coordenadores; a diversificação e constante atualização dos acervos e outros materiais instrucionais; a consolidação do CIC como um espaço dinamizador do processo ensino-aprendizagem e do ambiente cultural e o estabelecimento de mecanismos de orientação técnica e avaliação permanentes.

Maria Helena - Com a concretização dos CICs, fica-me uma certa angústia em relação à sua continuidade, à mercê das ingerências político-partidárias, tendo em vista a falta de uma política efetiva de informação, na Educação. Creio que os CICs só teriam sobrevivência garantida se atingissem a qualidade do atendimento às demandas informacionais e culturais de seus usuários, de tal forma que se tornassem irreversíveis, com o reconhecimento da sociedade. Porém, antes de mais nada é preciso que o discurso da Secretaria da Educação se sintonize com os documentos da FDE, ou vice-versa. Enquanto uma disser uma coisa e a outra publicar coisa diversa, o CIC não será inteiramente confiável, embora tenha potencial para se transformar no cerne da escola. O Conselho Regional de Biblioteconomia - 8ª Região e seus assessores têm oferecido planos e sugestões à Secretaria e à FDE, porque vêem falhas na Proposta; mas, mais do que isso, lutam pela qualidade do ensino e acreditam que o CIC ainda pode dar certo.



RESENHAS

BARITE, Mario. *Reformulación de tablas notacionales*. Montevideo: Ed. El Galeón, 1990, 35p. (Colección Ciencias de la Información, 1)

Em acervos gerais, notadamente em bibliotecas públicas de livre acesso, a CDD e a CDU continuam sendo instrumentos intensivamente utilizados, tanto no Brasil como na América Latina.

A despeito dos graves problemas que estes dois sistemas apresentam para o tratamento da informação — inflexibilidade (divisão rígida do conhecimento em 10 classes), pouco poder de síntese (amenizada na CDU) e baixa potencialidade para o controle de vocabulário — a continuidade de seu uso se deve à ausência de instrumentos enciclopédicos mais modernos e aos problemas econômicos supostamente desencadeados com sua possível substituição.

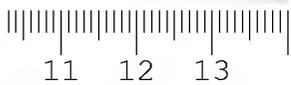
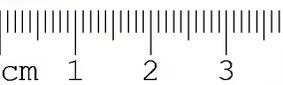
Não há dúvida, entretanto, que o sistema notacional dos dois instrumentos é razoavelmente eficiente, facilmente memorizável e de simples manipulação, salvo os problemas decorrentes da imposição da divisão decimal e dos exageros no tamanho dos números que são fruto de sucessivas subdivisões.

Entretanto, mesmo utilizado estritamente com fins de localização de documentos nas estantes, quaisquer modificações ao sistema devem ser feitas de forma criteriosa, particularmente no que se refere à sua atualização em contextos particulares.

Embora desaconselhados por ambos os sistemas, invariavelmente, todo bibliotecário realiza “domesticamente” suas modificações, buscando adaptar tais instrumentos às novas necessidades de cobertura informacional. Na maior parte dos casos elas são realizadas de forma empírica, face à ausência de metodologias para sua consecução.

Nesse sentido, vale destacar a propriedade do trabalho de Mário Barite, da “Escuela Universitaria de Bibliotecología de Montevideo”, que sugere procedimentos metodológicos para a modificação e adaptação dos dois sistemas.

Embora destaque as deficiências estruturais e rupturas lógicas da CDD e da CDU, o grau de dispersão dos assuntos, o pobre controle terminológico, e os “rasgos” enumerativos de tais instrumentos, o autor defende sua reformulação face ao seu uso intensivo e aos imperativos de ordem econômica colocados por alternativas mais drásticas de substituição dos sistemas.



Sua proposta consiste na apresentação de quatro procedimentos básicos de reformulação das tabelas notacionais; *expansão*, *atração*, *integração* e *combinação*, salientando que nenhuma delas é, em si, original e que algumas têm sido utilizadas ou aconselhadas pelo próprio sistema, sob distintas denominações.

Através da *expansão*, são incorporadas e especificadas novas características e novas facetas e subdivisões dos assuntos, quer elas sejam idealizadas pelo bibliotecário ("*extensão*"), tendo como fonte um código ou corpo sistemático de subdivisões externo ao sistema ("*extrapolação*") ou aproveitando subdivisões existentes no próprio sistema ("*intrapolação*").

Na *atração*, opera-se o agrupamento, num dado ponto do sistema, dos diversos aspectos relativos ao mesmo assunto que se encontram dispersos no esquema de classificação.

Já na *integração*, procedimento mais generalizado entre os profissionais de classificação, ocorre a ocupação de notações vagas do sistema por novos assuntos ou conceitos.

Na operação de *combinação*, como o próprio nome o diz, dois ou mais procedimentos anteriores são utilizados ao mesmo tempo: atração e extrapolação, integração e expansão etc.

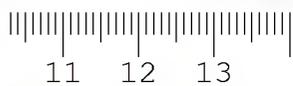
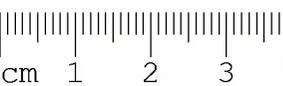
Sob cada gênero de modificação proposta o autor discute as implicações de sua adoção, indica procedimentos para a obtenção de notações consistentes e dá exemplos.

Quanto aos procedimentos de *expansão*, deve-se salientar a importância que o autor dá à explicitação do indicador de faceta para a compreensão da notação e suas subdivisões (o que nem sempre acontece nos próprios sistemas), bem como a necessidade de sua fundamentação nas teorias mais modernas de classificação.

O autor comenta, por outro lado que, a despeito do tom imperativo através do qual são interditas as operações de expansão (caso, principalmente, da CDD), os próprios sistemas adotam ou fornecem elementos para que procedimentos do gênero sejam realizados ("add notes", instruções para a formação de números por justaposição na CDD, uso de asterisco na tabela 1h para a especificação de assuntos através de notações alheias ao sistema, subdivisões paralelas, na CDU etc).

De todos os procedimentos sugeridos para a modificação do sistema, a "*atração*" é a que deve ser realizada com maior reserva. Como o próprio autor o afirma, sua prática generalizada implicaria uma completa alteração do sistema. Desse modo, a atração é indicada apenas para soluções locais na tabela, em função de necessidades específicas do contexto documentário.

Parece-nos difícil, entretanto, "*integrar*" novos conceitos ao sistema sem



render-se a ele. A sugestão do Prof. Barite é localizá-las “no setor ou campo de conhecimento que corresponda ‘naturalmente’ ao objetivo da integração” (p.28). Dessa forma, não há como escapar do âmbito restrito do sistema sem subsumir os novos assuntos ao antigo paradigma subjacente à divisão do conhecimento em dez classes. Isso compromete, por exemplo, a integração de assuntos interdisciplinares.

Para o autor, as operações de *integração* são as mais difíceis de realizar, sendo que a utilização desse procedimento pode ser comparada ao manuseio da “caixa de Pandora’ que siempre es mejor no tocar ni abrir” (p.30).

Tal comparação revela, como o próprio autor o indica, os limites da reformulação: reconhecidamente o procedimento mais necessário à atualização do sistema, a “*integração*” mostra-se desaconselhável face ao perigo que representa quanto à desestruturação do instrumento.

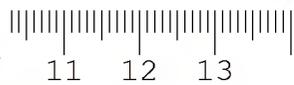
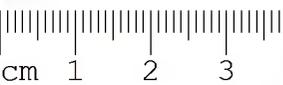
As sugestões de procedimentos para modificar as tabelas de classificação, entretanto, não são feitas sem duras críticas. O autor destaca, muito apropriadamente, que a “intocabilidade” dos esquemas, estimulada ao longo das décadas pelos seus responsáveis, faz coexistir uma postura ambivalente entre os classificadores: embora sacralizem os sistemas, eles experimentam, cotidianamente, a necessidade de suprimir, modificar ou criar novas notações para o atendimento às suas necessidades, “o que fazem com certo sentimento de culpa, e sem saber se estão atuando de modo correto” (p.9).

Vê-se, desse modo, que a importância da proposta do Prof. Barite reside na sua visão realista. Ao definir procedimentos metodológicos para a operacionalização de reformulações, ele contempla uma situação concreta com a qual se deparam os bibliotecários frente à contínua atualização do conhecimento e aos limites impostos pelos dois sistemas.

É um trabalho que deve passar a integrar a bibliografia de nossos cursos de Linguagens e Representação Documentárias, uma vez que fornece elementos para substituir operações empíricas por procedimentos metodológicos.

Marilda Lopes Ginez de Lara

Depto. de Biblioteconomia e Documentação da ECA-USP



SILVA, Ezequiel Theodoro da. *De olhos abertos: reflexões sobre o desenvolvimento da leitura no Brasil*. São Paulo : Ática, 1991. 128p.

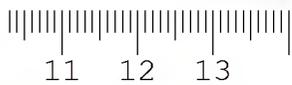
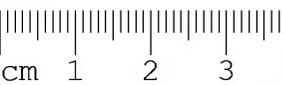
Inúmeros são os Congressos, Encontros, Ciclos de Estudos e Debates, Jornadas etc., em todas as áreas do conhecimento, promovidos e realizados anualmente. Num país como o Brasil, onde a literatura especializada em língua portuguesa, com exceções, é bastante escassa, aqueles eventos revestem-se de grande importância. Além dos contatos que a reunião de interessados num mesmo tema proporciona, as palestras, exposições e debates que se desenvolvem durante os trabalhos dos eventos permitem uma aproximação maior com os tópicos mais recentes, bem como uma atualização e participação nas reflexões emergentes da área em estudo. Muitos profissionais, obviamente de forma indevida, mantêm contato com sua especialização quase que exclusivamente através desses eventos.

Apesar da reconhecida importância das exposições apresentadas por palestrantes convidados, sua divulgação fica restrita aos eventos. Em alguns casos — poucos em relação ao que seria ideal — editam-se Anais, aglutinando as palestras numa única publicação de modo a permitir um alcance mais amplo dos trabalhos desenvolvidos. Quando isso não ocorre, os textos apresentados nos eventos, invariavelmente, ficam perdidos, impossibilitando o contato dos profissionais da área com as idéias e reflexões neles desencadeados.

Quando um novo livro é lançado, reunindo palestras, conferências e exposições de um especialista sobre um determinado tema, sem dúvida ele cobrirá uma lacuna provocada pela inexistência de Anais de vários eventos. Além disso, o fato de aglutinar textos enfocando uma área definida, facilita o trabalho do pesquisador e, principalmente, daqueles que se interessam pelo assunto em questão. Esse é o caso do livro "De olhos abertos", de Ezequiel Theodoro da Silva.

Conhecedor profundo da problemática da leitura, como atestam seus vários livros e artigos, além das inúmeras palestras proferidas em eventos para os quais é convidado, o autor reuniu várias delas, organizando-as em grandes tópicos a partir dos enfoques abordados: "Leitura da realidade e construção da utopia", "Leitura na escola: a inevitável mediação dos professores" e "Biblioteca escolar: um grito dissipado no ar".

Da própria Apresentação do livro, é possível extrair os objetivos que nortearam a publicação: "E que é o livro senão a possibilidade de ampliar o alcance das conversas, fazendo reverberar os seus enunciados por entre mais

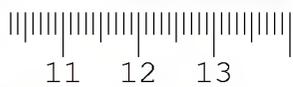
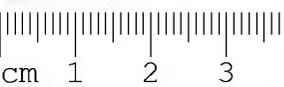


espaços e gentes? Há muita coisa — muita coisa mesmo — para se conversar sobre a promoção da leitura em nosso país, revelando e/ou reiterando contradições que há muito tempo reclamam por superação. Ressensibilizar retinas cansadas, massagear neurônios quase esclerosados, beliscar consciências moribundas e/ou até mesmo fazer respiração boca-a-boca em quem for preciso...”.

A primeira das grandes subdivisões focaliza, em quatro dos doze ensaios que compõem o livro, questões relacionadas ao estabelecimento de políticas para a formação de leitores. Um espaço é especificamente dedicado para enfatizar a importância da ALB — Associação de Leitura do Brasil —, da qual Ezequiel Theodoro é membro fundador. Os objetivos da Associação (“...atuar junto às pessoas ligadas ao mundo da leitura — principalmente professores e bibliotecários — e de lutar pela democratização da leitura no território nacional”) podem ser comparados aos interesses do autor de “De olhos abertos”, evidenciados ao longo de seus escritos. Corroborando isso, convém lembrar que o autor foi o idealizador dos Congressos de Leitura do Brasil (COLEs), hoje já reconhecidos e fazendo parte do calendário de eventos da área de Leitura no Brasil.

A importância dos professores no ensino da leitura é o enfoque primordial da subdivisão “Leitura na Escola: a inevitável mediação dos professores”. A relação entre professor e leitura é abordada em vários trechos dos ensaios que compõem o livro e apresentada como um vínculo quase indissociável, a ponto de, num determinado momento, ser possível encontrar uma comparação do professor com o livro: “No fundo, a figura do professor — em termos físicos, cognitivos e/ou existenciais — se apresenta ao discente como linguagem ou como texto complexo, a ser desvelado e conhecido em sucessivos encontros. Um texto que carrega consigo práticas, histórias, experiências, normas, disciplinas, valores etc. e, mais do que tudo, um texto que, uma vez fruído, pode significar uma possibilidade de maior compreensão dos fatos da vida, no horizonte da convivência social e, por que não dizer, de uma sobrevivência mais digna na sociedade. Daí, talvez, a velha definição do ‘pedagogo’ como aquele que conduz as pessoas ao saber, colocando-se como um mediador dos processos de aprendizagem”.

Alertando o leitor para a existência de “...manobras políticas e preconceitos sociais de diferentes tipos e origens, que tentam, hoje em dia, diminuir e até mesmo denegrir a importância do professor na condução e direção do processo pedagógico”, Ezequiel Theodoro defende a valorização do professor, afirmando que nada substitui “...a palavra do professor, sua presença, seu exemplo, seu conhecimento e seu testemunho nos momentos das práticas educativas”. Apesar desse posicionamento, ou por causa desse posicionamento, o autor considera importante evidenciar problemas encontrados normalmente nos trabalhos desenvolvidos pelos professores com relação à leitura: a falta da prática desta, por aqueles. “O desprazer pela leitura não atinge somente os alunos de nossas escolas: os próprios professores, com raras exceções, não apresentam o hábito de ler, devido a lacunas no trajeto de sua formação profissional e/ou a restrições de



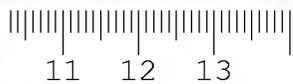
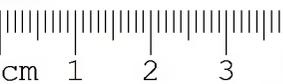
acesso ao livro.” É necessário ressaltar os aspectos negativos dos trabalhos dos professores, promovendo o debate sobre eles, com o intuito de, com um número maior de pessoas refletindo sobre o assunto e com a problemática exposta e não escamoteada, procurar soluções para resolver ou minimizar seus efeitos.

A terceira grande subdivisão do livro (Biblioteca escolar: um grnto dissipado no ar), apresenta discussões sobre a participação do bibliotecário na educação dos leitores. As bibliotecas escolares no Brasil são poucas, demonstrando o descaso das autoridades para com elas. No entanto, o autor, mais de uma vez, insiste em que, tanto professores como bibliotecários, não devem, passivamente, aguardar que as soluções para os problemas educacionais brasileiros venham de cima, do governo, entendido por aqueles profissionais como o único responsável pelas decisões e ações políticas nesse campo. Essa atitude de isenção, de se colocar ao largo das responsabilidades, parece justificar, satisfatoriamente, tanto a professores como a bibliotecários, a postura passiva com que enfrentam as questões vinculadas ao campo educacional.

O profissional bibliotecário é sabidamente desconsiderado e relegado a um plano secundário na maioria dos textos que abordam a leitura. Sua participação nessa área parece ser entendida, não como parceria, mas como apoio dispensável ou sem valor. Ezequiel Theodoro, no entanto, a exemplo da postura já mencionada em relação ao professor, procura valorizar o trabalho e a atuação do bibliotecário, entendendo-o também como mediador da leitura. Porém, isso não o impede de ser crítico perante a vários aspectos do trabalho do bibliotecário. Exemplo disso pode ser encontrado no início do ensaio “Bibliotecas públicas e escolares face à estrutura e conjuntura nacionais”, onde tece críticas contundentes à “... mentalidade retrógrada de um grande número de bibliotecários...”.

“De olhos abertos” com certeza possibilitará a ampliação dos debates sobre a leitura no Brasil, permitindo a participação de um número maior de debatedores, já que os ensaios que o constituem exigem uma postura do leitor frente as questões abordadas. Essa é, certamente, uma das propostas básicas do livro, podendo ser detectada na sua própria estrutura: após alguns dos ensaios, o autor incluiu as perguntas, com as respectivas respostas, formuladas pelos participantes dos eventos em que tais ensaios foram originalmente apresentados.

Marta Lígia Pomim Valentim
Presidente da APB; FATEMA



LIBRARY TRENDS. Electronic information for the humanities. Champaign: Graduate School of Library and Information Science/University of Illinois, v.40, n.4, Spring 1992. 256p.

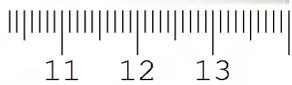
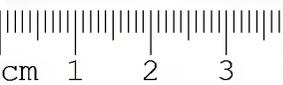
“Os humanistas formam um grupo tradicional, reconhecidamente resistente à idéia de utilizar computadores em seu trabalho. Os humanistas jamais permitirão que suas disciplinas sejam arrebatadas por parafernálias tecnológicas, que são incapazes de distinguir Homer (Homero) de Homer Simpson. Os humanistas não permitirão que obras célebres das ciências humanas, o fundamento de seu trabalho, sejam convertidas em efêmeros *bits e bytes*”.

Folclore? Nem tanto. Ainda que em tom caricatural, as afirmações de Mark Stover, editor deste fascículo de *Library Trends*, dedicado ao tema “Electronic information for the humanities”, servem para ilustrar o fenômeno social da resistência e da mudança. Entre um extremo e outro, a questão central em pauta é, mais uma vez, as novas tecnologias ou **informação eletrônica**. O tema não é novo. Ao contrário, tem povoado milhares de páginas, destrinchado sob todos os seus aspectos. Inclusive pelos humanistas.

O que atrai neste volume não é a questão das técnicas em si, mas sua aplicação nas ciências humanas, em geral pouco divulgada e discutida. Está aí justamente o seu interesse. Segundo Mark Stover, somente na década de 1980 os humanistas começaram a reconhecer mais amplamente as incríveis potencialidades da informação eletrônica, graças ao advento dos computadores pessoais e do CD-ROM. A criação do Center for Electronic Texts in the Humanities, pelas universidades de Princeton e Rutgers, revela a dimensão que essa atividade alcança nos Estados Unidos.

O objetivo deste número de *Library Trends* é discutir como os especialistas das ciências humanas e os bibliotecários trabalham em conjunto (ou não) no mundo da informação eletrônica. Os artigos enfocam a questão da informação eletrônica propriamente, e o papel da biblioteca em propiciar o acesso à informação. Abrindo o volume, “Between the visionaries and the luddites”, de E. Shreeves, aborda o desenvolvimento de coleções e os recursos eletrônicos, os critérios de seleção e as mudanças provocadas pelo uso do computador na pesquisa.

Mara Saule, em seu “User instruction issues for databases in the humanities”, analisa as atitudes dos humanistas frente à tecnologia, e as formas de treinamento mais adequadas para esses usuários. Em “Hypertext, hypermedia and the humanities”, Erwin Welsch discute as aplicações dos hipersistemas nas ciências humanas, descrevendo projetos, tendências e técnicas. “Electronic journals in the



humanities”, de Michael Stoller, um dos mais interessantes artigos do volume, oferece uma visão geral sobre a imprensa eletrônica, que se tornou viável a partir da implantação de redes de computadores, e descreve alguns periódicos eletrônicos produzidos nos Estados Unidos.

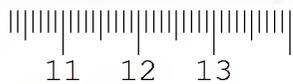
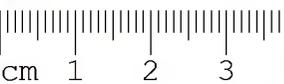
Os trabalhos seguintes dedicam-se a examinar algumas disciplinas das ciências humanas: “Historians, books, computers and the library”, de M. Gilmore e D. Case, trata da natureza da pesquisa histórica e a influência dos meios eletrônicos nessa atividade. Traz também informações sobre *electronic journals* na área de história. Mark Stover, em “Religious studies and electronic information”, descreve os recursos automatizados em religião, campo em que as aplicações eletrônicas têm se multiplicado. Já os bancos de textos eletrônicos são discutidos por Anita Lowry em “Electronic texts in English and American literature”, com destaque para as edições de Shakespeare. A área de lingüística é tema de B. Oshika e S. Krausse em “Electronic databases for linguistic and language research”. “Navigator, mapmaker, stargazer”, de M. Reed, trata das fontes eletrônicas em história da arte. Por sua vez, música é o assunto de M. Duggan, em “Electronic information and applications in musicology and music theory”.

Finalmente, James Sweetland, em “Humanists, libraries, electronic publishing, and the future”, discute o impacto provocado pela tecnologia e as novas relações que se estabelecem entre as ciências humanas e a biblioteca. Alguns aspectos característicos da área são apontados como determinantes no uso dos meios eletrônicos: desde os parcos recursos financeiros até a necessidade de coleções retrospectivas.

Bibliotecários que trabalham com documentação na área de humanas e professores de biblioteconomia encontrarão neste volume — que pode ser consultado na Biblioteca da ECA/USP — informações e discussões importantes para o desenvolvimento de suas próprias atividades e formação. Muitos artigos interessarão também aos próprios humanistas, pela oportunidade de conhecer novos instrumentos para o seu trabalho. Sweetland termina seu artigo, que também encerra o volume, lembrando a quinta lei de Ranganathan: “A biblioteca é um organismo em crescimento”. Aos bibliotecários resta crescer junto.

Irati Antonio

Consultora e aluna de pós-graduação da ECA/USP



NOTÍCIAS

EVENTOS NACIONAIS

• V SEMINÁRIO SOBRE AUTOMAÇÃO EM BIBLIOTECAS E CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO

Data: 19 a 22 de julho de 1994

Local: Auditório Central da UNIVAP - São José dos Campos

Realização: INPE

Informações: INPE - Setor de Eventos - Tel.: (0123) 41.8977 r.202/203
Caixa Postal 515 - CEP: 12227-010 - São José dos Campos - SP

• II CICLO DE MARKETING E PUBLICIDADE

Data: 20 a 22 de outubro de 1994

Local: Campinas - SP

Realização: Associação Paulista de Bibliotecários e PUCAMP
Deptº de Pós-Graduação em Biblioteconomia

Informações: APB - Fone/Fax: (011) 285.3831
Rua Maestro Cardim, 94 - São Paulo - SP

EVENTOS INTERNACIONAIS

• AMERICAN ASSOCIATION OF LAW LIBRARIES - CONVENTION

Data: 9 a 14 de julho de 1994

Local: Seattle - Estados Unidos

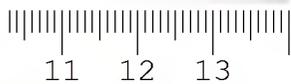
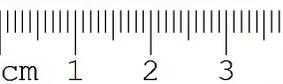
Informações: Judith Genesen
Suite 940
53 W Jackson Blvd
Chicago, Il. 60604 USA
Tel.: (312) 939.4765

• AMERICAN ASSOCIATION OF SCHOOL LIBRARIANS - CONVENTION

Data: 09 a 14 de julho de 1994

Local: Miami - Estados Unidos

Informações: American Library Association
Barbara Macikas
50 E. Huron Street
Chicago, IL 60611 USA
Tel.: (312) 944.6780



• **INTERNATIONAL ASSOCIATION OF MUSIC LIBRARIES ARCHIVES AND DOCUMENTATION CENTRES**

Data: 17 a 22 de julho de 1994

Local: Ottawa - Canadá

Informações: Carleton University

Ms. A. Hall

The University Library

Ottawa, ONT Canada K1S 5B6

• **LIBRARY SERVICE TO CHILDREN ASSOCIATION - CONVENTION**

Data: 25 a 30 de julho de 1994

Local: Miami - Estados Unidos

Informações: Susan Roman

50 East Huron Street

Chicago, IL 60611 USA

Tel.: (312) 944.6780

• **THE IFLA 1994 CONFERENCE**

Data: 21 a 28 de Agosto de 1994

Local: Havana, Cuba

Informações: IFLA - Mr. Leo Voogt

P.O. Box 95312

2509 CH The Hague Netherlands

Tel.: (31 70) 314.0884

Fax.: (31 70) 383.4827

• **INTERMEDIA EUROPE - EUROPEAN CONFERENCE & EXHIBITION ON MULTIMEDIA AND CD-ROM**

Data: Setembro de 1994

Local: Wiesbaden - Alemanha

Informações: Read Exhibition Companies

Jackie Leahy

Heerdter Sandberg 32

D-4000 Dusseldorf 11 Germany

Tel.: (0211) 55 62 81

Fax.: (0211) 55 62 31

• **AMERICAN ARCHIVISTS SOCIETY - CONVENTION**

Data: Setembro de 1994

Local: Indianápolis - Estados Unidos

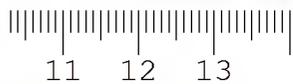
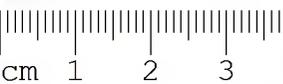
Informações: Debra S. Mills

Suite 504

600 S Federal

Chicago, IL 60605 USA

Tel.: (312) 922.0140



• **SAISIS - South Africa Institute for Library and Information Science Conference**

Data: Setembro de 1994
Local: Johannesburg - África do Sul
Informações: UPE Library
Mr. D. W. Fokker
P.O. Box X6058
Port Elizabeth 6000 South Africa
Tel.: (041) 504.2281
Fax.: (041) 504.2280

• **LIBRARY ASSOCIATION NY - CONVENTION**

Data: Outubro de 1994
Local: Syracuse - Estados Unidos
Informações: Library Association NY
Susan Keitel
252 Hudson Avenue
Albany, NY 12210 USA
Tel.: (518) 432.6952

• **47th CONFERENCE AND CONGRESS OF THE INTERNATIONAL FEDERATION FOR INFORMATION AND DOCUMENTATION FID - Finding New Values and Uses of Information**

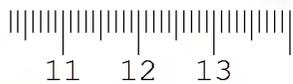
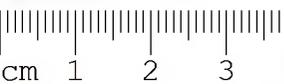
Data: 2 a 9 de outubro de 1994
Local: Tokyo - Japão
Informações: FID
Mr. B. Goedegebuure
P.O. Box 90402
2509 LK The Hague Netherlands
Tel.: (31 70) 316.0671
Fax.: (31 70) 314.0667

• **BOOK & LIBRARY - 10th. INTERNATIONAL BOOK FAIR & CONFERENCE**

Data: 26 a 30 de outubro de 1994
Local: Gothenburg - Suíça
Informações: Svenska Massan
P.O. Box 5222
S-402 24 Gothenburg
Tel.: (031) 109 100 Sweden

• **ASSOCIATION OF ACADEMIC HEALTH SCIENCES LIBRARY DIRECTORS CONVENTION**

Data: 29 de outubro a 02 de novembro de 1994
Local: Boston - Estados Unidos
Informações: Jesse H. Jones Library
Sandra Wilson
1133 M.D. Anderson Blvd.
Houston, TX 77030 USA
Tel.: (713) 190.7060



III ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENEBCI)

RELATÓRIO

1 Apresentação

A Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD) promoveu em São Paulo-SP (Instituto Padre Kentenick - Pico do Jaraguá) nos dias 19, 20 e 21 de agosto de 1992, o III ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENEBCI), com o tema: "O educador em Biblioteconomia".

Dando continuidade às discussões realizadas no I e no II ENEBCI pretendeu-se, nessa oportunidade, analisar a figura do docente dos cursos de graduação em Biblioteconomia: seu perfil, sua atuação enquanto educador, sua capacitação e, em conseqüência, sua praxis pedagógica.

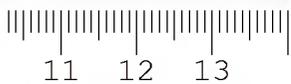
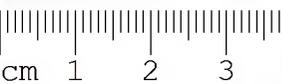
Dessa forma, uma análise mais aprofundada da questão visou a contribuir para o desenvolvimento dos estudos curriculares, de forma a que as alterações para a reformulação do currículo mínimo levem em conta não apenas os conteúdos programáticos mas, e principalmente, os objetivos a serem atingidos, dentro de uma efetiva política educacional para a área.

O evento iniciou-se com a palestra do Professor Doutor Antonio Cesar Perri de Carvalho, Magnífico Pró-Reitor de Graduação da UNESP, a respeito da "Universidade pública e o apoio ao ensino de graduação", apresentando experiências levadas a efeito no âmbito daquela Universidade, como a implementação dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e do Grupo de Estudos sobre Desenvolvimento do Ensino na UNESP (GEDEU).

Em seguida, a Prof^a Dr^a Menga Ludke (UFF) discorreu sobre o educador e sua função, aliando pesquisa e prática. Pretendeu-se, dessa forma, propiciar a reflexão sobre o "quem somos" e o "para que viemos".

A mesa redonda "Capacitação docente em Biblioteconomia" contou com a participação da Prof^a Dr^a Dinah Aguiar Poblacion (Presidente da ANCIB), discorrendo a respeito dos cursos de pós-graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação existentes no país e suas linha de pesquisa, e da Prof^a Elizabeth Márcia Martucci (Diretora da EBDSC), fazendo uma análise do Cadastro de Docentes da ABEBD, como subsídio ao delineamento de um perfil do docente de Biblioteconomia brasileiro.

Após o jantar, foi apresentado o vídeo "Planejamento e currículo", referente a uma palestra proferida pela Prof^a Dr^a Regina Leite Garcia (UFF) e, em seguida, a Prof^a. Itacy Salgado Basso, do Dept^o de Didática da UNESP e com larga experiência de ensino em Biblioteconomia na EBDSC, coordenou um debate sobre o currículo



em um contexto global de planejamento, sempre inserido em uma política educacional bem definida.

O dia 20 de agosto foi destinado a duas atividades básicas.

Pela manhã, a Prof^a Cléa Dubeux Pinto Pimentel, ex-presidente da ABEBD, promotora do I ENEBCI e educadora de larga experiência, ministrou o minicurso: "O professor de Biblioteconomia em sala de aula", como subsídio à reflexão sobre a prática pedagógica na área.

O período da tarde foi destinado à dinâmica de três grupos: "Capacitação docente", "Práticas pedagógicas" e "Currículo", como decorrência das palestras, dos debates e da mesa-redonda, visando à identificação das diferentes realidades educacionais do país, e à apresentação de propostas para o delineamento de uma política educacional para a área.

Em seu último dia, o evento contou com a presença da Prof^a Dr^a Selma Garrido Pimenta (USP), que proferiu palestra sobre "Currículo e sua estruturação", como decorrência dos aspectos anteriormente abordados.

Contando ainda com a contribuição das Professoras Nair Yumiko Kobashi (ECA-USP), Itália Falceta da Silveira e Jussara Pereira Santos (UFRGS), tratando de questões como a capacitação docente e a reformulação curricular, o evento teve suas discussões em muito enriquecidas.

Ao final, os grupos chegaram a conclusões que, na condição de propostas, foram discutidas em Plenário, visando à apresentação de recomendações.

Como se pode perceber, o intuito da ABEBD, com o evento, foi propiciar aos docentes uma visão global da situação do ensino de Biblioteconomia no país e, principalmente, uma reflexão sobre possíveis alternativas para o desenvolvimento de uma política educacional para a área.

Nesse sentido, a participação efetiva de 50 docentes de 26 das 30 escolas do país foi de fundamental importância.

Esperando que o III ENEBCI tenha se constituído, a exemplo dos anteriores, em um efetivo fórum de debates da situação educacional em Biblioteconomia, trazendo contribuições as 30 escolas do país, a ABEBD se coloca ao inteiro dispor da comunidade educacional de Biblioteconomia e Ciência da Informação para, em outras oportunidades, continuar a realização de eventos do gênero, visando a propiciar a troca de experiências e a reflexão sobre o ensino na área.

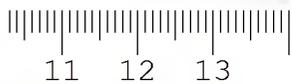
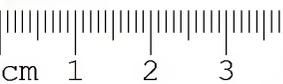
2 Programação do Evento

19/08 (4^a feira)

14:00h Sessão de Abertura

14:20h Palestra: **A Universidade pública e o apoio ao ensino de graduação** (Prof.Dr. Antonio Cesar Perri de Carvalho - UNESP)

15:00h Palestra: **A função social do educador** (Prof^a Dr^a Menga Ludke - UFF/PUC-RJ)



15:45h Debates

16:30h Mesa redonda: **Capacitação docente em Biblioteconomia** no Brasil (Prof^a Dr^a Dinah Aguiar Población - ANCIB e Prof^a Elizabeth Márcia Martucci - EBDSC)

17:40h Debates

19:00h Jantar

20:00h Apresentação do vídeo: **Planejamento e currículo** (Profa Regina Leite Garcia - UFF)

20:50h Debates (Coordenação: Prof^a Itacy Salgado Basso - UNESP)

20/08 (5^a feira)

8:00h Mini-curso: **O professor de Biblioteconomia em sala de aula**

3:00h Almoço

15:00h Dinâmica de grupo (Coord.geral: Prof.Oswaldo Francisco de Almeida Junior (ABEBD)

A - **Capacitação docente** (Coord.: Prof^a Plácida Costa Santos - ABEBD)

B - Prática pedagógica (Coord.: Prof^a. Cléa Dubeux Pinto Pimentel)

C - Currículo (Coord.: Prof^a Maria Augusta Nóbrega Cesarino - UFMG)

19:00h Jantar

21/08 (6^afeira)

8:30h Palestra: **Currículo: aspectos de sua estruturação** (Prof^a Dr^a Selma Garrido Pimenta - USP)

9:20h Debates

10:00h Apresentação dos relatórios pelos coordenadores dos grupos

11:00h Recomendações do evento

11:30h Sessão de Encerramento

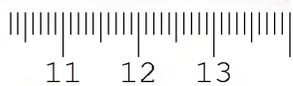
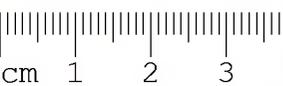
3. Mini-Curso: **O professor de Biblioteconomia em sala de aula**

Professor: Cléa Dubeux Pinto Pimentel (Informar Ltda.)

Objetivos: Auxiliar docentes de Biblioteconomia no seu desempenho em sala de aula, visando a oferecer-lhes uma fundamentação técnica e a propiciar uma visão crítica do processo de ensino/aprendizagem

Conteúdo Programático:

- . Ensino e aprendizagem: o papel do professor
- . Como elaborar um plano de ensino: de disciplina e de unidade
- . Como preparar objetivos de um plano de ensino: características
- . Conteúdos da disciplina: escolha e definição
- . Estratégias de aprendizagem
- . Processo de avaliação: técnicas a serem utilizadas no processo



Relação professor-aluno: sugestões para aperfeiçoar o desempenho do professor em sala de aula

O monitor: sua função em sala de aula

4 Recomendações do Evento

4.1 Capacitação Docente

a) que os cursos de Biblioteconomia do país discutam efetivamente a questão da capacitação pedagógica, propondo programas institucionais nesse sentido;

b) que os processos seletivos para ingresso de docentes nos cursos de Biblioteconomia priorizem o desempenho pedagógico dos candidatos;

c) que sejam desenvolvidos cursos de metodologia de ensino para professores de Biblioteconomia;

d) que a ABEBD atue como ponto de referência para o intercâmbio de professores e de experiências docentes em geral;

e) que nos próximos encontros a questão da capacitação docente seja discutida por áreas de especialidade;

f) que sejam feitas gestões junto ao IBICT visando à revitalização dos cursos de atualização;

g) que as escolas de Biblioteconomia incentivem seus docentes a cursarem disciplinas de caráter pedagógico nos cursos de pós-graduação;

h) que a capacitação pedagógica e a titulação sejam considerados elos indissociáveis na capacitação docente;

i) que os cursos de pós-graduação sejam encarados enquanto instrumentos que facilitam o processo de aquisição do conhecimento, este fundamental à capacitação docente;

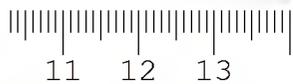
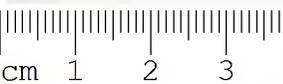
j) que as escolas de Biblioteconomia se reúnam em uma política efetiva de capacitação, sensibilizando seus docentes quanto à importância de cursarem pós-graduação.

4.2 Práticas Pedagógicas

a) que estudos de mercado de trabalho sirvam como um dos elementos balizadores da adaptação dos conteúdos curriculares a realidades emergentes;

b) que os cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação ofereçam treinamento em práticas pedagógicas que possam auxiliar na superação das dificuldades até então apresentadas;

c) que seja feito um estudo sobre a viabilidade de criação de um boletim



técnico-informativo sobre temas pedagógicos;

d) que a prática pedagógica seja entendida não apenas como o conjunto de metodologias ou técnicas aplicadas ao ensino, mas, sobretudo, como o resultado de uma postura política do professor de Biblioteconomia enquanto educador.

4.3 Currículo

a) que os currículos não se pautem unicamente no mercado de trabalho, mas se preocupem em possibilitar que o futuro profissional seja capaz de transferir os conhecimentos adquiridos para a solução de questões novas, próprias de outro momento histórico;

b) que o currículo mínimo de Biblioteconomia seja encarado não como uma “camisa de força”, mas como instrumento que permite grande flexibilidade na elaboração dos diferentes currículos plenos;

c) que a qualidade do ensino seja entendida não mais como decorrência do currículo mínimo, mas como fruto da concepção de ensino subjacente ao conjunto de docentes de cada instituição;

d) que sejam promovidas, com maior frequência, reuniões sobre currículo, por área ou matéria, objetivando-se o amadurecimento de questões curriculares;

e) que se defina o porquê de cada disciplina estar inserida no currículo e de que forma esta contribuirá para que se atinjam os objetivos almejados;

f) que os projetos político-pedagógicos dos cursos sejam fruto de uma ampla discussão entre escola e sociedade;

g) que os projetos político-pedagógicos dos cursos sejam ainda a diretriz para as políticas de estágio e de distribuição de carga horária entre as matérias de fundamentação geral e da parte profissional dos currículos plenos;

h) que os cursos de Biblioteconomia busquem a definição de um perfil de profissional que possa nortear sua estrutura curricular;

i) que os cursos de Biblioteconomia promovam troca de experiência e de orientações quanto ao estágio curricular.

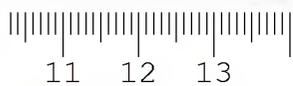
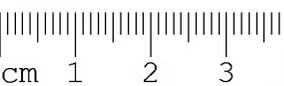
4.4 Recomendações Gerais

a) que sejam desenvolvidos perfis visando a caracterização dos profissionais necessários a realidade atual, dentro de uma perspectiva político-pedagógica;

b) que tais perfis sejam elaborados institucionalmente e discutidos regionalmente;

c) que sejam mantidos e incentivados os grupos regionais de estudos curriculares da ABEBD;

d) que sejam realizadas reuniões de professores por áreas do currículo, em trabalhos de grupos regionais e com discussão em nível nacional;



e) que sejam desenvolvidos Boletins Técnicos de práticas pedagógicas;

f) que a realização dos eventos da ABEBD seja pautada na avaliação dos eventos anteriores, com realização de reuniões prévias com os coordenadores dos grupos regionais.

Ao final do evento, discutiu-se a questão dos quatro grupos regionais de estudos curriculares, sendo eleitos por aclamação os seguintes coordenadores:

Grupo Norte-Nordeste (UFAM, UFPA, UFMA, UFCE, UFPB, UFPE, UFBA e Fac. Tiradentes): Prof^a Anna Maria Ferracin (UFPE)

Grupo Centro (UNB, UFGO, UFMG, EFES, UFF, UNIRIO, USU e Fac. de Formiga): Prof^a Maria Augusta Nóbrega Cesarino

Grupo São Paulo (USP, UNESP, EBDSC, PUCCAMP, FATEA-Sto. André, FATEA-Lorena, FBD-FESP e FATEMA): Prof^a Dr^a Dinah Aguiar Población (USP)

Grupo Sul (UFRGS, FURG, UFSC, UDESC, UFPR e UEL): Prof^a Jussara Pereira Santos

5. Relação de Participantes

Adélia Monteiro Barbosa (Universidade Federal de Goiás)

Agda Vaz Tonelli Menezes (Escola de Biblioteconomia de Formiga)

Ana Maria Ferracin (Universidade Federal de Pernambuco)

Ana Maria de Sá Carvalho (Universidade Federal do Ceará)

Cecília dos Santos Nahuz (Universidade Federal do Maranhão)

Cecília Lícia Silveira R.M. Fabiano (Universidade Federal do Paraná)

Cláa Dubeux Pinto Pimental (Informar Ltda.)

Dinah Aguiar Población (Universidade de São Paulo / ANCIB)

Edilze Bonavita Martins Mendes (PUCCAMP)

Elizabeth Márcia Martucci (Esc.de Bibl. e Doc. de São Carlos)

Esther Hermes Luck (Universidade Federal Fluminense)

Evanda A. Verri Paulino (Fac. de Bibl. e Doc. Maria Antonieta Ferraz)

Gilda Ieda Sento Sé de Carvalho (Universidade Federal da Bahia)

Ida Regina Chitto Stumpf (Conselho Federal de Biblioteconomia)

Ihelma Maria de Souza Almeida (Universidade Federal do Maranhão)

Itália Maria Falcetta da Silveira (Univ. Fed. do Rio Grande do Sul)

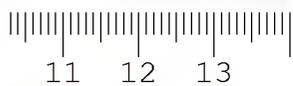
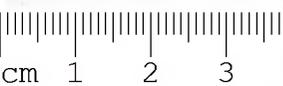
Joana Rita Vilas-Boas Mualem (Universidade Federal do Maranhão)

João Bosco Rodrigues de Oliveira (Fac. Teresa D'Ávila - Santo André)

José Augusto Chaves Guimarães (Univ. Estadual Paulista / ABEBD)

Jose Vanderley Gouveia (Universidade Federal de Goiás)

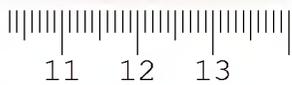
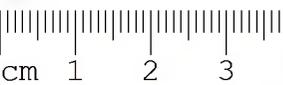
Julia Eliana Taborda de Figueiredo (Universidade do Rio de Janeiro)



Jussara Pereira Santos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Licéia Cianca Fortes (Universidade Estadual de Londrina)
Lúcia de Fátima Vieira da Silva (Fac. de Biblioteconomia de Formiga)
Luciene Damico Agarez (Universidade do Rio de Janeiro)
Mara Eliana Fonseca Rodrigues (Universidade Federal Fluminense)
Maria Augusta Nóbrega Cesarino (Univ. Federal de Minas Gerais)
Maria Cecília Vilani Purquério (Esc. de Bibl. e Doc. de São Carlos)
Maria Celina Maciel Neves (Universidade Federal do Pará)
Maria Christina de Almeida Nogueira (Esc.de Bibl.e Doc.de S.Carlos)
Maria da Graça de Faria Moura (Universidade Federal do Maranhão)
Maria da Paz Lins Rodrigues (Universidade Federal do Maranhão)
Maria de Lurdes Bertachini (Universidade Estadual Paulista / ABEED)
Maria Edith Giusti Serra (Fac.de Bibl Maria Antonieta Ferraz / ABEED)
Maria Helena Toledo Costa de Barros (Universidade Estadual Paulista)
Maria José Moreira (Universidade do Rio de Janeiro)
Nair Yumiko Kobashi (Universidade de São Paulo)
Neide de Oliveira Mota (Univ.para o Desenvolvimento de Sta Catarina)
Osmar Arouck Ferreira (Universidade Federal do Pará)
Oswaldo Francisco de Almeida Jr (Universidade de São Paulo / ABEED)
Paulo Tarcísio Mayrink (Universidade Estadual Paulista)
Plácida L.V.A. da Costa Santos (Univ. Estadual Paulista / ABEED)
Raimundo Martins de Lima (Fundação Universidade do Amazonas)
Rildecio Madeiros (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
Rosa Maria V.de Souza Brito (Fac.de Bibl.Maria Antonieta Ferraz)
Rosaelena Scarpeline (Faculdade de Biblioteconomia "Tereza Martin")
Vânia Lando de Carvalho (PUCCAMP)
Virgínia da Silva Christie (Fundação Universidade de Rio Grande)
Waldomiro Castro Santos Vergueiro (Universidade de São Paulo)

Marília, Setembro de 1992

José Augusto Chaves Guimarães
Presidente da ABEED



GUIA AOS COLABORADORES

OBJETIVOS

A Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (RBBB), órgão oficial da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), destina-se à publicação de trabalhos resultantes de pesquisa acadêmica ou baseados na prática profissional, vinculados ao universo dos Sistemas de Informação e seus vários processos. Desse modo, a RBBB aceita para publicação trabalhos desenvolvidos no âmbito da Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação e domínios afins.

NORMAS EDITORIAIS.

1. Todos os artigos encaminhados à Redação serão submetidos ao julgamento de pelo menos dois referees, os quais decidirão sobre sua publicação. Os trabalhos não aceitos serão devolvidos, acompanhados dos pareceres, sob anonimato, emitidos pelos avaliadores.

2. Os trabalhos enviados devem ser inéditos e destinar-se exclusivamente à RBBB, não sendo permitida sua publicação simultânea em outro periódico.

3. A direção da RBBB reserva-se o direito de incluir, em casos especiais, artigos publicados em revistas de outras áreas e em Anais de Congressos. Os trabalhos aceitos e publicados tornam-se propriedade da RBBB, podendo ser reimpressos, total ou parcialmente, desde que seja obtida autorização expressa da direção da RBBB.

4. A aceitação da matéria para publicação na RBBB não poderá ser interpretada como prova de acordo ou aceitação, por parte dos membros do Corpo Editorial, Conselho Editorial e da Diretoria da FEBAB, das opiniões dos autores, os quais são os únicos responsáveis por suas afirmações.

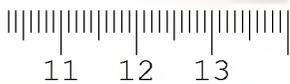
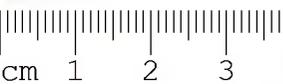
5. Os trabalhos enviados serão classificados dentro dentro das seguintes categorias:

. Artigos: textos de até 25 páginas, contendo análise, reflexão e conclusão sobre temas acadêmicos ou profissionais.

. Comunicações de pesquisa: textos de até 20 páginas que contenham: objetivo, metodologia, análise dos resultados e conclusões.

. Relatos de experiências: textos de até 15 páginas que descrevam atividades de interesse para a Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, realizadas no âmbito de instituições públicas ou privadas.

. Documentos: textos de circulação limitada, como relatórios, documentos finais de eventos, etc.



. Resenhas: análises críticas de livros, teses e dissertações, publicadas recentemente.

A RBBB tem interesse igualmente em publicar textos com fins didáticos, traduções e revisões de uma área ou assunto.

6. Os autores receberão dois exemplares do fascículo da revista.

APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS.

Todas as colaborações deverão ser encaminhadas em duas vias datilografadas (entrelinhamento duplo, laudas de 20 linhas, com 70 batidas).

Devem conter, igualmente, resumos em português e em inglês, de aproximadamente 200 palavras, em lauda separada. Ao final de cada resumo, apresentar as palavras-chave que representem o conteúdo do trabalho. A referência bibliográfica deverá ser feita de acordo com as normas ABNT:NBR60023/89. Pede-se igualmente, que o título seja acompanhado de sua tradução para o inglês.

Tendo em vista o processo de avaliação, feito sob anonimato, pede-se a apresentação de página de rosto, à parte, contendo título do trabalho, nome completo do autor, minicurrículo e endereço.

Os trabalhos deverão ser escritos em língua portuguesa. Serão aceitos, contudo, trabalhos em língua espanhola.

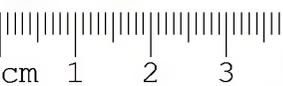
Após o processo de avaliação, tendo em vista agilizar a etapa de produção editorial da RBBB, será solicitado aos autores dos trabalhos aceitos para publicação, que encaminhem suas contribuições em disquetes, utilizando-se os editores de texto Word4 ou Word5*.

Instruções mais detalhadas sobre a apresentação de originais estão publicadas nos volumes anteriores desta revista (v.21 a v.25).

Os trabalhos deverão ser endereçados à Edição da Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), Rua Avanhandava, 40, conj.110, São Paulo, SP - CEP 01306-000.

A RBBB é indexada por: Information Science Abstracts (ISA), Libray and Information Science Library (LISA) e Library Literature (LL).

* Visando agilizar a produção editorial da revista, solicita-se evitar o uso de palavras sublinhadas (preferir **negrito**) ou uso de espaços em branco para a apresentação dos textos, tabelas ou referências bibliográficas.



Capa, diagramação e Editoração eletrônica:

LARA-Comunicação e Publicidade Ltda.

Impressão e acabamento:

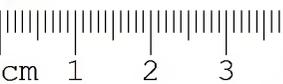
Ateliê de Impressão

Tel.: 288-0826

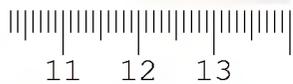
Sao Paulo

R. bras. Bibliotecon. e Doc., São Paulo, v. 26, n. 1/2, p. 95

jan./jun. 1993

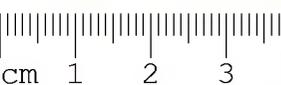


Digitalizado
gentilmente por:



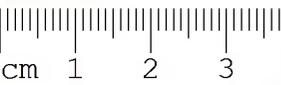
... 1995 ...
...
...
...

... 1994 ...
...
...
...

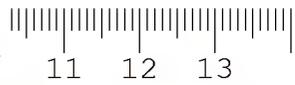


0 1 2 3
Digitalizado
gentilmente por:



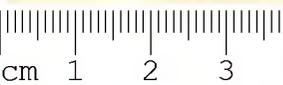


Digitalizado
gentilmente por:

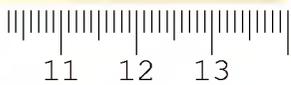


O volume 26 número 3/4 - 1993 terá como tema central a *Terminologia e suas relações com a Documentação*.

O volume 27 número 1/2 - 1994 reunirá os trabalhos do *II Encontro Internacional de Bibliotecários de Língua Portuguesa*, realizado em Niterói, RJ, em abril de 1994.



Digitalizado
gentilmente por:



Onde
você pode
comprar
todos os
seus
livros
e
revistas
?

... Dawson!

**Mais e mais bibliotecárias (os) no
Brasil estão mudando para
Dawson.
Por que?**

- * Você pode receber livros e revistas em qualquer quantidade de qualquer editora do mundo
- * Você se beneficiará do nosso atualizado sistema computadorizado de informações
- * Você pode receber informações mensais gratuitas sobre novos livros nos assuntos de seu interesse
- * Você tem relatórios detalhados sobre problemas relativos a falhas de exemplares
- * Você receberá resposta imediata a seu pedido de cotação, a fim de obter o máximo do seu dinheiro
- * Você terá um contato pessoal no Brasil

Para maiores informações e detalhes,
favor contactar:

DAWSON BRASIL

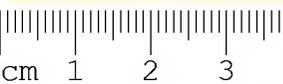
Avenida São Gabriel, 555
Sala 505
01435 - São Paulo - Brasil
Tel/Fax: 011 852.54.78

Matriz Marketing Dept AK 1 BRA

Dawson Uk Ltd

Cannon House
Folkestone CT 19 5EE England
Tel: + 44 303 850101
Fax: + 44 303 850440
Telex: 96392

dawson



Digitizado
gentilmente por:

